



# **PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2024**



CÂMARA MUNICIPAL  
DE  
COIMBRA

ÍNDICE

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

<b>Relatório de Gestão Consolidado</b>	<b>1</b>
<b>Demonstrações Orçamentais Consolidadas</b>	<b>49</b>
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	51
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	52
<b>Demonstrações Financeiras Consolidadas</b>	<b>53</b>
Balanço Consolidado	55
Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada	57
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	58
Demonstração das Alterações do Património Líquido	60
<b>Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas</b>	<b>61</b>
ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energético – Imobilizado 2023	93
Processos judiciais em curso (CMC)	95

---



**Relatório de Gestão Consolidado**

## **1. O GRUPO MUNICIPAL**

O relatório de gestão consolidado do Município de Coimbra, do exercício de 2024, relata o estado e evolução da atividade do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação de contas do município.

A consolidação de contas configura um instrumento que permite dar a conhecer a verdadeira situação económico-financeira do grupo municipal e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas, podendo, consequentemente, contribuir para aperfeiçoar a gestão e o controlo daquelas entidades.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com redação atual, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que, “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

Nos termos do disposto na Resolução n.º 04/2024 - 2.ª S do Tribunal de Contas, os municípios estão sujeitos ao dever de elaborar e prestar contas (artigo 51.º, n.º 1, alínea m), da LOPTC, conjugado com o artigo 2.º da mesma Lei). Para além da obrigação de apresentar contas individuais, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, as quais são remetidas ao Tribunal de Contas até 30 de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Cumprindo o disposto na Lei das Finanças Locais (LFL), o Município de Coimbra elabora as contas consolidadas do Grupo Municipal, que serão submetidas à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.

Conforme o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com redação atual, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades por si controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade tendo como objetivo beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo avalia-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

O SNC-AP (Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro) revogou a Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Assim, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, SNC-AP.

O Município de Coimbra, é a entidade-mãe do Grupo Municipal, constituído por um conjunto de entidades que prosseguem atividades que, no essencial, se enquadram no âmbito das suas atribuições e competências e que a seguir se apresenta:

Identificação do Grupo Municipal 2024

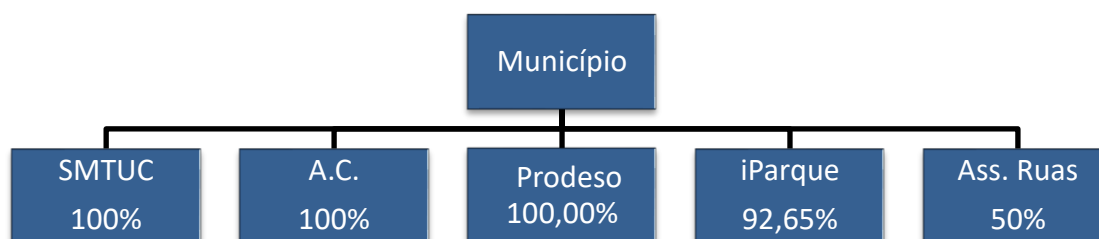
Unid.: euro				
Designação Entidade	NIF	Sede	% Participação Capital	Valor da participação (de acordo com o custo de aquisição)
SMTUC - Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra	680015965	Guarda Inglesa - Coimbra	100,00%	-----
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	506566307	Rua da Alegria, nº 111 - Coimbra	100,00%	39 140 176
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	502675870	Rotunda da Casa Branca, Casal das Nogueiras - Coimbra	100,00%	248 300
LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	Av. Cong. Op. Democrática, nº 54 - Aveiro	0,85%	174 270
ODABARCA - Animação Turística do Mondego, S.A.	503133531	Av. Urbano Duarte/Quinta das Varandas - Coimbra	10,00%	34 916
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	Rua Alexandre Herculano, nº 21 B - Coimbra	6,93%	282 325
MAC - Mercado Abastecedor de Coimbra, S.A.	502936436	Mercado Abastecedor de Coimbra - Taveiro	14,55%	400 000
METRO-MONDEGO, S.A.	503671320	Rua Rodrigues de Gusmão, nº 21 - Coimbra	14,00%	150 500
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	506787729	Parque Tecnológico de Coimbra - Antanhol	92,65%	2 423 979
Águas do Centro Litoral, S.A.	513606181	Av. Dr. Luís Albuquerque - Coimbra	23,61%	4 371 619
RUAS - Associação UNIVER(SC)IDADE	510119948	Colégio de S. Bento - Rua Arco da Traição - Coimbra	50,00%	75 000
Fundo Esp.I.I.F.em Reab.Urbana Coimbra Viva I	720012414		72,58%	5 965 589
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Praça do Comércio, Ala Oriental - Lisboa	0,71%	2 975 432
AGIT-Agência p/Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra, E.I.M., S.A.	518084981		49,90%	581 632
Total				56 823 737

\*Participação no Capital Social da Sociedade Coimbra Iparque, EM, S.A. Encontra-se em fase de reconciliação com a Entidade, dado existirem divergências entre os registos do Município e o Pacto Social publicado em 31/12/2010.

Tendo por base o art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) e o disposto na NCP 22, foi definido o perímetro de consolidação do Município de Coimbra, que se mantém relativamente ao ano transato, e que abrange:

1. **Município de Coimbra** - NIPC 506415082 – entidade consolidante;
2. **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)** - NIPC 680015965 - método da simples agregação;
3. **AC - Águas de Coimbra, EM** - NIPC 506566307 – método de consolidação integral (100% de participação no capital da empresa municipal);
4. **Prodeso – Ensino Profissional EM, Lda.** – NIPC 502675870 – método de consolidação integral (100% de participação na capital da empresa municipal);
5. **iParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.** – NIPC 506787729 - método de consolidação integral (92,65%\* de participação no capital da empresa municipal)  
(\*Participação no Capital Social da Sociedade Coimbra Iparque, EM, S.A. Encontra-se em fase de reconciliação com a Entidade, dado existirem divergências entre os registos do Município e o Pacto Social publicado em 31/12/2010);
6. **Associação RUAS** – NIPC 510119948 – método de consolidação integral (50% de participação no capital associativo).

**Organograma do grupo municipal para efeitos de consolidação**



Com exceção dos SMTUC, o método de consolidação integral é o utilizado uma vez que o Município de Coimbra é detentor de uma percentagem de controlo maior ou igual a 50% em todas as entidades participadas que compõem o perímetro. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, a duplicação de valores.



Recursos Humanos

Em 2024, verificou-se um aumento do número de efetivos com relação jurídica de emprego público a termo resolutivo e em comissão de serviço, uma diminuição de efetivos na relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e em mobilidade, o que se traduziu numa variação positiva, de 4,32%, no número total de trabalhadores do Município em efetivo exercício de funções, perfazendo um total de 2.075 trabalhadores a 31 de dezembro de 2024.

O número de trabalhadores que integra o grupo municipal, a 31 de dezembro de 2024, ascende a 2.840, distribuídos conforme o quadro infra, distribuído de forma praticamente proporcional entre homens e mulheres.

Trabalhadores do Grupo Municipal inserido no perímetro de consolidação

Entidade	Número de Trabalhadores em 31.12.2024		
	Masculino	Feminino	Total
Município de Coimbra	773	1302	2.075
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	397	61	458
AC, Águas de Coimbra, E.M.	216	70	286
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	5	13	18
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	1	2	3
RUAS - Associação Univer(SC)idade	0	0	0
Totais	1.392	1.448	2.840



**Caracterização das Entidades a Consolidar e Análise dos Fatores Relevantes das Contas Individuais das Entidades que Compõem o Perímetro de Consolidação**

**1.1. Entidade “mãe” - Câmara Municipal**

Contas individuais aprovadas pela assembleia municipal na reunião ordinária de 30 de abril de 2025.

A organização do Município de Coimbra tem por suporte a existência de duas estruturas: uma política e outra administrativa, inter-relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal.

A Câmara Municipal é constituída por onze membros (1 Presidente e 10 Vereadores) a quem compete, num quadro de delegações previamente estabelecido, a responsabilidade pela definição de estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre as atividades do Município.

No âmbito deste órgão destaca-se, assim, através do mecanismo de delegações e subdelegações de competências, um “Corpo Executivo” constituído pelo Presidente da Câmara e os Vereadores investidos de responsabilidades na área de gestão, que têm a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas ao nível dos serviços municipais, para a consecução dos objetivos que materializam as políticas definidas.

**Atividade**

As atividades desempenhadas enquadram-se no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, de 12/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, e alterações subsequentes, destacando-se as seguintes áreas de intervenção: Economia, Cultura, Urbanismo, Social, Desporto e Juventude, Educação, Saúde, Mobilidade, Polícia Municipal, Proteção Civil e Ambiente.

**Resultados**

No final do exercício económico de 2024, o ativo do Município de Coimbra situava-se nos 782,4 M € (em 2023: 765,6 M €), um aumento de 16,8 M € (+ 2,20 %) em relação ao ano anterior, para o que contribuiu o aumento do ativo não corrente em cerca de 14,2 M € (+ 2,00%).

O ativo corrente ascendeu a 59,6 M € (em 2023: 56,9 M €), registando um aumento de 2,6 M € (+ 4,65%).

No ativo destaque para:

- A rubrica “participações financeiras” teve um aumento de 3,4 milhões de euros relativamente a 2023, ficando a dever-se à participação do Município no capital social da sociedade AGIT - AGÊNCIA PARA A GESTÃO DO SISTEMA INTERMODAL DA REGIÃO DE COIMBRA, E.I.M., S.A., pelo montante de 581.632 €, correspondendo a 49,9% do capital social desta Sociedade e ao aumento da participação do Município no capital do FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO EM REABILITAÇÃO URBANA COIMBRA VIVA I, no montante de 2.829.000 €.
- O saldo da rubrica “devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis” ascende a 797 mil euros (2023:132 mil euros), tendo aumentado 665 mil euros relativamente ao ano anterior, devendo-se à contabilização da dívida da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - DSRC, respeitante às

atividades de enriquecimento curricular no 1º CEB dos anos 2020 a 2022 e que, até 31/12/2024, não foi transferida para o Município.

- No ativo corrente a rubrica “devedores por empréstimos bonificados e subsídios não reembolsáveis” apresenta, no final de 2024, um saldo de 165 mil euros (2023: 12 mil euros), dos quais 151 mil euros dizem respeito à amortização do empréstimo “Promoção da eficiência energética da Frota SMTUC II” (exigível de curto prazo).
- A rubrica “estado e outros entes públicos” no final de 2024 totaliza 151 mil euros (2023: 277 mil euros), menos 126 mil euros que no ano anterior, resultando essencialmente do pedido de reembolso de IVA efetuado e recebido no ano de 2024.
- As dívidas de terceiros realizáveis a menos de um ano representam 4,9 % do ativo total e tiveram um aumento de 16,08 % justificada pelo aumento da rubrica “outras contas a receber”.
- O saldo da rubrica “outras contas a receber” cifrou-se em 37,9 milhões de euros (2023: 32,6 milhões) e inclui 36,3 milhões de euros de “devedores por acréscimos de rendimentos” (2023: 31,6 milhões) e 1,6 milhões de “outros devedores curto prazo” (2023: 1,1 milhões), dos quais 845 mil euros se referem à aplicação de multas contratuais por atraso de obras, e que, no final do ano, se encontravam por liquidar ao município.
- O saldo da conta “diferimentos” ascendeu a 415 mil euros (2023: 445 mil euros) que correspondem, na sua maioria, a encargos já assumidos e que se referem a gastos de anos seguintes, nomeadamente com os seguros e contratos de prestação de serviços com conclusão em 2025.
- A rubrica “caixa e depósitos” no final de 2024 totalizava 19,1 milhões de euros (2023: 22,4 milhões de euros), menos 3,4 milhões de euros que no ano anterior.

O Património Líquido do Município totalizou 627,6 M€ (em 2023: 614,9 M€), refletindo um aumento de 12,8 M€ (+ 2,08 %), face ao verificado em 2023.

O resultado líquido do exercício foi positivo em 8,7 M €, mais 25 M€ que no ano anterior.

No mesmo período, o passivo da autarquia ascendia a 154,8 M€ (em 2023: 150,7 M€), um aumento de 4,07 M€ (+ 2,7 %) face ao final do período transato, sendo 75,1 % passivo não corrente (em 2023: 73,6 %) e 24,9 % passivo corrente (em 2023: 26,4 %).

Estabelecendo uma comparação entre os dois períodos verifica-se um aumento do valor global do passivo na ordem dos 4,07 M€ para o que contribuiu o aumento do passivo não corrente em 5,24 M€ e diminuição do passivo corrente em 1,2 M€.

Em relação ao passivo não corrente, a rubrica “provisões” diminuiu 1 milhão de euros, decorrente da liquidação dos valores relativos aos seguintes processos:

- Processo nº 2195/23.6T8CBR - Indemnização por expropriação da Parcela n.º 36 do prédio sito no lugar de Coselhas, da Freguesia de Santo António dos Olivais, Coimbra, provisionado pelo valor de 569.197,24 €;
- Processo nº 1024/06.0BECBR - Indemnização por danos sofridos na sequência de queda estrada Quinta Conraria, provisionado pelo valor de 430.000,00 €.

Ainda no passivo não corrente, os “financiamentos obtidos” diminuíram 3,1 milhões de euros de euros, em resultado do efeito conjugado da contratação de um novo empréstimo de médio e longo prazo “Financiamento PPI 2023 – Lote 2” com valor utilizado de 1.212.187,50 € e do pagamento do serviço da dívida de empréstimos contraídos em anos anteriores.

Também os “diferimentos” aumentaram 9,3 M€ e respeitam a rendimentos a reconhecer a mais de 12 meses, após a data de relato. Inclui 26 M€ (2023: 26,4 M€) relativos ao diferimento do valor da concessão de direito de superfície sobre terreno à Aplicação Urbana VI pelo prazo contratado e 49,3 M€ (2023: 39,4 M€) de subsídios ao investimento, recebidos no âmbito de projetos cofinanciados, cujas obras ainda não se encontram completamente executadas.

No passivo corrente, os “financiamentos obtidos” diminuíram 6,2 M€, em resultado da contabilização da quantia de 6,3 M€ na rubrica de “exigível a curto prazo” relativa ao capital em dívida do empréstimo “Construção do Estádio Municipal de Coimbra – Euro 2004”, contratado em 2002 pelo prazo de 25 anos, integralmente amortizado no início de 2024 por substituição por um novo empréstimo, nas mesmas condições, mas que representará uma redução de encargos totais com juros na ordem dos 730 mil euros.

A dívida a fornecedores representa 6,8% do passivo em 2024 (4,5 % de fornecedores C/c e 2,3 % de fornecedores de investimentos), tendo, na globalidade, aumentado 1,3 M€ (108 %), em resultado da contabilização de faturas respeitantes à construção de novas redes de águas pluviais (cerca de 1,7 M€) e do aumento do volume de faturas que se encontravam em conferência, designadamente de energia elétrica.

A rubrica “outras contas a pagar”, do passivo corrente, cifrou-se em 21,7 M€ (2023: 17,8 M€) e inclui 18,7 M€ de acréscimos de gastos (2023: 15,4 M€). Esta rubrica teve um aumento de 3,3 M€, para o que contribuiu o aumento dos valores contabilizados em “credores por acréscimos de gastos/Transferências correntes concedidas” respeitantes a transferências correntes para os SMTUC (Portaria nº 7-A de 2024 de 5 de janeiro - Passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP).

No final de 2024, o património líquido da autarquia totalizava 627,6 M€, mais 12,8 M€ que no ano anterior, em resultado do aumento do “Resultado Líquido do Exercício” e do aumento da rubrica “outras variações no património líquido”.

Para o aumento da rubrica “outras variações no património líquido” contribuiu essencialmente o registo de transferências e subsídios ao investimento, cujas condições de atribuição se encontram cumpridas, a inventariação de cedência de terrenos no âmbito de Alvarás de Loteamento e de espólios artísticos doados ao Município.

Os rendimentos totalizaram 141,6 milhões de euros, mais 20,2 M€ (16,6%) do que no ano anterior. Este aumento deveu-se aos valores registados em Transferências e subsídios correntes obtidos” (+ 9 M€), “Impostos, contribuições e taxas” (+ 5,3 M€), “Outros Rendimentos” (+ 3,2 M€) e “Prestações de serviços e concessões” (+ 2,2 M€) que, no seu total, representaram um aumento de 19,7 M€, por comparação com 2023.

A rubrica “Impostos, contribuições e taxas” mantém-se, em 2024, como a rubrica de maior peso no total dos rendimentos (45,32 %), seguida das “Transferências e subsídios correntes obtidos” (39,2 %).

A rubrica “Impostos, contribuições e taxas” representou, em 2024, 45,32 % da totalidade dos rendimentos do Município. Os 64,2 M€ desta rubrica (2023: 58,8 M€), encontram-se distribuídos da seguinte forma: impostos diretos com 35,7 M€ (55,61 %), impostos indiretos com 22,6 M€ (35,23 %) e taxas, multas e outras penalidades com 5,9 M€ (9,16 %).

Invertendo a tendência do ano anterior, os impostos diretos aumentaram 1,4 M€ (4,22 %), totalizando 35,7 M€. Este impulso resulta, essencialmente, do aumento de 1,3 M€ (32,2 %) na derrama. O acréscimo do valor da derrama, apesar da taxa de derrama se ter mantido em 1,45% em ambos os períodos resultou de:

- Aumento do número de sujeitos passivos com lucro tributável em 2023 (com impacto nos rendimentos de derrama de 2024):
  - o número de sujeitos passivos com lucro tributável passou de 4.384 em 2022 para 4.533 em 2023, um aumento de 149 empresas;
  - O número de sujeitos passivos sobre os quais foi liquidada a derrama aumentou de 1.884 para 1.993, mais 109 empresas.
- Crescimento do lucro tributável total e médio em 2023 (com impacto nos rendimentos de derrama de 2024):
  - O lucro tributável global das empresas sujeitas a derrama cresceu 21,7 %, passando de 347,5 M€ em 2022 para 423 M€ em 2023;
  - O lucro tributável médio por sujeito passivo passou de 79,2 mil euros em 2022 para 93,3 mil euros em 2023, um crescimento de 17,8 %.
- Entrada de novos contribuintes em 2023, com impacto nos rendimentos associados à derrama em 2024, destacando-se o facto de cinco sujeitos passivos que não tiveram liquidação de derrama relativa a 2022 passarem a estar sujeitos a imposto em 2023, contribuindo, estes cinco novos contribuintes, com 550 mil euros para o montante apurado em 2024.

O Imposto Municipal sobre Imóveis manteve-se nos 25,9 M€ em ambos os exercícios. Os rendimentos associados ao IMI foram influenciados pela manutenção da atribuição de uma redução da taxa de IMI às famílias com filhos, mantendo-se assim a política fiscal do Município neste âmbito, com impacto negativo na ordem dos 550 mil euros.

Em 2024, verificou-se um aumento de 4,1 M€ (+ 21,97 %) na cobrança de imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis face ao ano anterior, refletindo o dinamismo que o mercado imobiliário atravessa, devido, por um lado, à estabilização dos valores das taxas de juro de referência para o crédito à habitação, com várias descidas, no último ano, promovidas pelo Banco Central Europeu e, por outro lado, à menor flutuação dos preços dos materiais de construção e mão-de-obra.

A rubrica Taxas apresentou uma ligeira descida face a 2023, de - 87,1 mil euros ( - 1,62 %), totalizando 5,3 milhões de euros.

Os “Loteamentos e obras” e “Publicidade” contribuíram negativamente para a variação da referida rubrica, com decréscimos de 11,82% (- 228,6 mil euros) e 39,1 % (- 235,5 mil euros), respetivamente.

A taxa municipal turística, com o aumento mais expressivo, quer em valor absoluto quer em percentagem, de 168 mil euros (+ 36,1%), contribuiu para atenuar a referida descida, juntamente com as “mercados e feiras” (+ 10 mil euros), “ocupação da via pública” (+ 117,4 mil euros) e “taxa de gestão de resíduos” (+ 168,2 mil euros).

O aumento da rubrica “Taxa Municipal Turística” resulta essencialmente da alteração do período de incidência da taxa, na sequência da alteração do respetivo Regulamento em abril de 2024, que o estendeu a todo o ano.

A rubrica “multas e outras penalidades” apresentou uma descida de 16,1 %, cifrando-se em 574 mil euros (em 2023 – 684 mil euros).

Em suma, pode afirmar-se que a rubrica “Impostos, contribuições e taxas”, em valor, registou um aumento sólido, atendendo à grandeza do valor, com uma variação de + 9,04 %, em relação ao ano de 2023, tendo o aumento de rendimentos sido impulsionado, essencialmente, pela derrama e pelo imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis (IMT).

Os rendimentos registados na conta “prestações de serviços e concessões” atingiram um montante de 9,2 M€ (em 2023: 7 milhões), ou seja, aumentaram 2,2 M€ (+ 31,50 %) por comparação com o ano anterior. A “Tarifa de Resíduos Sólidos” mantém-se como a rubrica com maior peso relativo, com um montante de 6,8 M€ (2023: 4,6 milhões) e a responsável pelo aumento global da rubrica “prestações de serviços e concessões”

A rubrica “Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos” inclui, em 2024, 385 mil euros relativos à distribuição de dividendos de exercícios anteriores a 2023 das participadas Águas do Centro Litoral, Lusitaniagás e ERSUC, deliberadas em 2024.

A rubrica “transferências e subsídios correntes obtidos” representou, em 2024, 39,20% do total dos rendimentos. Cifrou-se em 55,5 M€ (2023: 46,5 milhões de euros), com um aumento de 9 M€ relativamente ao ano de 2023. O aumento registado nesta rubrica justifica-se, em grande parte, devido às “Transferências de competências – Lei nº 50/2018” na área da Educação, da Ação Social e Saúde, iniciada em 2023, com mais 3,7 M€ e às transferências de “Associações de Municípios”, superiores em 3,7 M€, face a 2023. Esta rubrica, no valor de 10,1 M€ em 2024, refere-se, essencialmente, aos valores atribuídos no âmbito dos programas Incentiva+ TP e Passe gratuito Jovem Estudante 2024, transferidos para os SMTUC e para outros operadores de transportes de passageiros e classificados em transferências correntes e outros gastos e perdas.

A rubrica “outros rendimentos” foi de 11,6 M€ em 2024 (2023: 8,5 milhões), registando um aumento na ordem dos 3,2 M€.

Esse valor inclui “rendas de propriedades de investimento”, no montante de 4,6 M€ (em 2023: 4,5 M€) e “imputação a rendimentos de subsídios e transferências para investimentos”, no montante de 1,9 M€ (em 2023: 1,7 M€). Inclui ainda, em 2024, 1,3 M€ relativos a alienação de ativos fixos tangíveis (2023: 0,00 €), na sua maioria em resultado de hasta pública realizada para alienação de imóveis e 1,1 M€ (2023: 5 mil euros) de indemnizações por acionamento de garantias e aplicação de sanções contratuais em empreitadas ou contratos de aquisição de bens e serviços, sendo estas as principais responsáveis pelo crescimento desta rubrica.

Os gastos totalizaram 132,9 M€, o que representa uma diminuição de 5 M€ face ao ano anterior.

Na estrutura de gastos, as rubricas com maior peso são os gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos e transferências e subsídios correntes concedidos.

Os gastos com pessoal aumentaram 2,9 milhões de euros (6,29%), os fornecimentos e serviços externos aumentaram 3 milhões de euros (8,3%) e as transferências e subsídios correntes, 4,7 milhões de euros (19,61%).

O aumento dos gastos com pessoal decorreu do aumento da tabela remuneratória e do aumento do número de efetivos, associados a outras atualizações salariais decorrentes da lei.

Os fornecimentos e serviços externos foram de 39,6 M€, mais 3 M€ do que no ano anterior, para o que contribuíram os aumentos nas seguintes rubricas:

- Aumento da rubrica “limpeza, higiene e conforto” no montante de 1,1 milhões de euros, resultante dos gastos em limpeza nos centros de saúde, no âmbito da descentralização de competências;
- Aumento dos gastos na rubrica “rendas e alugueres” em 880 mil euros em resultado essencialmente do aumento do custo com os transportes ao domicílio no âmbito da descentralização da saúde;
- Aumento dos gastos em conservação e reparação no valor de 798 mil euros, vigilância e segurança, no montante de 351 mil euros e na recolha e tratamento de resíduos sólidos em 352 mil euros, decorrente da atualização da tarifa.

Os gastos em “serviços sociais”, no montante de 7,4 milhões de euros, diminuíram em cerca de 13,89%, resultante da diminuição dos gastos em serviços prestados por empresas de transportes, relativamente a passes escolares. O valor respeitante a este serviço é transferido pelo Estado para o Município que por sua vez transfere para as empresas de transportes e encontra-se refletido nas rubricas de “transferências correntes obtidas” e “transferências correntes concedidas”.

A rubrica “transferências e subsídios concedidos” aumentou 4,7 M€ e inclui:

- A concretização da transferência de competências do município para as freguesias, nos termos da Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, no montante de 5,7 M€, mais 1,1 M€ que no ano anterior;
- O financiamento e compensações atribuídas aos SMTUC no âmbito do programa de apoio à redução tarifária, aumento da oferta dos serviços de transportes públicos (PART) e financiamento de reforço aos serviços de transporte público (PROTransP), assim como as transferências no âmbito da Portaria nº 7-A de 2024 de 5 de janeiro (passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP) que aumentaram em cerca de 5,3 M€. O valor destes gastos foi integralmente financiado e encontra-se refletido na conta “transferências e subsídios recebidos”.
- Transferências para empresas de transportes (ETAC, SA e Transdev Interior, SA), de modo a assegurar a manutenção dos preços dos passes de transportes públicos vigentes em 2023, como medida excecional de mitigação dos efeitos da inflação, no montante de 794 mil euros (mais 674 mil euros que no ano anterior).
- O valor destes gastos foi integralmente financiado e encontra-se refletido na conta “transferências e subsídios recebidos”.
- Aumento do apoio a Instituições sem fins lucrativos para o montante de 5,3 M€, mais 1,4 M€ que no ano 2023.
- O subsídio à exploração atribuído aos SMTUC no âmbito da compensação no custo social transportes que se cifrou em 2,2 M€, menos 2,7 M€ que no ano anterior (4,9 M€).

O montante registado na rubrica “Provisões” reduziu em 103,63 % relativamente ao ano anterior (menos 15,7 M€ que em 2023) e reflete a regularização de provisões de anos anteriores no montante de - 569 mil euros e a constituição de nova provisão para processos judiciais em curso.

Os gastos com depreciação e amortização representam também uma forte componente dos gastos globais do Município, atingindo os 10,2 M€, 7,66 % do total, registando um aumento de 501 mil euros, face ao ano transato, em virtude das variações positivas dos ativos fixos.

Os juros e gastos similares representam apenas 1,34 % na estrutura dos gastos, tendo aumentado 253 mil euros em 2024, face ao ano anterior fruto, essencialmente, do primeiro pagamento de juros respeitantes a empréstimos contratados em 2023 e em 2024, nomeadamente para financiar o “Aumento do Capital Coimbra Viva I” e “Financiamento PPI 2023 – Lote 2”, respetivamente.

Através da análise baseada em indicadores, observa-se o seguinte:

- Verifica-se uma diminuição de 4 dias no prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c, com aumento de 13 dias se consideramos também os fornecedores de imobilizado. Já o prazo médio de recebimentos manteve-se inalterado nos 18 dias.
- O aumento do prazo médio de pagamentos com fornecedores de imobilizado justifica-se, em grande parte, pela contabilização de faturas respeitantes à construção de novas redes de águas pluviais (cerca de 1,7 milhões de euros).
- Os Meios Libertos Líquidos aumentaram 9,9 M€ para o que contribuiu o aumento do resultado líquido gerado no exercício.
- Os indicadores de liquidez geral e reduzida ultrapassaram largamente os 100 %. O indicador de liquidez imediata diminuiu para 49,24 % em 2024, na sequência da diminuição das disponibilidades, acompanhada de uma ligeira diminuição do passivo corrente.
- Os indicadores de estrutura financeira apresentados, evidenciam a confirmação da estabilidade financeira do Município, a baixa dependência de financiamentos externos, o património líquido como principal fonte de financiamento do ativo, e a grande capacidade de solver dívidas quer a curto quer a médio longo prazo.
- Merece destaque a forte evolução positiva do Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros, que confirma a forte capacidade da Autarquia para gerar resultados que permitem cobrir os gastos de natureza financeira.
- Os indicadores de endividamento relacionam as origens de recursos entre si e ilustram a relação entre Fundos Próprios e Capital Alheio, indicando o grau de dependência em relação ao Capital Alheio.



## **1.2. Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)**

Contas individuais aprovadas pela assembleia municipal, na reunião ordinária de 30 de abril de 2025.

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) são uma estrutura municipal vocacionada para assegurar o Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Coimbra.

**Visão:** Ser um prestador de serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

**Missão:** Garantir uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo ações que privilegiem a opção do uso do transporte coletivo.

Os transportes urbanos em Coimbra remontam ao ano de 1874 com a introdução dos carros americanos. A 15 de maio de 1908, a Câmara propõe: “Que se municipalize o serviço de tração elétrica”.

Em 26 de novembro do ano de 1984, devido à dimensão dos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC), o executivo camarário aprovava a sua separação em dois Serviços: Transportes Coletivos e Águas e Saneamento, aprovando os respetivos quadros de pessoal, de forma a ser possível implementar a separação, a qual veio a efetivar-se em 1 de janeiro de 1985.

### **Atividade**

A rede de transporte público de passageiros dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) é constituída por 110 linhas regulares e 1.529 pontos de paragens, abrangendo uma extensão de 657 km de rede viária. Nesta rede, em quatro linhas são utilizadas exclusivamente viaturas 100% elétricas ou híbridas, sendo que as restantes linhas regulares também são regularmente efetuadas com recurso à frota elétrica. Complementam esta rede de transporte urbano de passageiros, o Transporte a Pedido | Serviço de Transporte Especial, destinado a passageiros com mobilidade reduzida, e o Elevador do Mercado D. Pedro V e, no âmbito do Projeto Seamless Mobility (SUM), o Transporte Flexível a Pedido, na zona de Cernache.

Relativamente aos principais meios para concretização do seu objeto, a frota de veículos para transporte de passageiros, continuar em processo de renovação da frota, com vista à diminuição da idade média, tendo-se concretizado a disponibilidade para entrada em serviço dos 22 autocarros elétricos novos adquiridos em 2023. Apesar de não ter sido possível concretizar aquisição de novas viaturas no ano de 2024, foi trabalhado o processo de aquisição de 30 novos autocarros elétricos, cuja aquisição se prevê para 2025, a qual permitirá dar continuidade à renovação da frota e melhoria da qualidade do serviço, bem como reforço do compromisso com a descarbonização e sustentabilidade ambiental.

A referida aquisição dos 30 autocarro elétricos, bem como de 17 carregadores, decorre no âmbito da candidatura dos SMTUC ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) - C21 RepowerEU - RP-C21-12: Medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos, tendo sido aprovado um apoio para o efeito no montante de cerca de 8,3 M€, representado cerca de 64% do valor do investimento.

No ano de 2024, ficou igualmente marcado por outros importantes desenvolvimentos com vista à modernização dos SMTUC e melhoria da prestação do serviço, tendo para o efeito sido disponibilizada a nova App net que consolidou o novo sistema de bilhética e desativação do sistema anterior, continuando o desenvolvimento de ações com vista à implementação de sistemas de pagamento à distância e desmaterialização do título de transporte.

Ao longo do ano realizaram-se inúmeras intervenções na rede de transportes e alterações na programação da oferta.

Merecem também destaque os condicionamentos resultantes de obras de grande envergadura, designadamente as diversas empreitadas no âmbito da implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego, a empreitada de "Coletor Pluvial na Ladeira da Paula – Antanho", assim como a referente ao plano de manutenção de vias, que impuseram a introdução de um conjunto significativo de ajustes na rede de transportes.

Os pontos de paragem sofreram inúmeras alterações ao longo do ano de 2024 resultantes, essencialmente, da evolução das obras do Sistema de Mobilidade do Mondego. Neste contexto, destaca-se ainda o facto de 30,7% dos pontos de paragem estarem equipados com abrigo e 34,5% disponibilizarem informação ao público.

De destacar ainda que, em dezembro de 2024 deu-se início à remodelação da imagem das placas de paragem em toda a rede de transportes, processo que ainda decorre, passando estas a englobar, em destaque, o número (código) de paragem e a sua designação, a qual é replicada nas aplicações móveis e restante informação disponibilizada ao público, facilitando deste modo o acesso à informação, em tempo real, e a planificação de deslocações dos clientes.

Da otimização da oferta de transportes operada em agosto e setembro de 2024, em consequência das dificuldades na operação diária, que incidiu essencialmente no ajustamento dos tempos de deslocação das linhas do centro urbano, devido aos inúmeros constrangimentos resultantes das obras do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM), resultou um ligeiro decréscimo das viagens programadas (-2,1%), não sendo refletido nos quilómetros percorridos. Com efeito, os quilómetros percorridos em exploração (em cheio), assim como os quilómetros totais, registaram um aumento de 1,2%, tendo em consideração que as alterações somente tiveram impacto no último trimestre do ano, mas também porque os percursos das linhas sofreram ligeiros aumentos, devido aos inúmeros desvios de percurso, assim como, o total de quilómetros perdidos (devido a viagens não efetuadas) decresceu 22,3%, comparativamente com o ano de 2023.

Ao nível da procura, registou-se um aumento de 12,1% dos passageiros transportados, aproximando-se os resultados dos alcançados em 2019, antes da pandemia COVID-19. Neste particular é notório o impacto

das diversas medidas de incentivo à utilização do transporte públicos, destacando-se o aumento exponencial de passageiros transportados em miniautocarros, resultante da gestão desta tipologia de frota e das linhas/viagens a que foram alocados, onde se incluem o Sistema ECOVIA, Linha Azul e Linha Botânico.

Foram mantidas as diferentes respostas sociais, designadamente os Passes de Estudante, Consigo+, 3ª Idade | Reformado / Pensionista por Incapacidade e Sénior+ | Reformado / Pensionista por Incapacidade+.

No campo social, destacamos o Passe Social Especial “Consigo+”, acessível aos titulares do Rendimento Social de Inserção (RSI) e aos desempregados de longa duração. Também a gratuitidade na utilização dos transportes públicos, por parte dos Antigos Combatentes, foi devidamente continuada em 2024.

## **Resultados**

### **Demonstração de Resultados**

Em termos globais, os Rendimentos Operacionais diminuíram 4,4% face a 2023, enquanto os Gastos Operacionais antes de financiamento aumentaram 5,4%, o que se traduziu num Resultado Operacional negativo (antes de gastos de financiamento) de 1.042,49 milhares de euros. Tendo em conta que os Rendimentos Operacionais (sem subsídios) apenas cobriram 37,1% dos Gastos Operacionais antes de financiamento, constata-se que os rendimentos provenientes das Transferências e Subsídios Correntes não foram suficientes para cobrir os Gastos.

### **Detalhe dos Rendimentos Operacionais:**

- A Prestação de Serviços com o Transporte de Passageiros representou 22,7% dos Rendimentos Operacionais, registando um decréscimo de 37,8% face ao ano anterior, no valor de 2.589,35 milhares de euros. Nos termos da Portaria 7-A/2024, de 5 de janeiro, os valores recebidos para efeitos de compensação financeira pelo passe gratuito jovem, foram contabilizados como Transferências e Subsídios Obtidos, pelo que o aumento da procura não se refletiu na receita de Transporte de Passageiros, explicando assim a quebra anteriormente referida.
- Os Impostos, contribuições e taxas, que incluem na sua maioria as taxas cobradas nas zonas de estacionamento de duração limitada (controladas por parcometros) diminuíram 13,7%, no montante de 119,89 milhares euros, em resultado de algumas zonas de estacionamento terem sido desativadas, e/ou da supressão de lugares de estacionamento que correu por força das obras para a implementação do Sistema do Metro Mondego e de se registarem taxas significativas de fraude por falta de pagamento.
- Os rendimentos com os Parques de Estacionamento cresceram 74,7%, uma variação positiva no valor de 143,50 milhares euros.
- Os rendimentos provenientes de Transferências e Subsídios Correntes obtidos ascenderam a 11.411,01 milhares euros, tendo crescido 8,8% (923,49 milhares euros) e incluem:
  - Subsídio à Exploração da CMC para comparticipação financeira no custo social do transporte: 2.222,26 milhares euros;
  - Verbas provenientes do Incentiva +TP: 4.734,34 milhares euros;
  - Compensação financeira nos termos da Portaria 7/2024, de 5 de janeiro: 4.273,54 milhares euros;

- Verbas provenientes do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e do Programa de Apoio à Densificação da Oferta (PROTransp): 180,87 milhares euros.

Quanto aos Gastos Operacionais:

- Os Gastos com Pessoal representam 56,9% do total dos Gastos Operacionais e apesar da redução do efetivo cresceram 2,0%. Esta subida resultou do aumento das Remunerações dos Órgãos Sociais, das Remunerações Certas e Permanentes, em virtude da revisão da tabela remuneratória das carreiras gerais e algumas especiais, do reposicionamento remuneratório (SIADAP) e de outras medidas de valorização da função pública, do aumento de 5,7% dos Abonos Variáveis ou Eventuais em resultado do crescimento exponencial do trabalho suplementar, dos Encargos sobre Remunerações (+4,9%), dos Seguros (9,0%) e da redução de Outros Gastos com o Pessoal (-79,3%), pela via do novo regime da ADSE e de não terem sido efetuados pagamentos ao SNS, pelo facto do Orçamento para 2024 não o prever.
- As Depreciações/Amortizações do Exercício cresceram 53,1%, em resultado da amortização de 22 autocarros elétricos (10 autocarros standard e 12 miniautocarros) adquiridos em 2023 e representam 15,8% dos Gastos Operacionais.
- As Provisões do Exercício diminuíram 34,5% e referem-se ao reconhecimento de responsabilidades futuras relativas a Acidentes e Doenças Profissionais.
- O Custo das Existências Consumidas representa 2,8 % do total dos Gastos Operacionais e diminuiu 78,9% face ao ano anterior atendendo a que, em 2024, o gasóleo deixou de ser considerado artigo de stock.
- Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), que atingiram o valor de 4.744,83 milhares euros, representam 24% do total dos Gastos Operacionais e registaram um aumento de 60,8% face ao ano anterior.

Para este agravamento contribuíram o aumento dos gastos nas rubricas com maior peso nos FSE:

- Combustíveis e lubrificantes – 51,4%;
- Conservação e Reparação – 19,3%;
- Eletricidade – 8,3%
- Seguros – 6,6%
- Trabalhos especializados – 4,0%.
- Limpeza, higiene e conforto – 3,6%.

Os gastos totais cresceram 5,4% (+ 1.027,68 milhares de euros) face ao ano de 2023 em resultado do:

- Aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos de 60,8%;
- Aumento dos Custos Com o Pessoal de 2,0%;
- Aumento dos Juros e Gastos Similares suportados 14,3%, porquanto as descidas das taxas de juro do BCE só começaram a fazer-se sentir a partir de junho de 2024.

Quanto aos rendimentos totais diminuíram 4,4% (- 862,76 milhares euros) face ao período homólogo.

A evolução dos Gastos e dos Rendimentos durante o ano de 2024, traduziu-se num Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento no valor 2.107,03 milhares de euros, contra os 2.893,59 milhares de euros em 2023.

O Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento), negativo, no valor de 1.042,49 milhares de euros, enquanto no ano de 2023, se situou nos 836,61 milhares euros positivos.

O Resultado Líquido do Período, negativo, registou uma quebra muito significativa ascendendo a 1.133,39 milhares de euros, quando em 2023, este resultado foi positivo no valor de 757,06 milhares de euros.

### **Análise financeira**

#### **Balanço**

O Ativo total dos SMTUC situava-se no final do exercício económico de 2024 nos 18.320,55 milhares de euros, o que representa uma descida de 14,2% relativamente ao ano anterior (21.360,92 em 2023).

O Ativo não Corrente diminuiu 2.930,78 milhares euros (- 17,3 %), em consequência do reduzido investimento em 2024 e o Ativo Corrente, com Diferimentos, registou uma variação negativa de 109,60 milhares euros (- 2,5 %), destacando-se as seguintes situações:

- Diminuição da rubrica de Caixa e Depósitos;
- Diminuição da rubrica de clientes, contribuintes e utentes no montante de 267,92 milhares euros face ao ano de 2023, pelo facto dos SMTUC terem deixado de faturar à Câmara Municipal de Coimbra, o valor dos passes de transporte escolar, na medida em que, com a publicação da Portaria 7-A/2024, de 5 de janeiro, o passe jovem estudante passou a ser gratuito;
- Diminuição do saldo da conta Estado e Outros Entes Públicos no valor de 1.922,28 milhares de euros pelo facto de ter sido reembolsado o valor do IVA decorrente da atividade dos SMTUC e da aquisição dos 22 autocarros elétricos;

O aumento do saldo da rubrica Outras Contas a receber no montante de 2.311,93 milhares de euros, refere-se à contabilização de valores a receber provenientes das vendas dos passes gratuitos para jovens estudantes, no âmbito da Portaria 7-A/2024 (2.167,95 milhares de euros), e valores provenientes do Programa Incentiva + TP (517,44 milhares de euros) e outros acréscimos de rendimentos do transporte de pessoas e mercadorias (107,41 milhares de euros).

O Património Líquido (Capitais Próprios) totaliza 12.149,87 milhares de euros, apresentando um acréscimo de 20,2% face ao ano transato.

A rubrica Património/capital, no valor de 719,94 milhares de euros não apresentou alterações face ao ano anterior, enquanto as Outras Variações no Património Líquido no valor de 9.465,13 milhares de euros, registaram um aumento de 50,6 % (+ 3.178,97 milhares de euros) e referem-se a transferências e subsídios de capital atribuídos no âmbito de projetos cofinanciados, cujos rendimentos são reconhecidos numa base sistemática em anos futuros, à medida que são contabilizadas as amortizações e depreciações dos ativos fixos na proporção do cofinanciamento.

Em 31 de dezembro de 2024, o Passivo Total com diferimentos registou uma redução de 45,2 % face ao ano transato, cifrando-se em 6.170,68 milhares de euros.

A diminuição do passivo não corrente deveu-se essencialmente ao facto de, à data de 31/12/2023, estarem contabilizados em diferimentos o valor do financiamento obtido através da candidatura ao POSEUR para aquisição de 22 viaturas de transporte de passageiros, em virtude de naquela data as viaturas ainda se encontrarem em fase de testes não se encontrando disponíveis para utilização nos fins previstos no instrumento de financiamento, sendo que, em 2024, com a entrada das viaturas em exploração, o valor foi transferido para a conta 593 – Transferências de Capital e Subsídios, com expressão na rubrica Outras Variações no Património Líquido.

O Passivo Corrente representava 2.546,10 milhares de euros no final do ano de 2024, registando uma diminuição de 357,35 milhares euros.

As Dívidas a Fornecedores ascendem a de 642,47 milhares de euros e as Outras Contas a Pagar, no valor de 1.580,98 milhares de euros, incluem remunerações a liquidar por conta de férias, subsídios de férias e respetivos encargos.

A evolução registada ao nível da estrutura do balanço teve efeitos favoráveis sobre os indicadores financeiros:

- O indicador de Autonomia Financeira passou de 47,3 % para 66,3 %;
- O indicador de Solvabilidade passou de 0,9 para 2,0;
- O indicador de Liquidez Geral reduziu de 153,1 % para 170,3 %;
- O indicador de Liquidez Reduzida passou de 138,66 % para 150,4 %
- O Grau de Cobertura dos Ativos Não Correntes aumentou de 109,1% para 112,8 %.

Donde se conclui que os SMTUC têm dificuldades em financiar os seus ativos e para solver os seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

### **Análise orçamental**

A análise orçamental inclui as receitas e despesas e o seu comportamento ao longo dos sucessivos exercícios económicos.

As Receitas Totais atingiram o valor de 18.261,56 milhares de euros, (27.551,88 em 2023) em resultado da diminuição quer das receitas correntes quer de capital, em 17,4 % e 96,7 %, respetivamente.

As Receitas Correntes constituem a principal fonte de financiamento dos SMTUC, totalizando 17.663,74 milhares, com um grau de execução de 77,5 % em resultado da diminuição das receitas provenientes da cobrança de Taxas, Multas e Outras Penalidades, da Venda de Bens e Serviços e das Transferências Correntes e pelo aumento das outras receitas correntes.

As Receitas de Capital, por sua vez, cifraram-se em 206,12 milhares de euros, com um grau de execução de 3,1% face às previsões corrigidas e referem-se a transferências de capital – Subsídio ao Programa de Eficiência Energética da Frota dos SMTUC, POSEUR-01-1407-FC000038 e POSEUR-01-1407-FC000065.

As Despesas Totais, atingiram um valor de 18.002,33 milhares de euros, com um grau de execução de 60,5%, registaram um decréscimo de 37,5 % relativamente ao ano anterior (28.801,16 milhares de euros), em resultado quer da diminuição da Despesa Corrente (- 2,0 %) quer da Despesa de Capital (- 96,3 %).

As Despesas Correntes pagas totalizaram 17.600,86 milhares de euros (17.957,83 milhares de euros em 2023), com um grau de execução de 78,1 %. As Despesas de Pessoal e as Despesas com Bens e Serviços representam 63,7 % e 35,7 % das Despesas Correntes.

As Despesas de Capital, no total de 401,47 milhares euros, tiveram um grau de execução de 5,6 %.

O Plano Plurianual de Investimentos em 2024 teve uma execução financeira de 3,7 %, atendendo a que o projeto de aquisição de 22 autocarros elétricos, respetivos carregadores que integravam o objetivo 01 Investimento na Melhoria da Qualidade do Serviço Público de Transporte de Passageiros, foi executado em dezembro de 2023, após a aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024.

Na sequência do plano de renovação da frota aprovado pelo executivo camarário em maio de 2023, os SMTUC apresentaram em 2024, candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Aviso N.º 01/C21-ii2/2024 para um projeto com valor estimado de 13.030 milhares de euros para:

- Aquisição de 14 autocarros elétricos standard;
- Aquisição de 16 autocarros midi;
- Instalação de 17 carregadores;
- Ampliação da capacidade energética aos níveis dos postos de transformação;
- Contratação de serviços inerentes a estudos, assistência técnica e comunicação.

Com financiamento do PRR no valor de 8.070 milhares de euros e através de empréstimo de médio e longo prazo contraído pela Câmara Municipal de Coimbra, pelo que foi efetuada uma Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos de 2024 para os anos seguintes.

A referida candidatura foi aprovada tendo sido concedido um apoio no montante de 8,3 M€, estando o investimento previsto no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025.



### **1.3. AC, Águas de Coimbra, E.M.**

Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral datada de 27 de março de 2025.

A Empresa Municipal foi constituída em 24 de maio de 2003, sendo o capital social detido integralmente pelo Município de Coimbra. A Empresa dá continuidade à atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra (SMASC), que, por sua vez, sucederam aos Serviços Municipalizados de Coimbra (SMC).

A AC, Águas de Coimbra, EM tem por objeto a prestação de serviços públicos essenciais, de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais, à população do concelho de Coimbra.

**Missão:** As Águas de Coimbra tem por missão assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.

**Visão:** Ambicionam ser uma das referências nacionais ao nível das Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, em baixa, através da prestação de serviços de excelência aos clientes e da criação de sinergias com as instituições do saber e do fazer.

#### **Linhas estratégicas de atuação**

Para cumprir a missão e alcançar a visão da Águas de Coimbra, entendem adotar as seguintes linhas de atuação estratégica:

- Prestar serviços de excelência aos clientes: disponibilizar água de qualidade com recurso a serviços que vão ao encontro das necessidades e expectativas dos clientes, orientando-os para a simplificação de procedimentos e relacionamento próximo.
- Desenvolver práticas inovadoras: criar e desenvolver melhores práticas no âmbito da gestão do negócio e da sua operacionalização.
- Garantir a sustentabilidade da empresa: aumentar o volume de negócios pela diversificação de serviços e aumento de escala, incrementar a eficácia e eficiência operacional e gerar valor para as partes interessadas.

#### **Atividade**

Atingimos, em 2024, uma cobertura quase total do concelho, com um serviço de abastecimento de água que chega a praticamente 100% dos utilizadores, servindo 87.651 clientes, e um serviço de drenagem de águas residuais que abrange 98,6% da população, atendendo 85.831 clientes. No que concerne aos investimentos em infraestruturas, o nosso foco manteve-se na expansão da rede de saneamento, na instalação de redes de drenagem de águas pluviais e na manutenção e modernização dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem.

No domínio do controlo de qualidade da água, a Águas de Coimbra mantém o elevado nível de qualidade, apresentando um indicador de água segura de 99,91% e sendo, uma vez mais, distinguida com o Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano, pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

A inovação nos serviços que prestou continua a ser uma prioridade estratégica. No final de 2024, alcançámos uma cobertura de aproximadamente 85% do nosso parque de contadores com o sistema de telemetria. Persistimos no objetivo de expandir esta tecnologia a todo o concelho, o que potencia a eficiência dos serviços, a faturação com base em leituras reais e a deteção precoce de anomalias nos sistemas, contribuindo ativamente para a redução das perdas de água.

A melhoria contínua da relação com os nossos clientes é, igualmente, fundamental. O Balcão Digital foi dotado de novas funcionalidades, proporcionando um acesso mais cómodo e eficaz aos nossos serviços, 24 horas por dia. Continuámos a promover esta plataforma através de diversas iniciativas de comunicação.

No decorrer do ano de 2024, a Águas de Coimbra prosseguiu a missão de assegurar um serviço de elevada qualidade aos seus clientes, reforçando a aposta na modernização, na proximidade e na eficiência dos processos. A criação do Setor Comercial na alteração do modelo de governação da Águas de Coimbra de 1 de abril de 2024 permitiu uma integração mais eficiente das funções comerciais, abrangendo não só as leituras e faturação, mas também a gestão do parque de contadores, contribuindo para uma visão global e estratégica do setor.

Relativamente à faturação, em 2024, o processo de faturação de serviços diversos foi revisto e melhorado, através da sincronização com o sistema de gestão documental, um passo importante que permitiu que, atualmente, todos os pedidos de faturação estejam acessíveis para consulta interna, a qualquer momento e por todos os utilizadores, à distância de um clique.

A gestão do parque de contadores tornou-se um dos pilares fundamentais da operação do SeC. No final do ano, cerca de 85% dos contadores já estavam equipados com telemetria, garantindo leituras remotas mais rigorosas e eliminando a necessidade de estimativas de consumo para esses clientes.

Importa ressaltar que, para os locais de consumo que ainda não dispõem de telemetria, a Equipa de Leitores da Águas de Coimbra assegurou a realização de leituras regulares bimestrais, proporcionando maior transparência e satisfação dos clientes, ao garantir a faturação com base em leituras reais, em detrimento de estimativas.

Foram, ainda, efetuadas leituras extraordinárias dos contadores sempre que se verificavam ausências de leitura, nomeadamente em situações onde o contador não estava acessível e o cliente não comunicava a sua leitura.

A implementação da tecnologia de telemetria tem-se revelado também uma ferramenta essencial para a deteção precoce de anomalias no consumo, permitindo um acompanhamento mais detalhado dos padrões de utilização da água e possibilitando uma intervenção rápida em casos de consumos anormalmente elevados.

A preocupação com o impacto financeiro dos consumos excessivos para os clientes levou à análise e retificação de 354 processos relacionados com roturas em canalizações prediais, resultando numa redução substancial do valor faturado aos clientes afetados.

Ao longo de 2024, a Águas de Coimbra emitiu um total 1.047.222 faturas. No sentido de reforçar a comunicação e prevenir situações de incumprimento, foram enviadas 201.334 SMS aos clientes, alertando para prazos de pagamento e prevenindo cortes no abastecimento.

A adesão ao débito direto e à fatura eletrónica registou um crescimento expressivo, refletindo a aposta da empresa na modernização, sustentabilidade e responsabilidade social (fruto de uma campanha em parceria com a Cáritas Diocesana de Coimbra, a Águas de Coimbra comprometeu-se a doar 1 € à instituição parceira, por cada adesão):

- 49.359 clientes utilizam o pagamento por débito direto (+ 1.165 clientes, + 2,42 % face ao ano anterior);
- 35.058 clientes optam pela modalidade de envio de fatura eletrónica (+ 3.299 clientes, + 10,3 9% face ao ano anterior).

O número de clientes servidos pela rede de abastecimento de água, ascendeu, no final de 2024, a 87.651, evidenciando um crescimento ligeiro face ao ano anterior, em que o número de clientes era de 87.001 (+ 0,75 %).

Já a rede de drenagem de águas residuais registou 85 831 utilizadores (+ 0,82%, em relação a 2023), abrangendo 98 % dos clientes da Águas de Coimbra, evidenciando a situação ambientalmente favorável do concelho de Coimbra, que apresenta uma cobertura quase total da rede pública de drenagem de águas residuais.

Passando à análise dos volumes faturados de água e águas residuais:

Em relação ao volume de água faturada em 2024 (10.214.254 m3), verificou-se um aumento de 0,84% (mais 85.186 m3) em relação ao ano anterior. Este crescimento contribuiu positivamente para a obtenção do melhor resultado de sempre da Águas de Coimbra no indicador de água não faturada.

O volume de águas residuais faturado atingiu, em 2024, os 9.826.892 m3, mais 0,33 % que no ano anterior (acréscimo de 32.559 m3).

Dando continuidade à estratégia da empresa de expansão da telemetria a todos os clientes do concelho de Coimbra, em 2024 prosseguiram as medidas para garantir uma gestão eficiente do parque de contadores, bem como para responder de forma célere a todas as solicitações de movimentação de contadores, das quais se destacam:

- A otimização do parque de contadores para cumprimento do prazo legal e melhoria da sua adequação, promovendo campanhas nos locais onde já existiam outras ordens de serviço, reduzindo deslocações e otimizando o tempo das equipas no terreno;
- O ajuste do planeamento dos trabalhos para garantir uma taxa de cobertura de telemetria superior a 70 %, com vista à redução de perdas de água nas Zonas de Medição e Controlo (ZMC): no final de 2024, esta percentagem foi superada em 93 ZMC, permitindo uma melhor análise do volume de água perdido e a consequente implementação de medidas no combate à redução de fugas e perdas de água em cada ZMC;
- A resposta eficaz a solicitações relacionadas com movimentação de contadores, quer por parte dos clientes, quer por necessidades operacionais de outros setores da empresa;
- A redução significativa do número de contadores mais antigos: foram substituídos 732 contadores instalados antes de 2013, solucionando ordens de serviço pendentes por motivo de casa fechada,

canalizações degradadas na rede predial ou inacessibilidade ao contador. Como resultado, o número de contadores com data de instalação anterior a 2013 passou de 1.921, em 2023, para 1.319, em 2024.

- A coordenação contínua com as equipas de manutenção para a resolução de ordens de serviço pendentes, de modo a otimizar a resolução de um conjunto de situações que aguardavam a intervenção da Águas de Coimbra.

As operações realizadas pelas equipas de contadores foram ajustadas à realidade da empresa, tendo sido criadas, por exemplo, novas ordens de serviço, de “Equipa de Contadores e “Reposição de Contador Furtado” para uma monitorização mais eficaz do trabalho desenvolvido pelas equipas no terreno.

No final de 2024, a idade média dos contadores instalados situava-se nos 5,1 anos. A cobertura da tecnologia de telemetria representava, nesta altura, cerca de 85% do parque de contadores (face a 79,65%, no final de 2023). A sua crescente implementação tem permitido otimizar o desempenho das diversas áreas da empresa, traduzindo-se na redução de faturas por estimativa, na diminuição do número de contadores movimentados, na melhoria da eficácia das ações de fiscalização, entre outras.

Destaca-se ainda o papel fundamental da telemetria na gestão de perdas de água, em especial na mitigação de perdas aparentes e na disponibilização de consumos reais para o balanço hídrico mensal.

## **Resultados**

Rendimentos, Gastos, Resultado antes de impostos e Resultados Transitados

As demonstrações financeiras que se apresentam evidenciam que a empresa continua a percorrer o caminho da recuperação económica.

O aumento percentual dos rendimentos em 2024, face ao ano anterior, é de 6,95 %, mas, inferior ao crescimento de gastos que foi de 7,62 %. Em valor, a variação positiva dos rendimentos totais é de 2 205 486,06 € e a dos gastos totais de 2.238.842,06 €.

Assim,

Rendimentos

- Os rendimentos gerados em 2024 totalizam 33.933.883,22 €.

Gastos

- Os gastos ocorridos em 2024 atingem 31.634.229,17 €.

Resultado antes de impostos

- O resultado antes de impostos é positivo, no valor de 2.299.654,05 €.
- A contribuição de cada uma das atividades - abastecimento de água (AA), saneamento de águas residuais (AR) e drenagem de águas pluviais (AP) é de, respetivamente, 1.502.913,64 €, 2.126.495,27 € e -1.239.686,76 €.
- Os gastos de financiamento ascendem a 90.068,10 €.

Saldo de caixa e depósitos bancários

- Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de caixa e depósitos bancários ascende a 2.126.142,63 €, assim determinado:
  - Saldo transitado de 2023 é de 2.520.275,51 €;
  - Variação de Caixa, gerada em 2024, é negativa e ascende a -394.132,88 €.

#### Investimento

A aquisição de investimento em ativos fixos tangíveis soma 6.354.376,29 €.

Esse montante resulta de:

- Execução do plano de investimentos, no montante de 6.184.615,61 € que corresponde a uma taxa de execução anual de 74,72 %;
- Construção de ramais e prolongamentos de rede por administração direta no valor de 51.366,68 €;
- Transferência do Município, a título oneroso, de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, valorizada em 118.394 €.

A aquisição de investimento em ativos intangíveis é de 66.868,49 €.

Apresentam-se alguns indicadores económicos, de produtividade e financeiros:

#### Indicadores Económicos e de Produtividade

- A rentabilidade das vendas e prestações de serviços passa a ser de 5,53 %;
- O cash flow operacional - EBITDA regista agora o valor de 7.010.809 €;
- O indicador volume de negócios/ nº médio de trabalhadores é de 115.335 €;
- O rácio vendas e prestações de serviços/ gastos com pessoal é de 3,65 €.

#### Indicadores Financeiros

- A liquidez geral é de 1,06 (em 2023 foi de 1,13);
- A autonomia financeira de 81,34% (em 2023 foi de 81,13 %);
- A solvabilidade de 4,36 (em 2023 foi de 4,13).

#### **1.4. PRODESO – Ensino Profissional EM, Lda.**

Contas individuais aprovadas em reunião da assembleia geral, datada de 05.03.2025.

No dia 11 de junho de 1991 – foi constituída a Sociedade Civil, por quotas, denominada – “PRODESO – Sociedade para o Desenvolvimento Profissional e Social de Coimbra, Limitada”.

Em 1999 foi aprovada a passagem da PRODESO, de entidade promotora, a entidade proprietária do ITAP - Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra (escola profissional privada de âmbito municipal) – sendo, nessa data, de 69 % a participação do Município no capital social realizado.

O Município de Coimbra detém atualmente 100% da PRODESO, EM, Lda., com uma participação financeira, avaliada ao custo histórico, de 48.300,00 € no capital realizado e uma prestação suplementar, efetuada em 2003, de 200.000,00 €.

Em Assembleia Geral realizada em novembro de 2018, foi deliberada a amortização da quota pertencente à sócia insolvente ACIC (detentora de 31% do capital social), com redução do capital social da sociedade, passando a Câmara Municipal de Coimbra a sócia única da PRODESO – Ensino Profissional, EM, Lda. O seu capital social atual é de 50.000,00 €, consequência de um aumento realizado em 2020, por incorporação de reservas livres, no montante de 1.700,00 €.

Tem como objeto social a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, qualificação e formação profissionais, nos termos previstos na alínea a) do artigo 45º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Compete ainda à sociedade a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação, destinados ao ensino e à qualificação profissionais, tendo em vista o desenvolvimento social. A sociedade pode ainda desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares, relacionadas com o ensino e com a qualificação e formação profissionais.

Missão: Prestar um serviço de Educação e Formação de excelência, focado na qualificação profissional de jovens e adultos, proporcionando-lhes a aquisição de competências, que permitam o desenvolvimento de habilidades, atitudes e capacidades, tendo em vista uma inserção no mundo do trabalho e/ou o prosseguimento de estudos, bem como o exercício responsável de uma cidadania ativa.

Visão: Pretende ser uma empresa de referência na região onde se insere pela excelência da promoção do sucesso escolar e profissional dos seus alunos, pela promoção dos valores da Cidadania e da Inclusão, pelo elevado grau de satisfação das famílias, pelas amplas relações externas que estabelece através da celebração de parcerias estratégicas com diversas entidades empresariais e outras organizações do tecido económico, social e cultural, regional, nacional e europeu.

### **Atividade**

O ano de 2024 foi marcado por dificuldades e desafios. A incerteza indesejável, devido à anunciada mudança de instalações, que não se veio a concretizar, para além da instabilidade provocada, inviabilizou o aumento da oferta formativa, ou seja, novos cursos.

O ITAP está autorizado a ministrar 12 cursos de ensino profissional de nível secundário de educação, que conferem o nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e Quadro Europeu de Qualificações (QEQ), e 3 cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), do 3.º ciclo do ensino básico, que conferem o nível 2 do QNQ e QEQ.

No ano letivo 2023/2024 e que transitaram para 2024, à data de 31/12, o número de alunos em formação era de 84.

Por níveis de formação, a distribuição de alunos foi a seguinte (2023/2024):

- Cursos Profissionais – 37 alunos;
- Cursos de Educação e Formação – 47 alunos.

A PRODESO, na qualidade de entidade formadora certificada, tem homologação para ministrar cursos de formação contínua para motoristas de veículos pesados de mercadorias e passageiros, com a duração de 35 horas. Esta formação é obrigatória, de 5 em 5 anos, para a renovação do Certificado de Aptidão de Motoristas (CAM) e respetiva Qualificação de Motorista.

O ano do exercício coincidiu com a transição para o novo de quadro comunitário de apoio. Os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação de Jovens ministrados na Escola ITAP, no ano letivo 2022/2023, são financiados pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH). Os cursos que iniciaram no ano letivo 2023/2024 são financiados pelo Programa Demografia, Qualificações e Inclusão designado de Pessoas 2030.

Os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação de Jovens ministrados são financiados pelo Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030).

Em março de 2024 foi atribuído ao ITAP o Selo de Conformidade EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais, instituído por Recomendação do Parlamento Europeu) renovado pelo período de três anos, através do Certificado nº 308/2024.

O programa Erasmus+ é o programa europeu para a educação, formação, juventude e desporto, e visa potenciar o desenvolvimento educativo, profissional e pessoal de todos os cidadãos na Europa, contribuindo assim para o crescimento sustentável, o emprego de qualidade e a coesão social, bem como impulsionar a inovação e reforçar a identidade europeia e a cidadania ativa.

O ITAP, no seu projeto educativo, integra a dimensão europeia da formação e de promoção de oportunidades para os alunos, procurando contribuir para a igualdade de oportunidades; para o reconhecimento de competências e qualificações no âmbito europeu; para a valorização pessoal e para, de alguma forma, contribuir para mitigar as assimetrias nacionais e europeias do (des)emprego dos jovens.

É com este desígnio que o ITAP, tem apresentado candidatura ao Programa Erasmus+ para a realização de estágios internacionais, e formação de pessoal, financiados por fundos comunitários.



Os projetos inserem-se na Ação-Chave 1 (KA1) – Mobilidade individual para fins de aprendizagem do projeto ERASMUS+, projeto de mobilidade para fins de aprendizagem de formandos e pessoal das organizações de Ensino e Formação Profissional, e engloba as seguintes modalidades:

- Modalidade A1: Estágios para formandos e recém-diplomados no estrangeiro;
- Modalidade A5: Formação de pessoal no estrangeiro em período de acompanhamento/observação no posto de trabalho (job shadowing) numa empresa ou noutra organização.

#### Formação Acreditada

A formação acreditada/homologada confere à PRODESO um “Selo” de reconhecimento e credibilidade. Garante que a formação cumpre a padrões elevados de qualidade e que os programas de formação são desenvolvidos e ministrados de acordo com as melhores práticas e normas estabelecidas pelas entidades certificadores, proporcionando uma formação eficaz e relevante.

No último trimestre do ano, a PRODESO iniciou a divulgação das ações de formação no seu sítio – <https://www.itap.pt>, separador Formação Contínua tendo também dado início à formação à distância através da plataforma Microsoft Teams.

#### Centro de Formação de Motoristas de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros

No início de 2015, a PRODESO obteve a licença, concedida pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) através do alvará n.º 6/2015, para ministrar ações de formação de Motoristas de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros, nos termos do decreto-Lei n.º 126/2009, de 27/5.

O Centro de Formação iniciou a sua atividade no ano de 2017e, definiu como objetivo dar resposta às necessidades de qualificação dos recursos humanos das entidades municipais, mais concretamente do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra. Durante 2024, para além da CIM de Coimbra, alargou a sua área de influência a outros concelhos do país.

A PRODESO, na qualidade de entidade formadora certificada, tem homologação para ministrara cursos de formação continua para motoristas de veículos pesados de mercadorias e de passageiros, com a duração de 35 horas. Esta formação é obrigatória, de 5 em 5 anos, para a renovação do Certificado de Aptidão de Motoristas 8CAM) e respetiva Qualificação de Motoristas.

#### **Celebração de Contrato-Programa de delegação de competências do Município de Coimbra**

Considerando que o Município de Coimbra tem como objetivo promover a aprendizagem ao longo da vida dos seus trabalhadores, e que a PRODESO pode desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares com o ensino, com a qualificação e formação profissional, e que ambas as entidades estão empenhadas na promoção do desenvolvimento social económico do concelho, foi possível celebrar dois contratos-programa, um iniciou em dezembro/2023 e terminou em março/2024 e o outro iniciou em abril/2024 e terminou em dezembro/2024.

As áreas de colaboração acordadas foram:

- Reforço das competências dos trabalhadores do Município e das Juntas e Uniões de Freguesia(s);

- Diagnóstico de necessidade de formação dos assistentes operacionais do Município e das Juntas e Uniões de Freguesia(s).
- Apoio técnico ao Município e às Juntas e Uniões de Freguesia(s) no âmbito do Programa PT 2030.

Foram realizadas 59 ações de formação, que correspondem a 640,5 horas de formação ministradas para um total de 866 participantes, correspondentes a 9.992,5 horas de volume de formação.

Para cada um dos projetos, referidos anteriormente, foram definidos objetivos estratégicos e operacionais, metas e indicadores de eficácia e eficiência que a PRODESO cumpriu com as seguintes taxas de eficácia:

- Contrato-Programa – dezembro/2023 a março/2024 – a taxa de cumprimento relativo a eficácia e eficiência da execução do objeto de contrato, foi de 89,06 %.
- Contrato-Programa – abril/2024 a dezembro/2024 – a taxa de cumprimento relativo a eficácia e eficiência da execução do objeto de contrato, foi de 85,89 %.

#### Formação à medida

Prosseguindo uma estratégia de dinamização e atualização da sua oferta formativa por forma a oferecer soluções ajustadas às necessidades atuais, a PRODESO aumentou a sua oferta formativa com a introdução de novos cursos de modo a responder às necessidades das empresas e, dos seus colaboradores, e dos seus clientes.

Neste âmbito, em 2024, a Formação Intra e Interempresas registou 17 ações de formação, 214 horas de formação, envolvendo 240 ativos dos mais diversos setores de atividade do tecido económico da região.

## Resultados

Apesar de o resultado líquido ainda ser negativo, em 2024 a PRODESO demonstra uma melhoria no seu desempenho económico em comparação com 2023. Esta melhoria deve-se ao facto de o crescimento dos rendimentos (36 %) ter superado o aumento dos gastos (7 %). O acréscimo nos rendimentos foi principalmente atribuído ao aumento dos subsídios à exploração. Quanto aos gastos, o incremento verificou-se essencialmente nos gastos com pessoal, refletindo um compromisso contínuo com a qualidade da oferta educativa formativa.

O resultado antes de impostos, em 2024, foi negativo, no valor de 168.209,66 €.

Os rendimentos, em 2024, foram de 602.248,26 €, aumentaram 36 % face a 2023 (em 2023 foram de 443.080,25 €).

Os gastos, em 2024, foram de 770.457,92 €, aumentaram 7% face a 2023 (em 2023 foram de 719.542,97 €).

Os gastos com fornecimento e serviços externos diminuíram 11 %. Parte significativa dessa redução foi devida a diminuição do valor hora do formador da Escola ITAP e também à diminuição de encargos com prestadores de serviço, assim como de outros fornecedores.

Os resultados gerados foram transferidos por conta de Resultados Transitados.

### **1.5. iParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.**

Contas individuais aprovadas em reunião da Assembleia Geral de 23.05.2025.

Constituído por escritura pública de 13 de fevereiro de 2004, o Coimbra iParque é um parque de ciência e tecnologia, gerido por uma sociedade especializada, a iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, EM SA, cujo objeto social é dinamizar e apoiar polos de inovação tecnológica, incubadoras de empresas e outras iniciativas associadas ao desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.

A Missão do iParque é o desenvolvimento e a modernização do tecido empresarial da cidade de Coimbra e da sua região, através de ações de promoção, criação e instalação de empresas de elevado conteúdo tecnológico, de consultorias e de formação orientadas para a inovação, desenvolvimento experimental e incorporação de novas tecnologias.

#### **Atividade**

O ano de 2024 ficou marcado pela formalização de compromissos que permitem avançar para o ano de 2025 com ocupação assegurada de 100% no Parque Tecnológico de Coimbra (PTC), tanto no Business Center Leonardo Da Vinci, como na ocupação dos lotes. Mesmo o lote 13, antes da Innovnano, e que estava encerrado desde 2019, foi, em 2024, reaberto pela Lifthium (do grupo Bondalti). Este trabalho de captação de investimento, e a continua procura que se tem registado, realça a necessidade de avançar com nova expansão do PTC.

Relativamente à expansão do PTC, nomeadamente do Business Center Leonardo Da Vinci, refira-se a apresentação do anteprojecto para refuncionalização e expansão da área útil deste edifício. Para a execução deste projecto foi, entretanto, garantido financiamento a 85% no âmbito de uma candidatura conjunta ITI Rede Urbana CENTRO +INVEST (Pré-qualificação, Aviso MPR-ITI\_R\_URB-2023-01) liderada pela Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e que envolve outras entidades parceiras. Esta candidatura foi aprovada em Agosto de 2024 para um investimento de 700.000 € no Business Center Leonardo Da Vinci. Decorrem ainda trâmites para que se possa dar início à execução da candidatura.

Entretanto, a 19 de Dezembro de 2024 foi aprovada, pela Assembleia Municipal de Coimbra, a 2ª alteração do Plano de Pormenor do PTC. Esta alteração permitiu concluir a revisão geral do projecto da Fase 2B (incluindo especialidades), estando abertas candidaturas a financiamento para novas zonas de acolhimento empresarial ou industrial (aviso CENTRO 2030-2024-4, cujo prazo foi sendo alargado e, atualmente, termina a 30 de Junho de 2025). Aguardou-se o trabalho, por parte da CMC, de expropriação de parcelas de terreno que integram esta Fase 2B e está, entretanto, agendada escritura – sendo o que está em falta para se poder submeter a candidatura para financiamento da empreitada que permitirá a criação de mais 11 novos lotes industriais / serviços.

Ainda relevante, relativamente a 2024, o encerramento do trabalho administrativo entre a iParque e a CMC para a transferência de competências no que diz respeito à gestão do espaço público no PTC e no Parque Industrial de Taveiro (quer ao nível da limpeza e manutenção, mas, também, à possibilidade de gestão de condomínios, de instalação e gestão de comunidades de energia renovável, entre outros/as iniciativas). O auto de transferência de competências foi aprovado em Assembleia Geral da iParque realizada a 20 de Dezembro de 2024. Na Assembleia Geral da iParque de 20 de Dezembro de 2024 foi já apresentada proposta de regulamento para a constituição e gestão de condomínios pelo que estão criadas todas as condições para que sejam uma realidade em 2025.

Ainda em 2024, foi encerrado o processo administrativo da revisão da composição acionista da iParque que ficou integralmente regularizada com as deliberações nas Assembleias Gerais da iParque que decorreram em 2024. Este foi um processo que encerrou um longo histórico de incoerências e de incumprimento na Empresa Municipal. Decorreram, simultaneamente, esforços para a regularização da conta corrente de todos os acionistas, estando por regularizar, nesta data, apenas 2 acionistas.

Por fim, a confirmação pela Autoridade Tributária (AT) da aceitação do 3º pedido de tributação das vendas de lotes pelo valor efetivo de venda e não pelo valor patrimonial tributário / VPT (prova do preço de transmissão - artigo 139.º do CIRC). Mais uma vez (pelo terceiro ano consecutivo!), foi concedida autorização à AT para acesso às contas bancárias da sociedade e dos administradores do atual CA, para que a AT pudesse comprovar a inexistência de valores diferentes dos declarados nas escrituras – que diferem muito do VPT. Este pedido teve aceitação da AT a 24 de Abril de 2025, o que condicionou este encerramento de contas, e resulta numa poupança direta de 210.000,00 € no IRC de 2024.

Note-se, contudo, que este é um procedimento que deve ser revisto pela Câmara Municipal (conforme temos insistido desde que aceitámos avançar com o 1º pedido junto da AT), nomeadamente quanto à possibilidade de rever índices que afetam a definição do VPT dos lotes no PTC e que o aproximem do valor de venda efetivo.

Com base em todo o trabalho realizado ao longo dos últimos anos e, em particular, no ano de 2024, apresenta-se o encerramento do ano de 2024 com resultado positivo pelo 2º ano consecutivo, com um aumento nos resultados antes de depreciações e gastos de financiamento de 519.100 € em 2023 para os 714.791 € em 2024. O resultado antes de impostos passa de 127.578 € em 2023 para os 280.570 € em 2024, ou seja, mais que duplica. Estes resultados demonstram o empenho e a seriedade da gestão nestes anos.

## **Resultados**

Continuou-se a registar, pelo 2º ano consecutivo, resultados positivos: o Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento foi de 519.100 € em 2023 e de 714.791 € em 2024; o Resultado Antes de Impostos passa de 127.578 € em 2023 para os 280.570 € em 2024, ou seja, mais que duplica; e o Resultado Líquido do Período foi agora superior em 112.416 € (passou de 113.237 € positivos em 2023 para 225.653 € positivos em 2024).

Desde a Lei 50/2012 (que veio obrigar ao reequilíbrio financeiro pelos acionistas e à sua aplicação desde o ano de 2013), esta é a 4ª vez que a iParque apresenta resultado positivo e em que não necessitará de reequilíbrio por parte dos acionistas (a 2ª vez consecutiva neste mandato).

Este é, também, o 3º melhor Resultado Líquido do Período desde a existência da iParque: o 1º foi em 2019 (com a referida renegociação e perdão de dívida ao BES / Novo Banco) e o 2º foi em 2010 (com as primeiras escrituras do Parque Tecnológico). O ano anterior, de 2023, passou assim para o 4º melhor Resultado Líquido do Período.

Apesar dos resultados positivos, e mesmo com a aplicação dos resultados deste ano para transitados, os resultados transitados manter-se-ão negativos. O desafio futuro é, naturalmente, garantir que se mantém a sustentabilidade da Empresa Municipal.

Os rácios contabilísticos tradicionais continuam a demonstrar uma autonomia financeira robusta (que aumenta de 59 para 65%), rácios de solvabilidade e de liquidez geral confortável (186 e 263% respetivamente), e uma contínua diminuição do endividamento (em sentido contrário ao aumento que se verificou entre 2020 e 2022, sendo que, agora, em 2024, é o registo mais baixo desde 2020).

Em termos de análise económica cumpre destacar ainda os seguintes factos relativos a 2024:

- O rácio de Capitais Permanentes é de 89,64% ( $RCP = \frac{\text{Total C.P.} + \text{Passivo Não Corrente}}{\text{A. Total}}$ );
- As dívidas de acionistas baixaram de 249.379 € para 196.547 € e com tendência decrescente (à data atual em que se aprova este relatório já está em 127.640,55 €);
- As dívidas de clientes, fruto de trabalho de recuperação, passaram de 225.762 € para 117.840 €;
- Deixaram de existir dívidas a fornecedores com exceção de dívidas correntes (que também são muito inferiores a 2023 por estarem a ser reduzidos os prazos de pagamento a fornecedores);
- Não existiram variações no contencioso com a AT.

### **1.6. Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia**

Contas individuais aprovadas em reunião da Assembleia Geral de 10.04.2025.

A Associação RUAS (Recriar a Universidade, Alta e Sofia) foi constituída em dezembro de 2011, tendo, como entidades fundadoras, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra, a Direção Regional da Cultura do Centro e a Coimbra Viva (Sociedade de Reabilitação Urbana).

A Associação RUAS é dirigida por uma Presidência (exercida rotativamente pela Universidade de Coimbra e pela Câmara Municipal de Coimbra) e por um Conselho Diretivo (presidido rotativamente pela Câmara Municipal de Coimbra e pela Universidade de Coimbra).

A associação tem as seguintes finalidades:

- Salvar, promover e gerir as áreas candidatas e de proteção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO;
- Salvar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO;
- Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da atividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto;
- Disponibilizar aos associados, e demais interessados, informação atualizada sobre linhas de financiamento para projetos;
- Representar o Bem classificado nas instituições nacionais e internacionais.

#### **Atividade**

A Associação RUAS tem direcionado as suas ações e atividades para a divulgação, promoção e valorização do Bem Universidade de Coimbra, Alta e Sofia sobretudo por intermédio da promoção e apoio a eventos e projetos na área da valorização do Património. O relacionamento com outras entidades tem sido assumido, igualmente, como um elemento estratégico da maior importância.

Como responsável pela valorização e promoção do Bem classificado, a Associação RUAS promove a realização dos Sons da Cidade, evento, que celebra a elevação do Bem a Património da Humanidade e, que foi enriquecido este ano com as comemorações dos 50 anos do 25 de abril de 1974, tendo, assim, como mote os Sons da Liberdade.

Para além desta importante data, comemorou-se o V centenário do nascimento de Luís de Camões – integrado nas celebrações do Dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas, este ano com início na Universidade de Coimbra – ao qual a Associação RUAS se associou.

Distribuído ao longo de vários momentos, no mês de junho de 2024, o programa de celebrações resultou da articulação com múltiplas entidades e agentes culturais, desenhando um programa plural, alicerçado no conhecimento, na salvaguarda patrimonial e na abertura à(s) comunidade(s).

A organização dos Sons da Cidade – evento que celebra a inscrição da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia na Lista do Património Mundial, ganhou, assim, um novo fôlego, tendo sido integrado num plano comemorativo mais vasto e diversificado.

A Direção pretendeu, assim, encetar um conjunto de ações que recentrem os objetivos estratégicos nos fins genéricos previstos nos seus Estatutos, permitindo ao mesmo tempo uma maior aproximação com os agentes do território, culturais ou outros, e a comunidade que compõe os espaços classificados. Pretendeu-se cimentar o conjunto de atividades já consolidadas e cujo esforço de continuidade legitima o trabalho desenvolvido. Manteve-se a aposta nas questões relacionadas com o trabalho técnico de acompanhamento do Bem e as responsabilidades institucionais enquanto interlocutor deste junto dos organismos nacionais e internacionais, estando em curso a elaboração de novo Plano de Gestão do Bem.

As atividades desenvolvidas procuraram responder aos objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades para 2024, a saber:

- Fomentar mecanismos de conservação do Património;
- Promover a divulgação nacional e internacional;
- Apoiar iniciativas de natureza cultural, científica e social;
- Garantir a representatividade institucional, cumprindo assim com os deveres assumidos.

No âmbito das atribuições específicas da RUAS – Associação Univer(s)cidade, foram desenvolvidos os seguintes objetivos operacionais, medidas e ações:

- Desenvolver atividades e parcerias que resultem em apoio financeiro, serviços ou outros recursos direcionados para a conservação do Bem
  - Promoção de reuniões entre técnicos das entidades com competências sobre o Bem com vista à recolha de elementos de monitorização;
  - Promoção de um maior envolvimento entre a Associação RUAS e a comunidade que habita, estuda, trabalha ou visita os espaços classificados;
  - Análise da alteração do Fórum Consultivo e revisão estatutária do órgão da Direção em virtude do desaparecimento da Direção Regional de Cultura do Centro;
  - Convite endereçado à Diocese de Coimbra para integrar a composição do órgão de Direção, considerando a importante relação histórica e cultural com o Bem, na sua componente material e imaterial;
  - Apoio à iniciativa, levado a cabo pelo Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), dirigida aos responsáveis pelos edifícios classificados sobre os seus espaços, em particular sobre a sua gestão, utilização e visitação;
  - Continuação da preparação de proposta de novo Plano de Gestão do Bem Universidade de Coimbra, Alta e Sofia.
- Desenvolver um calendário de atividades de promoção e divulgação do Bem
  - Programa de comemoração do 11.º aniversário da inscrição do Bem na Lista do Património Mundial da UNESCO, com o evento Sons da Cidade;
  - Eventos em parceria com entidades parceiras, na área classificada e/ou tampão;
  - Desenvolvimento e manutenção de página do Facebook da Associação RUAS;
  - Desenvolvimento de mecanismos de partilha de informação relativo às atividades que ocorrem nos espaços classificados;



- Promover a realização de atividades científicas, culturais e sociais que contribuam para o conhecimento sobre o Bem
  - Atividades no âmbito do 11.º aniversário da inscrição do Bem Universidade de Coimbra, Alta e Sofia na Lista do Património Mundial da UNESCO:
    - Na qualidade de parceira da Universidade de Coimbra e da Câmara Municipal de Coimbra, a Associação RUAS associou-se ao início das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Luís de Camões (1524-2024). No âmbito das comemorações realizou-se, no Pátio das Escolas, o concerto Eram tudo memórias de alegria, iniciativa inspirada no verso de Luís de Camões “Eram tudo memórias de alegria”. Contou com as atuações do Bando de Surunyo, de Teresa Salgueiro, do Quórum Ballet, do grupo musical Inquietação, da Secção de Fados da Associação Académica de Coimbra e do Coro dos Antigos Orfeonistas. Estas performances foram intercaladas com a recitação de versos de Camões pelo ator Diogo Dória;
    - Apresentação pública do trabalho “Modelações 3D de projetos não realizados da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra”, coordenado por Rui Lobo e Carlos Moura Martins, do Departamento de Arquitetura da FCTUC;
    - Debate com o tema Rua da Sofia e Via Central – História e Contemporaneidade. Partindo do passado, com a construção da Rua da Sofia e os seus efeitos duradouros no desenvolvimento do tecido urbano da cidade de Coimbra, até à atualidade, com a abertura da nova Via Central, planeada pela Metro Mondego e com projeto de requalificação do arquiteto Gonçalo Byrne, debater sobre a Rua da Sofia é, hoje e sempre, promover a reflexão sobre o Bem classificado, da qual é parte essencial;
    - Procurou-se com este debate, que contou com a participação de Teresa Jorge, do Conselho de Administração da Metro Mondego, de António Bandeirinha e Jorge Figueira, do Departamento de Arquitetura da FCTUC, de Luísa Trindade, da FLUC, e do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Silva, promover, junto de todos os interessados (público geral e especialistas), uma reflexão sobre a importância histórica e patrimonial da Rua da Sofia e as expectativas de transformação da cidade de Coimbra com a abertura da Via Central;
    - Concerto Bridging Musical Heritage: Música Ibérica dos séculos XVI e XVII, no âmbito do projeto com a mesma designação, que, de forma criativa, promoveu e divulgou o património de música antiga europeia;
    - Concerto de jazz A Liberdade está a passar por aqui, na Praça 25 de abril, com o grupo Lokomotiv;
    - Concerto de órgão na Capela de S. Miguel da Universidade, que contou com o intérprete Paulo Bernardino;
    - Visita acompanhada à Rua da Sofia e aos seus colégios, sob o signo de Celebrando o Património da Sophia, realizada por Cecília Mendes. Esta atividades destinou-se ao público geral;
    - Concerto A Palavra e Música, no Colégio da Trindade, com o qual se concluíram as festividades do Sons da Cidades: sons da Liberdade.
- Assegurar a comunicação entre a Associação RUAS e organismos nacionais e internacionais e gestão administrativa corrente
  - Acompanhamento e participação nas atividades da Rede de Património Mundial da UNESCO em Portugal: IX Encontro Ibérico de Gestores do Património Mundial, em Sintra, entre os dias 16 e 17 de setembro de 2024;

- Reuniões de trabalho;
- Reuniões entre as várias entidades com responsabilidade na gestão do Bem e área da Zona de Proteção;
- Contactos com a Comissão Nacional da UNESCO;
- Contactos com o Comité do Património Mundial.

## **Resultados**

Em 2024 não houve investimentos em ativos fixos tangíveis por parte de RUAS – Associação Univer(s)idade.

No que respeita ao resultado líquido, a Associação RUAS apresenta um resultado líquido positivo de 19.555,02 €. Apresentando um património líquido no montante de 89.752,12 €.

Importa, ainda, mencionar que não ocorreram acontecimentos subsequentes que tenham implicado ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício, assim como a Associação RUAS não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social nem a qualquer outras entidades públicas.

O desempenho orçamental, saldou-se como se demonstra a seguir:

– Receita efetiva	120.697,10 €
– Despesa efetiva	33.344,98 €
– Saldo para a gerência seguinte	87.252,12 €

Para o resultado líquido do exercício no montante de 19.555,02 € a Direção propôs que seja transferido para Resultados Transitados.

O Saldo de Gerência (saldo orçamental) que transita de um ano para o outro só pode ser utilizado como receita orçamental depois de aprovados os documentos de prestação de contas do ano anterior, pelo que o mesmo deverá ser introduzido no orçamento através de uma modificação orçamental. Essa modificação será uma revisão orçamental, por duas razões:

- Surge um acréscimo de receita e conseqüente aumento global da despesa;
- Só a Assembleia Geral tem poder para decidir a aplicação das novas verbas e aumento de despesa face ao orçamento inicial.

Para o Saldo de Gerência apurado no exercício de 2024, no montante de 87.252,12 €, propôs a direção, que o mesmo seja incluído no orçamento de 2025.

2. BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

Estrutura Patrimonial Consolidada

Estrutura do Balanço	2023	2024	Unid.: euro	
			variação 2023/2024 valor	%
<b>Ativo total</b>	<b>822 483 456,96 €</b>	<b>834 453 575,56 €</b>	<b>11 970 118,60 €</b>	<b>1,46%</b>
Ativo não corrente	753 824 677,46 €	764 967 670,60 €	11 142 993,14 €	1,48%
Ativo corrente	68 658 779,50 €	69 485 904,96 €	827 125,46 €	1,20%
<b>Património Líquido</b>	<b>657 568 945,55 €</b>	<b>673 537 083,88 €</b>	<b>15 968 138,33 €</b>	<b>2,43%</b>
<b>Passivo</b>	<b>164 914 511,41 €</b>	<b>160 916 491,68 €</b>	<b>- 3 998 019,73 €</b>	<b>-2,42%</b>
Passivo não corrente	119 582 784,98 €	119 875 499,80 €	292 714,82 €	0,24%
Passivo corrente	45 331 726,43 €	41 040 991,88 €	- 4 290 734,55 €	-9,47%
<b>Total do Passivo + Património Líquido</b>	<b>822 483 456,96 €</b>	<b>834 453 575,56 €</b>	<b>11 970 118,60 €</b>	<b>1,46%</b>

Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado e o Sistema Contabilístico adequam-se às instruções publicadas pela NCP 22 espelhando a situação patrimonial do Grupo Municipal, à data de 31 de dezembro de 2024.

As contas consolidadas são fortemente marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município de Coimbra, do exercício de 2024, quando individualmente considerado.

Com base nas contas individuais das entidades consolidadas, ajustamentos e operações de consolidação, foram produzidos os documentos Financeiros do Grupo Municipal do exercício de 2024 – Balanço Consolidado, Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados, Demonstração de Alteração do Património Líquido Consolidada e Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Balanço Consolidado evidencia a situação patrimonial do Grupo Municipal no final do ano de 2024, de acordo com o Perímetro de Consolidação considerado, refletindo os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal.

Em termos agregados observa-se que o Município, em conjunto com as entidades detidas a 100%, mantém uma posição predominante nas contas do Grupo Municipal Consolidado. O facto de os valores apresentados na linha do Total do Balanço Consolidado com interesses minoritários ser inferior ao total dos Balanços individuais das entidades detidas a 100%, resulta da eliminação de operações internas entre empresas do grupo.

O Ativo Líquido Consolidado ascendeu a 834.453.575,56 €, o que representa um aumento de 1,46%, face ao período homólogo de 2023.

O Passivo Consolidado ascendeu 160.916.491,68 €, tendo registado um decréscimo de 2,42%. Os Capitais Próprios Consolidados (com interesses minoritários), ascenderam a 673.537.083,88 €, o que se traduziu num acréscimo de 2,43 %. Os Interesses Minoritários apurados foram de 205.580,41 € e resultam do facto do Município não deter a totalidade do capital próprio na iParque – Parque Inovação Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A e na Associação Ruas – Recriar Universidade Alta e Sofia.

## Ativo Consolidado

Ativo	2023	peso %	2024	peso %	Unid.: euro	
					variação 2023/2024	
					Valor	%
<b>Ativo não corrente</b>	<b>753 824 677,46 €</b>	<b>91,7%</b>	<b>764 967 670,60 €</b>	<b>91,7%</b>	<b>11 142 993,14 €</b>	<b>1,48%</b>
Ativos fixos tangíveis	726 793 590,38 €	88,4%	734 274 546,80 €	88,0%	7 480 956,42 €	1,03%
Propriedades de investimento	4 224 903,99 €	0,5%	4 130 880,83 €	0,5%	- 94 023,16 €	- 2,23%
Ativos intangíveis	10 738 186,61 €	1,3%	11 178 861,23 €	1,3%	440 674,62 €	4,10%
Participações financeiras	11 525 780,69 €	1,4%	14 936 412,69 €	1,8%	3 410 632,00 €	29,59%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	398 842,07 €	0,0%	419 273,11 €	0,1%	20 431,04 €	5,12%
Ativos por Impostos Diferidos	143 373,72 €	0,0%	27 695,94 €	0,0%	- 115 677,78 €	- 80,68%
<b>Ativo Corrente</b>	<b>68 658 779,50 €</b>	<b>8,3%</b>	<b>69 485 904,96 €</b>	<b>8,3%</b>	<b>827 125,46 €</b>	<b>1,20%</b>
Inventários	2 220 205,10 €	0,3%	1 958 110,54 €	0,2%	- 262 094,56 €	- 11,80%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	305 828,58 €	0,0%	1 652 672,46 €	0,2%	1 346 843,88 €	440,39%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	11 645,32 €	0,0%	13 152,66 €	0,0%	1 507,34 €	12,94%
Clientes, contribuintes e utentes	3 942 957,60 €	0,5%	4 537 223,77 €	0,5%	594 266,17 €	15,07%
Estado e outros entes públicos	2 966 399,24 €	0,4%	725 949,03 €	0,1%	- 2 240 450,21 €	- 75,53%
Acionistas/sócios/associados	249 378,96 €	0,0%	196 547,07 €	0,0%	- 52 831,89 €	- 21,19%
Outras contas a receber	31 855 595,10 €	3,9%	37 141 393,02 €	4,5%	5 285 797,92 €	16,59%
Diferimentos	556 914,27 €	0,1%	579 409,65 €	0,1%	22 495,38 €	4,04%
Caixa e depósitos	26 549 855,33 €	3,2%	22 681 446,76 €	2,7%	- 3 868 408,57 €	- 14,57%
<b>Total do Ativo</b>	<b>822 483 456,96 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>834 453 575,56 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>11 970 118,60 €</b>	<b>1,46%</b>

Constata-se que, o ativo consolidado, quando comparado com o ativo do Município, permite aferir o forte peso do Município enquanto entidade consolidante, com uma representatividade superior a 90% e, como tal, responsável pelas principais variações ocorridas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Tais variações foram já anteriormente justificadas no âmbito da análise das contas individuais.

Passivo consolidado

Unid.: euro						
Passivo	2023	peso %	2024	peso %	variação 2023/2024	
					Valor	%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>119 582 784,98 €</b>	<b>72,5%</b>	<b>119 875 499,80 €</b>	<b>74,5%</b>	<b>292 714,82 €</b>	<b>0,24%</b>
Provisões	17 828 597,23 €	10,8%	17 367 107,65 €	10,8%	- 461 489,58 €	- 2,59%
Financiamentos obtidos	25 103 842,84 €	15,2%	21 114 475,76 €	13,1%	- 3 989 367,08 €	- 15,89%
Diferimentos	70 736 406,35 €	42,9%	75 409 623,19 €	46,9%	4 673 216,84 €	6,61%
Passivos por Impostos Diferidos	898 617,79 €	0,5%	839 324,92 €	0,5%	- 59 292,87 €	- 6,60%
Outras contas a pagar	5 015 320,77 €	3,0%	5 144 968,28 €	3,2%	129 647,51 €	2,59%
<b>Passivo corrente</b>	<b>45 331 726,43 €</b>	<b>27,5%</b>	<b>41 040 991,88 €</b>	<b>25,5%</b>	<b>- 4 290 734,55 €</b>	<b>- 9,47%</b>
Credores por transferência e subsídios não reembolsáveis concedidos	166 780,83 €	0,1%	482 941,53 €	0,3%	316 160,70 €	189,57%
Fornecedores	11 730 777,91 €	7,1%	11 352 001,14 €	7,1%	- 378 776,77 €	- 3,23%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	253 291,79 €	0,2%	175 928,19 €	0,1%	- 77 363,60 €	- 30,54%
Estado e outros entes públicos	1 594 511,63 €	1,0%	1 922 679,02 €	1,2%	328 167,39 €	20,58%
Financiamentos obtidos	11 078 459,12 €	6,7%	4 802 085,71 €	3,0%	- 6 276 373,41 €	- 56,65%
Fornecedores de investimentos	1 597 773,52 €	1,0%	1 907 987,64 €	1,2%	310 214,12 €	19,42%
Outras contas a pagar	16 423 894,70 €	10,0%	18 623 029,72 €	11,6%	2 199 135,02 €	13,39%
Diferimentos	2 486 236,93 €	1,5%	1 774 338,93 €	1,1%	- 711 898,00 €	- 28,63%
<b>Total do Passivo</b>	<b>164 914 511,41 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>160 916 491,68 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>- 3 998 019,73 €</b>	<b>- 2,42%</b>

Também no passivo consolidado verificamos que, quando comparado com o passivo do Município, o peso da entidade consolidante é superior a 90%, como tal, responsável pelas principais variações ocorridas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

No que respeita ao passivo não corrente, destaca-se a diminuição dos financiamentos obtidos devido essencialmente do pagamento do serviço da dívida de empréstimos contraídos em anos anteriores.

No passivo corrente, os “financiamentos obtidos” diminuíram em 56,65%, em resultado da contabilização, pelo Município, da quantia de 6,3 milhões de euros na rubrica de “exigível a curto prazo” relativa ao capital em dívida do empréstimo “Construção do Estádio Municipal de Coimbra – Euro 2004”, contratado em 2002 pelo prazo de 25 anos, integralmente amortizado no início de 2024 por substituição por um novo empréstimo, nas mesmas condições, mas que representará uma redução de encargos totais com juros na ordem dos 730 mil euros.

Ainda no passivo corrente consolidado, outros acréscimos mais significativos decorrem das rubricas de credores por transferências e subsídios não reembolsados concedidos e da rubrica fornecedores de investimentos.

Relativamente à rubrica de credores por transferências, o aumento de 189,57% ficou a dever-se maioritariamente à contabilização, pela Prodeso, de transferências de verbas efetuadas pela DGEST.

Dívida Consolidada

Passivo	Unid.: euro					
	2023	peso %	2024	peso %	variação 2023/2024	
					Valor	%
<b>Dívida bancária</b>	<b>36 182 301,96 €</b>	<b>49,0%</b>	<b>25 916 561,47 €</b>	<b>39,1%</b>	<b>- 10 265 740,49 €</b>	<b>- 28,37%</b>
Financiamentos obtidos - exigível a mais de 12 meses	25 103 842,84 €		21 114 475,76 €		- 3 989 367,08 €	- 15,89%
Financiamentos obtidos - exigível a menos de 12 meses	11 078 459,12 €		4 802 085,71 €		- 6 276 373,41 €	- 56,65%
<b>Outras dívidas</b>	<b>37 680 968,94 €</b>	<b>51,0%</b>	<b>40 448 860,44 €</b>	<b>60,9%</b>	<b>2 827 184,37 €</b>	<b>7,35%</b>
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	166 780,83 €		482 941,53 €		316 160,70 €	189,57%
Fornecedores	11 730 777,91 €		11 352 001,14 €		- 378 776,77 €	- 3,23%
Fornecedores de investimentos	1 597 773,52 €		1 907 987,64 €		310 214,12 €	19,42%
Estado e outros entes públicos	1 594 511,63 €		1 922 679,02 €		328 167,39 €	20,58%
Outras contas a pagar - exigível a mais de 12 meses	5 015 320,77 €		5 144 968,28 €		129 647,51 €	2,59%
Outras contas a pagar - exigível a menos de 12 meses	16 677 186,49 €		18 798 957,91 €		2 121 771,42 €	12,72%
Passivos por impostos diferidos	898 617,79 €		839 324,92 €		- 59 292,87 €	- 6,60%
<b>Dívida Total</b>	<b>73 863 270,90 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>66 365 421,91 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>- 7 438 556,12 €</b>	<b>- 10,15%</b>

Património consolidado

Património Consolidado	Unid.: euro			
	2023	2024	variação 2023/2024	
			Valor	%
Património	375 997 924,91 €	377 606 269,17 €	1 608 344,26 €	0,43%
Reservas Legais	17 819 926,27 €	17 833 870,46 €	13 944,19 €	0,08%
Outras Reservas	7 176 400,58 €	7 441 340,27 €	264 939,69 €	3,69%
Resultados Transitados	88 843 141,01 €	75 492 588,14 €	- 13 350 552,87 €	- 15,03%
Ajustamentos em ativos financeiros	4 829,76 €	4 829,76 €	- €	0,00%
Outras variações no património líquido	181 587 421,08 €	186 059 331,67 €	4 471 910,59 €	2,46%
Resultado Líquido do Exercício	- 14 039 907,80 €	8 893 274,00 €	22 933 181,80 €	163,34%
<b>Total</b>	<b>657 389 735,81 €</b>	<b>673 331 503,47 €</b>	<b>15 941 767,66 €</b>	<b>2,43%</b>
Interesses que não controlam	179 209,74 €	205 580,41 €	26 370,67 €	14,71%
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>657 568 945,55 €</b>	<b>673 537 083,88 €</b>	<b>15 968 138,33 €</b>	<b>2,43%</b>

A variação do Património Líquido do Grupo Consolidado aumentou cerca de 2,43%. As reservas e os resultados transitados apresentam uma variação decorrente da incorporação dos resultados líquidos do período anterior. Para o resultado líquido apurado no exercício, contribuiu positivamente o resultado apurado no Município, AC, IParque e na Ruas, tendo as restantes entidades apurado resultados negativos.

Nos termos da NCP 22 “a entidade que controla deve apresentar os interesses que não controlam no balanço consolidado dentro do património líquido, separadamente do património líquido próprio relativamente aos proprietários, da entidade que controla”. Deste modo, são apresentados os interesses minoritários no valor de 205.580,41€, por influência da Sociedade IParque e da Ruas.

Estrutura dos Resultados Consolidados

Estrutura dos Resultados	Unid.: euro			
	2023	2024	variação 2023/2024	
			Valor	%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	4 484 696,31 €	29 417 829,09 €	24 933 132,78 €	555,96%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 16 368 372,92 €	- 18 321 660,25 €	- 1 953 287,33 €	- 11,93%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	- 1 883 676,61 €	11 096 168,84 €	22 979 845,45 €	193,37%
Gastos de financiamento (líquidos)	- 1 521 687,44 €	- 1 595 622,57 €	- 73 935,13 €	- 4,86%
Impostos	- 627 987,01 €	- 580 900,91 €	47 086,10 €	7,50%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>- 14 033 351,06 €</b>	<b>8 919 645,36 €</b>	<b>22 952 996,42 €</b>	<b>163,56%</b>
Interesses que não controlam	- 6 556,74 €	- 26 371,36 €	- 19 814,62 €	- 302,20%
<b>Resultado Consolidado do Exercício</b>	<b>- 14 039 907,80 €</b>	<b>8 893 274,00 €</b>	<b>22 933 181,80 €</b>	<b>163,34%</b>

Gastos

Evolução dos Gastos	Unid.: euro					
	2023	peso %	2024	peso %	variação 2023/2024	
					Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10 587 951,18 €	6,10%	8 133 702,62 €	4,72%	- 2 454 248,56 €	- 23,18%
Fornecimentos e serviços externos	46 818 900,46 €	26,96%	53 649 801,98 €	31,11%	6 830 901,52 €	14,59%
Gastos com pessoal	66 359 019,04 €	38,21%	70 207 621,86 €	40,71%	3 848 602,82 €	5,80%
Transferências e subsídios concedidos	13 578 408,78 €	7,82%	16 380 906,53 €	9,50%	2 802 497,75 €	20,64%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 233 666,48 €	- 0,13%	- 87 228,33 €	- 0,05%	146 438,15 €	62,67%
Provisões (aumentos/reduções)	15 724 940,17 €	9,05%	- 501 589,18 €	- 0,29%	- 16 226 529,35 €	- 103,19%
Outros gastos	2 175 421,45 €	1,25%	3 830 090,12 €	2,22%	1 654 668,67 €	76,06%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	16 368 372,92 €	9,42%	18 321 660,25 €	10,62%	1 953 287,33 €	11,93%
Juros e gastos similares suportados	1 681 937,54 €	0,97%	1 931 512,79 €	1,12%	249 575,25 €	14,84%
Imposto sobre o Rendimento	627 987,01 €	0,36%	580 900,91 €	0,34%	- 47 086,10 €	- 7,50%
<b>Total</b>	<b>173 689 272,07 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>172 447 379,55 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>- 1 194 806,42 €</b>	<b>- 0,72%</b>

Rendimentos

Unid: euro						
Evolução dos Rendimentos	2023	peso	2024	peso	variação 2023/2024	
		%		%	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	59 711 539,07 €	37,40%	64 912 265,63 €	35,79%	5 200 726,56 €	8,71%
Vendas	10 534 722,53 €	6,60%	10 749 889,29 €	5,93%	215 166,76 €	2,04%
Prestações de serviços e concessões	30 999 544,64 €	19,42%	33 591 598,75 €	18,52%	2 592 054,11 €	8,36%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	316 884,44 €	0,20%	560 084,37 €	0,31%	243 199,93 €	76,75%
Transferências e subsídios correntes obtidos	47 796 830,38 €	29,94%	56 367 270,86 €	31,08%	8 570 440,48 €	17,93%
Variações nos inventários da produção	- 576 074,87 €	-0,36%	- 366 964,52 €	-0,20%	209 110,35 €	36,30%
Trabalhos para a própria entidade	68 699,70 €	0,04%	51 366,68 €	0,03%	- 17 333,02 €	- 25,23%
Outros rendimentos	10 643 525,02 €	6,67%	15 165 623,63 €	8,36%	4 522 098,61 €	42,49%
Juros e rendimentos similares obtidos	160 250,10 €	0,10%	335 890,22 €	0,19%	175 640,12 €	109,60%
<b>Total</b>	<b>159 655 921,01 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>181 367 024,91 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>21 711 103,90 €</b>	<b>13,60%</b>



Demonstração de resultados consolidada

Rendimentos e Gastos	Unid.: euro			
	2023	2024	Variação	
			Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	59 711 539,07	64 912 265,63	- 5 200 726,56	8,71%
Vendas	10 534 722,53	10 749 889,29	- 215 166,76	2,04%
Prestações de serviços e concessões	30 999 544,64	33 591 598,75	- 2 592 054,11	8,36%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	316 884,44	560 084,37	- 243 199,93	76,75%
Transferências e subsídios correntes obtidos	47 796 830,38	56 367 270,86	- 8 570 440,48	17,93%
Variações nos inventários da produção	-576 074,87	-366 964,52	-209 110,35	36,30%
Trabalhos para a própria entidade	68 699,70	51 366,68	17 333,02	-25,23%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 10 587 951,18	-8 133 702,62	- 2 454 248,56	23,18%
Fornecimentos e serviços externos	- 46 818 900,46	- 53 649 801,98	6 830 901,52	- 14,59%
Gastos com pessoal	- 66 359 019,04	- 70 207 621,86	3 848 602,82	- 5,80%
Transferências e subsídios concedidos	- 13 578 408,78	- 16 380 906,53	2 802 497,75	- 20,64%
Prestações sociais	0,00	0,00	0,00	NA
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	NA
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	233 666,48	87 228,33	146 438,15	-62,67%
Provisões (aumentos/reduções)	- 15 724 940,17	501 589,18	- 16 226 529,35	103,19%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	NA
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	NA
Outros rendimentos	10 643 525,02	15 165 623,63	-4 522 098,61	42,49%
Outros gastos	- 2 175 421,45	- 3 830 090,12	1 654 668,67	- 76,06%
<b>Resultados antes de depreciações e gastos financiamento</b>	<b>4 484 696,31</b>	<b>29 417 829,09</b>	<b>-24 933 132,78</b>	<b>555,96%</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 16 368 372,92	- 18 321 660,25	1 953 287,33	- 11,93%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	NA
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-11 883 676,61</b>	<b>11 096 168,84</b>	<b>-22 979 845,45</b>	<b>193,37%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	160 250,10	335 890,22	- 175 640,12	109,60%
Juros e gastos similares suportados	- 1 681 937,54	- 1 931 512,79	249 575,25	- 14,84%
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>- 13 405 364,05</b>	<b>9 500 546,27</b>	<b>- 22 905 910,32</b>	<b>170,87%</b>
Imposto sobre o rendimento	- 627 987,01	-580 900,91	- 47 086,10	7,50%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>- 14 033 351,06</b>	<b>8 919 645,36</b>	<b>- 22 952 996,42</b>	<b>163,56%</b>
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam	- 6 556,74	- 26 371,36	19 814,62	- 302,20%
<b>Resultado Consolidado</b>	<b>- 14 039 907,80</b>	<b>8 893 274,00</b>	<b>- 22 933 181,80</b>	<b>163,34%</b>

No exercício de 2024, o Grupo Municipal apurou um volume de Rendimentos Totais de 181.367.024,91 € e de Gastos Totais de 172.447.379,55 €, o que conduziu a um resultado gerado de 8.919.645,36€. Os valores apurados resultam, maioritariamente, da atividade do Município.

Na estrutura de rendimentos, o maior peso é assumido pelas rubricas “Impostos, contribuições e taxas” e pelas “Transferências e subsídios correntes obtidos”, resultantes da atividade da entidade-mãe, seguidos das prestações de serviços e concessões, resultante ainda, maioritariamente, da atividade da AC, Águas de Coimbra, E.M.

Na estrutura de gastos, à semelhança de anos anteriores, mantêm-se a relevância do peso dos gastos com pessoal, com fornecimentos e serviços externos, com os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e com os gastos com transferências e subsídios concedidos, como as rubricas que maior peso assumem. O aumento nos gastos com o pessoal, decorre do aumento do salário mínimo, de alterações de posicionamento remuneratório e outras disposições legais.

O Resultado Líquido positivo do período decorre dos Resultados Líquidos gerados pelas entidades que compõem o Grupo. Contribuíram decisivamente para aquele resultado, essencialmente o Município, mas também a AC, a IParque e a Ruas, que apresentaram Resultados Líquidos positivos.

Indicadores

Apresenta-se um quadro de indicadores relativos à atividade desenvolvida pelo Grupo Municipal, em termos comparativos com o ano de 2023, que permite efetuar uma leitura quantitativa da sua “saúde” financeira:

Liquidez		2024	2023	variação 2023/2024	Observações
Liquidez Geral	<i>Ativo Corrente/Passivo Corrente</i>	169,31%	151,46%	18%	Mede capacidade para fazer face a compromissos de CP. Deve ser superior a 100%
Liquidez Reduzida	<i>(Ativo Corrente - Inventários) /Passivo Corrente</i>	164,54%	146,56%	18%	Muito mais exigente que a Liquidez Geral. Afere a relação entre o dinheiro em caixa e bancos com as obrigações que normalmente são pagas dentro de um ano
Liquidez Imediata	<i>Disponibilidades/Passivo Corrente</i>	55,27%	58,57%	-3%	Mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelas disponibilidades.

Rentabilidade		2024	2023	variação 2023/2024	Observações
Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	<i>Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100</i>	132,43%	-213,41%	346%	Mede a remuneração potencial do património líquido da entidade, ou seja, mostra a percentagem de lucro auferido em relação ao montante total do património líquido
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	<i>Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100</i>	132,98%	-144,49%	277%	Dá-nos a informação sobre qual a capacidade dos ativos (máquinas, equipamento produtivo, inventários, equipamento administrativo, entre outros) da entidade em gerar resultados.

Estrutura Financeira		2024	2023	variação 2023/2024	Observações
Autonomia Financeira	<i>Património Líquido/Ativo</i>	80,72%	79,95%	1%	Representa a percentagem dos ativos totais da entidade financiados pelo património líquido.
Solvabilidade	<i>Património Líquido/Passivo</i>	418,56%	398,73%	20%	Rácio de solvabilidade visa perceber qual a capacidade que a entidade tem em solver (pagar) as suas obrigações a médio e longo prazo.
Grau de cobertura dos gastos financeiros	<i>Resultado operacional/ Gastos Financeiros</i>	574%	-707%	1281%	Mede o grau de cobertura dos gastos financeiros pelos resultados operacionais, o número de vezes que o resultado operacional cobre os juros financeiros permitindo perceber se a entidade tem capacidade de gerar resultados suficientes para cobrir as suas obrigações de natureza financeira.
Endividamento	<i>Passivo/Ativo</i>	19,28%	20,05%	-1%	Este rácio permite avaliar o grau de dependência financeira da entidade face a terceiros. Quanto mais elevado for o resultado deste rácio, maior a vulnerabilidade da entidade

Genericamente, os indicadores apresentam uma relevante evolução positiva, decorrente evolução do resultado líquido consolidado apurado.

Análise da distribuição dos Custos Consolidados por Funções

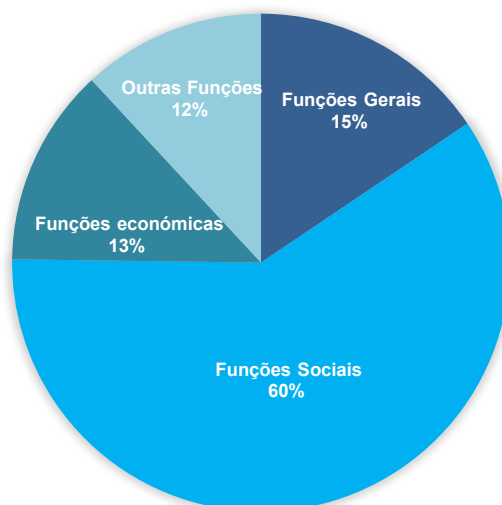
Unid.:euro

Função	Município de Coimbra	SMTUC	Águas de Coimbra	IParque (92,65%)	Prodeso	Ruas (50%)	Eliminações	Total	%
1 Funções Gerais	26 276 191,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 276 191,92	15,57%
111- Administração geral	23 936 444,79							23 936 444,79	
121-Protecção civil e luta contra incêndios	1 702 971,64							1 702 971,64	
122-Polícia municipal	636 775,49							636 775,49	
2 Funções Sociais	69 855 469,45	0,00	32 065 572,76	0,00	770 457,92	16 472,49	-2 064 896,81	100 643 075,81	59,64%
211-Ensino não superior	4 003 878,55				770 457,92		-447 307,72	4 327 028,75	
212-Serviços auxiliares de ensino	24 700 958,41							24 700 958,41	
221-Serviços individuais de saúde	2 189 758,05							2 189 758,05	
232-Acção social	2 584 287,53							2 584 287,53	
241-Habitação	2 271 922,97							2 271 922,97	
242-Ordenamento do território	3 156 351,81							3 156 351,81	
243-Saneamento	0,00		15 732 242,98				-787 456,71	14 944 786,27	
244-Abastecimento de água	0,00		16 333 329,78				-817 632,38	15 515 697,40	
245-Resíduos sólidos	10 593 194,86							10 593 194,86	
246-Protecção meio ambiente e conserv. da natureza	3 449 165,62							3 449 165,62	
251-Cultura	9 490 979,61					16 472,49	-12 500,00	9 494 952,10	
252-Desporto, recreio e lazer	7 296 504,20							7 296 504,20	
253-Outras atividades cívicas e religiosas	118 467,84							118 467,84	
3 Funções económicas	13 015 334,01	19 897 168,69	0,00	706 185,54	0,00	0,00	-11 874 350,29	21 744 337,94	12,89%
320-Indústria e energia	2 754 088,46			706 185,54			-291 088,00	3 169 185,99	
331-Transportes rodoviários	7 377 748,22	19 897 168,69					-11 583 262,29	15 691 654,62	
332-Transportes aéreos	252 713,44							252 713,44	
340-Comércio e turismo	9 992,49							9 992,49	
341-Mercados e feiras	700 374,26							700 374,26	
342-Turismo	1 920 417,14							1 920 417,14	
4 Outras Funções	20 084 508,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 084 508,35	11,90%
420-Transferências entre administrações	18 884 132,14							18 884 132,14	
430-Diversas não especificadas	1 200 376,21							1 200 376,21	
Total	129 231 503,73	19 897 168,69	32 065 572,76	706 185,54	770 457,92	16 472,49	-13 939 247,10	168 748 114,02	100,00%

Da análise do quadro conclui-se que as Funções Sociais representam 60 % do total dos custos do Grupo Municipal onde se inclui a atividade de Serviços Auxiliares de Ensino bem como o Abastecimento de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos. Seguindo-se as Funções Gerais que representam 15 % e refletem o peso dos custos de estrutura. As Outras Funções representam 12 %, com um peso preponderante das Transferências entre Administrações referente, essencialmente, às transferências para as Juntas de Freguesias no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos e às transferências para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra respeitantes à Compensação no Custo Social dos Transportes. As Funções Económicas representam 13 %, com um peso preponderante dos Transportes Rodoviários.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos custos por funções. A análise é feita de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância relativa que cada uma assume na distribuição dos custos do Grupo Municipal.

A análise gráfica ilustra como são aplicados os custos, gerados no Grupo Municipal acima identificado.



Análise da distribuição dos Rendimentos Consolidados por Funções

Unid.:euro

Função	Município de Coimbra	SMTUC	Águas de Coimbra	IParque (92,65%)	Prodeso	Ruas (50%)	Eliminações	Total	%
1 Funções Gerais	89 863 171,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89 863 171,03	50,43%
111- Administração geral	88 999 146,89							88 999 146,89	
121-Protecção civil e luta contra incêndios	302 964,82							302 964,82	
122-Polícia municipal	561 059,32							561 059,32	
2 Funções Sociais	32 450 439,55	0,00	33 839 242,79	0,00	602 248,26	26 250,00	-1 858 136,95	65 060 043,65	36,51%
211-Ensino não superior	203 078,57				602 248,26		-170 845,00	634 481,83	
212-Serviços auxiliares de ensino	18 245 031,66							18 245 031,66	
221-Serviços individuais de saúde	2 004 023,92							2 004 023,92	
232-Acção social	1 303 220,35							1 303 220,35	
241-Habitação	559 340,68							559 340,68	
242-Ordenamento do território	442 286,68							442 286,68	
243-Saneamento	0,00		16 877 185,49				-821 652,93	16 055 532,56	
244-Abastecimento de água	0,00		16 962 057,30				-853 139,02	16 108 918,28	
245-Resíduos sólidos	7 866 977,38							7 866 977,38	
246-Prot. do meio ambiente e conservação da natureza	297 848,50							297 848,50	
251-Cultura	1 054 708,02					26 250,00	-12 500,00	1 068 458,02	
252-Desporto, recreio e lazer	473 923,79							473 923,79	
253-Outras atividades cívicas e religiosas	0,00							0,00	
3 Funções económicas	6 387 163,77	18 763 782,09	0,00	915 252,69	0,00	0,00	-12 610 572,88	13 455 625,66	7,55%
320-Indústria e energia	3 974 978,84			915 252,69			-292 207,58	4 598 023,94	
331-Transportes rodoviários	1 882 245,47	18 763 782,09					-12 318 365,30	8 327 662,26	
332-Transportes aéreos	1 178,50							1 178,50	
340-Comércio e turismo	0,00							0,00	
341-Mercados e feiras	224 045,92							224 045,92	
342-Turismo	304 715,04							304 715,04	
4 Outras Funções	9 802 708,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 802 708,71	5,50%
420-Transferências entre administrações	8 463 733,88							8 463 733,88	
430-Diversas não especificadas	1 338 974,83							1 338 974,83	
Total	138 503 483,06	18 763 782,09	33 839 242,79	915 252,69	602 248,26	26 250,00	-14 468 709,83	178 181 549,05	100,00%

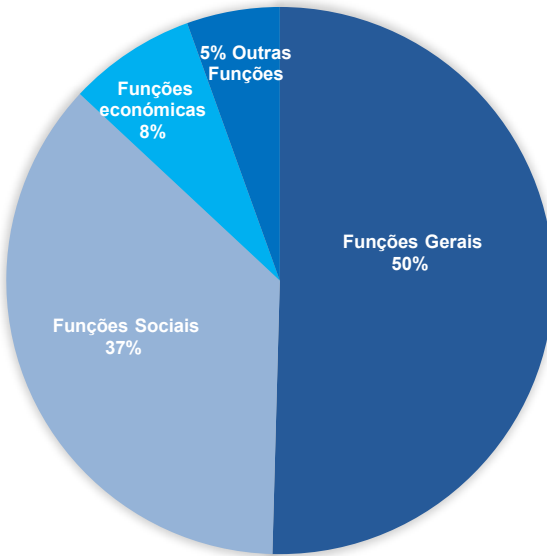
Nos Rendimentos é a Função Geral a que maior peso assume, representando 50 %, onde se incluem Impostos, Taxas e Fundos (com exceção do Fundo Social Municipal).

As Funções Sociais representam 37% do total dos rendimentos, sendo que o maior peso vai para os rendimentos de serviços auxiliares de ensino, onde se encontram refletidos os rendimentos provenientes das transferências de competências no domínio da educação, materializadas no Decreto-Lei nº21/19, de 30 de janeiro, bem como o Fundo Social Municipal. Também nas Funções Sociais assumem grande relevância as atividades de Abastecimento de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos.

De salientar, que cerca de 3% da função social corresponde a transferências para o Município, no âmbito da transferência de competências na área da saúde.

As Funções Económicas representam 8 %, onde o maior peso é dos Transportes Rodoviários e dos rendimentos provenientes da Renda de Concessão paga pela E\_REDES Distribuição de Energia, SA, ao Município de Coimbra.

A análise gráfica ilustra como são gerados os rendimentos, dentro do Grupo Municipal acima identificado.



Nos mapas apresentados as colunas das Eliminações refletem as operações internas entre as Entidades do Grupo Municipal.

**Demonstrações Orçamentais Consolidadas**





Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2024

Município de Coimbra											
Demonstração consolidada do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2024											
Rubrica	RECEBIMENTOS		2024		2023	Rubrica	PAGAMENTOS		2024		2023
	Saldo da gerência anterior		24 026 592,96 €		12 438 667,64 €		Despesa corrente		125 760 756,89 €		114 678 874,87 €
R101	Operações Orçamentais [1]		17 836 349,69 €		5 709 155,72 €	D1	Despesas com o pessoal		60 706 377,33 €		57 682 650,35 €
R102	Devolução do saldo oper. Orçamentais		- €		- €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes		45 514 003,41 €		42 059 456,39 €
R103	Operações de tesouraria [A]		6 190 243,27 €		6 729 511,92 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais		3 693 913,68 €		3 584 971,34 €
R104	Recebim saldo devolv por terceiras entidades		- €		- €	D1.3	Segurança Social		11 498 460,24 €		12 038 222,62 €
	Receita corrente		139 384 885,22 €		135 352 886,32 €	D2	Aquisição de bens e serviços		47 394 701,27 €		43 310 972,26 €
R1	Receita Fiscal		55 724 353,93 €		54 650 872,64 €	D3	Juros e outros encargos		1 777 952,51 €		1 497 032,50 €
R1.1	Impostos diretos		55 724 353,93 €		54 650 872,64 €	D4	Transferências e subsídios correntes		14 880 493,16 €		11 904 773,21 €
R1.2	Impostos indiretos		- €		- €	D4.1	Transferências correntes		14 880 493,16 €		11 664 773,21 €
R2	Contrib p/ sist. Prot. social e subsist. saúde		- €		- €	D4.1.1	Administrações Públicas		7 792 138,55 €		5 681 681,06 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades		6 670 166,94 €		6 908 956,45 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		1 646 229,03 €		997 390,98 €
R4	Rendimentos de propriedade		5 470 155,03 €		5 020 524,80 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		1 000,00 €		- €
R5	Transferências e subsídios correntes		53 825 668,66 €		50 226 714,17 €	D4.1.1.3	Segurança Social		-		- €
R5.1	Transferências correntes		53 825 668,66 €		49 708 308,99 €	D4.1.1.4	Administração Regional		-		- €
R5.1.1	Administrações Públicas		53 403 998,80 €		49 645 523,06 €	D4.1.1.5	Administração Local		6 144 909,52 €		4 684 290,08 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português		44 986 961,17 €		40 493 943,06 €	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo		5 440 685,65 €		4 102 106,24 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		488 505,84 €		513 542,09 €	D4.1.3	Famílias		496 526,18 €		395 770,45 €
R5.1.1.3	Segurança Social		30 923,40 €		30 923,40 €	D4.1.4	Outras		1 151 142,78 €		1 485 215,46 €
R5.1.1.4	Administração Regional		-		- €	D4.2	Subsídios correntes		-		240 000,00 €
R5.1.1.5	Administração Local		7 897 608,39 €		8 607 114,51 €	D5	Outras despesas correntes		1 001 232,62 €		283 446,55 €
R5.1.2	Exterior - U E		421 669,86 €		- €		Despesa de capital		17 658 930,52 €		39 509 578,77 €
R5.1.3	Outras		-		62 785,93 €	D6	Aquisição de bens de capital		15 482 452,61 €		37 969 269,46 €
R5.2	Subsídios correntes		-		518 405,18 €	D7	Transferência e subsídios de capital		1 975 782,31 €		1 386 616,71 €
R6	Venda de bens e serviços		14 525 587,60 €		17 127 677,13 €	D7.1	Transferências de capital		1 975 782,31 €		1 386 616,71 €
R7	Outras receitas correntes		3 168 953,06 €		1 418 141,13 €	D7.1.1	Administrações Públicas		1 791 453,67 €		1 214 179,02 €
	Receita de capital		12 909 792,09 €		25 161 400,33 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		-		- €
R8	Venda de bens de investimento		1 512 749,45 €		202 323,59 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		-		- €
R9	Transferências e subsídios de capital		11 149 710,92 €		24 787 860,69 €	D7.1.1.3	Segurança Social		-		- €
R9.1	Transferências de capital		11 149 710,92 €		24 787 860,69 €	D7.1.1.4	Administração Regional		-		- €
R9.1.1	Administrações Públicas		10 636 883,83 €		24 488 389,72 €	D7.1.1.5	Administração Local		1 791 453,67 €		1 214 179,02 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português		10 636 883,83 €		24 488 389,72 €	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo		184 328,64 €		172 437,69 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		-		- €	D7.1.3	Famílias		-		- €
R9.1.1.3	Segurança Social		-		- €	D7.1.4	Outras		-		- €
R9.1.1.4	Administração Regional		-		- €	D7.2	Subsídios de capital		-		- €
R9.1.1.5	Administração Local		-		- €	D8	Outras despesas de capital		200 695,60 €		153 692,60 €
R9.1.2	Exterior - U E		-		- €		Despesa efetiva [5]		143 419 687,41 €		154 188 453,64 €
R9.1.3	Outras		512 827,09 €		299 470,97 €		Despesa não efetiva (6)		13 960 688,19 €		3 711 004,13 €
R9.2	Subsídios de capital		-		- €	D9	Despesa com ativos financeiros		3 154 345,00 €		- €
R10	Outras receitas de capital		247 331,72 €		171 216,05 €	D10	Despesa com passivos financeiros		10 806 343,19 €		3 711 004,13 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		78 384,73 €		147 918,28 €		Soma [7]=[5]+[6]		157 380 375,60 €		157 899 457,77 €
	Receita efetiva [2]		152 373 062,04 €		160 662 204,93 €		Operações de tesouraria [C]		1 835 488,30 €		3 251 063,19 €
	Receita não efetiva (3)		1 225 340,16 €		9 364 674,99 €		Saldo para a gerência seguinte		20 577 376,53 €		24 026 592,96 €
R12	Receita com ativos financeiros		13 152,66 €		11 645,32 €		Operações orçamentais [8] = [4]-[7]		14 054 376,29 €		17 836 577,87 €
R13	Receita com passivos financeiros		1 212 187,50 €		9 353 029,67 €		Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		6 523 000,24 €		6 190 015,09 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]		171 434 751,89 €		175 736 035,64 €		Saldo global [2] - [5]		8 953 374,63 €		6 473 751,29 €
ROT	Operações de tesouraria [B]		2 168 245,27 €		2 711 566,36 €		Despesa primária		141 641 734,90 €		152 691 421,14 €
							Saldo corrente		13 624 128,33 €		20 674 011,45 €
							Saldo de capital		- 4 749 138,43 €		- 14 348 178,44 €
							Saldo primário		10 731 327,14 €		7 970 783,79 €
							Receita total [1] + [2] + [3]		171 434 751,89 €		175 736 035,64 €
							Despesa total [5] + [6]		157 380 375,60 €		157 899 457,77 €

O Órgão Executivo

Em ..... de ..... de .....

.....

O Órgão Deliberativo

Em ..... de ..... de .....

.....

Município de Coimbra
Prestação de Contas Consolidada 2024

Município de Coimbra					
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza em 31 de Dezembro de 2024					
Rubrica	LIQUIDAÇÕES		OBRIGAÇÕES		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Receita corrente</b>	5 257 727,78 €	5 825 445,81 €	<b>Despesa corrente</b>	2 076 310,29 €	1 647 327,85 €
R1 Receita Fiscal	- €	- €	D1 Despesas com o pessoal	656 802,65 €	609 657,42 €
R1.1 Impostos diretos	- €	- €	D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	596 810,06 €	562 631,89 €
R1.2 Impostos indiretos	- €	- €	D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	42 332,73 €	45 650,55 €
R2 Contrib p/ sistemas proteção social e subs	- €	- €	D1.3 Segurança Social	17 659,86 €	1 374,98 €
R3 Taxas, multas e outras penalidades	1 249 992,02 €	2 651 895,61 €	D2 Aquisição de bens e serviços	1 306 785,00 €	860 501,64 €
R4 Rendimentos de propriedade	349 937,88 €	310 484,02 €	D3 Juros e outros encargos	10 423,61 €	27,29 €
R5 Transferências e subsídios correntes	1 211 748,35 €	- €	D4 Transferências e subsídios correntes	73 809,59 €	136 443,55 €
R5.1 Transferências correntes	1 211 748,35 €	- €	D4.1 Transferências correntes	73 809,59 €	136 443,55 €
R5.1.1 Administrações Públicas	665 079,50 €	- €	D4.1.1 Administrações Públicas	7 740,67 €	64 057,33 €
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	665 079,50 €	- €	D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	7 640,67 €	63 957,33 €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €	D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R5.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	D4.1.1.3 Segurança Social	- €	- €
R5.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	D4.1.1.4 Administração Regional	- €	- €
R5.1.1.5 Administração Local	- €	- €	D4.1.1.5 Administração Local	100,00 €	100,00 €
R5.1.2 Exterior - U E	546 668,85 €	- €	D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	60 588,71 €	63 238,71 €
R5.1.3 Outras	- €	- €	D4.1.3 Famílias	5 480,21 €	9 147,51 €
R5.2 Subsídios correntes	- €	- €	D4.1.4 Outras	- €	- €
R6 Venda de bens e serviços	1 998 996,69 €	2 438 510,43 €	D4.2 Subsídios correntes	- €	- €
R7 Outras receitas correntes	447 052,84 €	424 555,75 €	D5 Outras despesas correntes	28 489,44 €	40 697,95 €
<b>Receita de capital</b>	1 488 254,44 €	787 704,69 €	<b>Despesa de capital</b>	120 878,69 €	990 221,43 €
R8 Venda de bens de investimento	- €	184 353,12 €	D6 Aquisição de bens de capital	106 878,69 €	958 721,43 €
R9 Transferências e subsídios de capital	131 759,35 €	143 388,55 €	D7 Transferência e subsídios de capital	14 000,00 €	31 500,00 €
R9.1 Transferências de capital	131 759,35 €	143 388,55 €	D7.1 Transferências de capital	14 000,00 €	31 500,00 €
R9.1.1 Administrações Públicas	131 759,35 €	143 388,55 €	D7.1.1 Administrações Públicas	- €	- €
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	60,00 €	11 689,20 €	D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	- €	- €
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	131 699,35 €	131 699,35 €	D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	- €
R9.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	D7.1.1.3 Segurança Social	- €	- €
R9.1.1.4 Administração Regional	- €	- €	D7.1.1.4 Administração Regional	- €	- €
R9.1.1.5 Administração Local	- €	- €	D7.1.1.5 Administração Local	- €	- €
R9.1.2 Exterior - U E	- €	- €	D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	14 000,00 €	31 500,00 €
R9.1.3 Outras	- €	- €	D7.1.3 Famílias	- €	- €
R9.2 Subsídios de capital	- €	- €	D7.1.4 Outras	- €	- €
R10 Outras receitas de capital	1 356 495,09 €	459 963,02 €	D7.2 Subsídios de capital	- €	- €
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	- €	D8 Outras despesas de capital	- €	- €
<b>Receita efetiva [2]</b>	6 745 982,22 €	6 613 150,50 €	<b>Despesa efetiva [5]</b>	2 197 188,98 €	2 637 549,28 €
<b>Receita não efetiva (3)</b>	- €	- €	<b>Despesa não efetiva (6)</b>	- €	- €
R12 Receita com ativos financeiros	- €	- €	D9 Despesa com ativos financeiros	- €	- €
R13 Receita com passivos financeiros	- €	- €	D10 Despesa com passivos financeiros	- €	- €
<b>Receita total [4]=[1]+[2]+[3]</b>	6 745 982,22 €	6 613 150,50 €	<b>Despesa Total [7]=[5]+[6]</b>	2 197 188,98 €	2 637 549,28 €

O Órgão Executivo

Em ..... de ..... de .....

.....

O Órgão Deliberativo

Em ..... de ..... de .....

.....

**Demonstrações Financeiras Consolidadas**



Município de Coimbra
Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2024

Valores em €			
RUBRICAS	NOTAS	31.12.2024	31.12.2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	734 274 546,80 €	726 793 590,38 €
Propriedades de investimento	8	4 130 880,83 €	4 224 903,99 €
Ativos intangíveis	3	11 178 861,23 €	10 738 186,61 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras		14 936 412,69 €	11 525 780,69 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		419 273,11 €	398 842,07 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos por impostos diferidos		27 695,94 €	143 373,72 €
Clientes, contribuintes e utentes		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		0,00 €	0,00 €
		764 967 670,60 €	753 824 677,46 €
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	1 958 110,54 €	2 220 205,10 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 652 672,46 €	305 828,58 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		13 152,66 €	11 645,32 €
Clientes, contribuintes e utentes	23.2	4 537 223,77 €	3 942 957,60 €
Estado e outros entes públicos	23.1	725 949,03 €	2 966 399,24 €
Acionistas/sócios/associados		196 547,07 €	249 378,96 €
Outras contas a receber	23.3	37 141 393,02 €	31 855 595,10 €
Diferimentos		579 409,65 €	556 914,27 €
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos não correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	1.3	22 681 446,76 €	26 549 855,33 €
		69 485 904,96 €	68 658 779,50 €
<b>Total do Ativo</b>		<b>834 453 575,56 €</b>	<b>822 483 456,96 €</b>

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2024	31.12.2023
Património/Capital		377 606 269,17 €	375 997 924,91 €
Ações (quotas) próprias		0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão		0,00 €	0,00 €
Reservas legais		17 833 870,46 €	17 819 926,27 €
Outras reservas		7 441 340,27 €	7 176 400,58 €
Resultados transitados		75 492 588,14 €	88 843 141,01 €
Ajustamentos em ativos financeiros		4 829,76 €	4 829,76 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no Património Líquido		186 059 331,67 €	181 587 421,08 €
<b>Resultado líquido do período</b>		8 893 274,00 €	-14 039 907,80 €
Dividendos antecipados		0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam		205 580,41 €	179 209,74 €
<b>Total do Património Líquido</b>		673 537 083,88 €	657 568 945,55 €
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	17 367 107,65 €	17 828 597,23 €
Financiamentos obtidos	7	21 114 475,76 €	25 103 842,84 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		75 409 623,19 €	70 736 406,35 €
Passivos por impostos diferidos		839 324,92 €	898 617,79 €
Fornecedores		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar		5 144 968,28 €	5 015 320,77 €
		119 875 499,80 €	119 582 784,98 €
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		482 941,53 €	166 780,83 €
Fornecedores	23.4	11 352 001,14 €	11 730 777,91 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		175 928,19 €	253 291,79 €
Estado e outros entes públicos	23.1	1 922 679,02 €	1 594 511,63 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	7	4 802 085,71 €	11 078 459,12 €
Fornecedores de investimentos	23.4	1 907 987,64 €	1 597 773,52 €
Outras contas a pagar	23.5	18 623 029,72 €	16 423 894,70 €
Diferimentos		1 774 338,93 €	2 486 236,93 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		41 040 991,88 €	45 331 726,43 €
<b>Total do Passivo</b>		160 916 491,68 €	164 914 511,41 €
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		834 453 575,56 €	822 483 456,96 €

O Órgão Executivo

Em ..... de ..... de .....

.....

O Órgão Deliberativo

Em ..... de ..... de .....

.....

Município de Coimbra
Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2024	2023
Impostos, contribuições e taxas		64 912 265,63 €	59 711 539,07 €
Vendas		10 749 889,29 €	10 534 722,53 €
Prestações de serviços e concessões		33 591 598,75 €	30 999 544,64 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		560 084,37 €	316 884,44 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		56 367 270,86 €	47 796 830,38 €
Variações nos inventários da produção		-366 964,52 €	-576 074,87 €
Trabalhos para a própria entidade		51 366,68 €	68 699,70 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-8 133 702,62 €	-10 587 951,18 €
Fornecimentos e serviços externos	23.6	-53 649 801,98 €	-46 818 900,46 €
Gastos com pessoal	23.7	-70 207 621,86 €	-66 359 019,04 €
Transferências e subsídios concedidos	23.8	-16 380 906,53 €	-13 578 408,78 €
Prestações sociais		0,00 €	0,00 €
Imparidade de inventarios e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		87 228,33 €	233 666,48 €
Provisões (aumentos/reduções)		501 589,18 €	-15 724 940,17 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		15 165 623,63 €	10 643 525,02 €
Outros gastos		-3 830 090,12 €	-2 175 421,45 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>29 417 829,09 €</b>	<b>4 484 696,31 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-18 321 660,25 €	-16 368 372,92 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis		0,00 €	0,00 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>11 096 168,84 €</b>	<b>-11 883 676,61 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		335 890,22 €	160 250,10 €
Juros e gastos similares suportados		-1 931 512,79 €	-1 681 937,54 €
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>9 500 546,27 €</b>	<b>-13 405 364,05 €</b>
Imposto sobre o rendimento		-580 900,91 €	-627 987,01 €
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>8 919 645,36 €</b>	<b>-14 033 351,06 €</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da entidade-mãe		-26 371,36 €	-6 556,74 €
Interesses que não controlam		8 893 274,00 €	-14 039 907,80 €

O Órgão Executivo

Em ..... de ..... de .....

.....

O Órgão Deliberativo

Em ..... de ..... de .....

.....



Município de Coimbra			
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024			
Valores em €			
Rubricas	Notas	Períodos	
		2024	2023
<b>Fluxos de Caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		42 231 006,29 €	42 828 954,45 €
Recebimentos de contribuintes		61 883 660,69 €	61 130 258,27 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		53 403 998,80 €	49 495 523,07 €
Recebimentos de utentes		4 506 946,70 €	5 365 645,65 €
Pagamentos a fornecedores		- 64 679 116,64 € -	58 241 383,25 €
Pagamentos ao pessoal		- 48 122 676,32 € -	44 245 176,42 €
Pagamentos a contribuintes / Utentes		- €	- €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 15 945 798,55 € -	12 974 478,82 €
Pagamentos de prestações sociais		- €	- €
Caixa gerada pelas operações		33 278 020,97 €	43 359 342,95 €
Recebimento/pagamento do imposto sobre o rendimento		- 244 122,41 € -	256 121,76 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 19 544 652,99 € -	25 165 814,08 €
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		13 489 245,57 €	17 937 407,11 €
<b>Fluxos de Caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		- 21 187 838,39 € -	42 748 203,99 €
Ativos intangíveis		- 84 982,47 € -	28 832,10 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- 3 154 345,00 €	- €
Outros ativos		- €	- €
Recebimentos provenientes de:		- €	- €
Ativos fixos tangíveis		2 063 406,11 €	203 398,59 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Propriedades de investimento		4 477 709,61 €	4 491 406,61 €
Investimentos financeiros		152 784,64 €	11 645,32 €
Outros ativos		- €	- €
Subsídios ao investimento		518 373,05 €	6 697 044,24 €
Transferências de capital		10 684 351,75 €	18 560 025,45 €
Juros e rendimentos similares		425 247,83 €	97 055,36 €
Dividendos		567 678,84 €	432 062,83 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento (b)		- 5 537 614,03 € -	12 284 397,69 €
<b>Fluxos de Caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		1 212 187,50 €	9 353 029,67 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		54 119,25 €	62 786,41 €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	150 000,00 €
Pagamentos respeitantes a:		- €	- €
Financiamentos obtidos		- 11 473 009,85 € -	4 451 646,02 €
Juros e gastos similares		- 1 613 337,01 € -	1 542 722,77 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento (c)		- 11 820 040,11 €	3 571 447,29 €

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		2024	2023
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		- 3 868 408,57 €	9 224 456,71 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		26 549 855,33 €	17 325 398,62 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		22 681 446,76 €	26 549 855,33 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE			
Caixa e seus equivalentes no início do período		26 549 855,33	17 325 398,62
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= saldo da gerência anterior		26 549 855,33	17 325 398,62
De execução orçamental		20 359 612,06	10 603 456,69
De operações de tesouraria		6 190 243,27	6 721 941,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período		22 681 446,76	26 549 855,33
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
=saldo para a gerência seguinte	1.3	22 681 446,76	26 549 855,33
De execução orçamental		16 158 446,52	20 359 612,06
De operações de tesouraria		6 523 000,24	6 190 243,27

O Órgão Executivo

Em ..... de ..... de .....

.....

O Órgão Deliberativo

Em ..... de ..... de .....

.....

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Descrição	Notas	Município de Coimbra											Total do Património Líquido
		Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados Translados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam
Posição no início do período (1)	(1)	375 997 924,91	0,00	0,00	0,00	24 996 326,85	88 843 141,01	4 829,76	0,00	181 587 421,08	-14 039 907,80	657 389 735,81	179 209,74
Alterações no período													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		1 608 344,26	0,00	0,00	0,00	278 883,88	-13 350 542,96	0,00	0,00	2 335 559,07	13 388 403,85	4 260 648,10	26 370,67
Total	(2)	1 608 344,26	0,00	0,00	0,00	278 883,88	-13 350 542,96	0,00	0,00	4 471 910,59	13 388 403,85	6 396 999,62	26 370,67
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 544 777,95	9 544 777,95	0,00
Resultado Integral (4)=(2)+(3)	(4)	1 608 344,26	0,00	0,00	0,00	278 883,88	-13 350 542,96	0,00	0,00	4 471 910,59	22 933 181,80	15 941 777,57	26 370,67
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	- 9,91	0,00	0,00	0,00	0,00	- 9,91	- 9,91
Subscrição de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	- 9,91	0,00	0,00	0,00	0,00	- 9,91	- 9,91
posição fim período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	(6)	377 606 269,17	0,00	0,00	0,00	25 275 210,73	75 492 588,14	4 829,76	0,00	186 059 331,67	8 893 274,00	673 331 503,47	205 580,41
													673 537 083,88

**Anexo às Demonstrações Financeiras  
Consolidadas**



Nota 1 – Identificação do grupo, período de relato e referencial contabilístico

1.1 — Identificação do grupo autárquico

Identificação das entidades que compõem o grupo autárquico:

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Obs.
					Direto	Indireto	
Município de Coimbra	Praça 8 de Maio, 3000-300 Coimbra	Serviços aos munícipes					a)
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Guarda Inglesa, 3041-951 Coimbra	Prestar serviços de transportes públicos urbanos com fortes preocupações de carácter eminente social, modernos, de confiança, seguros, responsáveis ambientalmente e assim contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho, garantindo uma oferta de transporte público adequada às necessidades das populações, desenvolvendo acções que privilegiem a opção do uso do transporte colectivo.	N/A	N/A	100,00%		b)
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Rua da Alegria 101, 3000-018 Coimbra	Assegurar o abastecimento de água e a drenagem de águas residuais, bem como a prestação de serviços associados.	40 000 000,00	39 140 176,00	100,00%		b)
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	Rua Casa Branca 41, 3030-185 Coimbra	Promover e gerir equipamentos coletivos, prestar serviços na área da educação, qualificação e formação profissional, incluindo a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação, tendo em vista o desenvolvimento social.	50 000,00	48 300,00	100,00%		b)
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	3040 Antanhol - Coimbra	Ecossistema empresarial de desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação.	2 616 380,00	2 423 979,00	92,65%		b)
RUAS - Associação Univer(SC)idade	Reitoria da Universidade de Coimbra, Paço das Escolas, 3004-531 Coimbra	Salvaguardar, promover e gerir as áreas candidatas e de proteção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO; Salvaguardar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO; Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da atividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto; Disponibilizar aos associados e demais interessados informação atualizada sobre linhas de financiamento para projetos; Representar o Bem classificado nas instituições nacionais e internacionais.	150 000,00	75 000,00	50,00%		b)

Notas:

- a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o estabelecido na Lei das Finanças Locais  
b) Entidade controlada pelo Município de Coimbra

1.2 — Referencial contabilístico e métodos de consolidação aplicados

O artigo 7º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental constituído, no caso da Administração Local, pelas entidades incluídas neste subsector nas últimas contas sectoriais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística;
- Perímetro de consolidação de natureza financeira constituído pelo grupo público, aferido através dos critérios de presunção de controlo previstos nos nºs 4 e 5 do artigo 75º do RFALEI.

Neste sentido, na prestação de contas consolidadas, os mapas orçamentais são apresentados com o perímetro orçamental e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.

O referencial contabilístico de suporte à preparação das demonstrações financeiras individuais das entidades que compõem o perímetro de controlo e o enquadramento no artigo 75º do RFALEI no que se refere à aferição dos critérios de controlo são os abaixo mencionados:

Entidade	Natureza da Entidade	Enquadramento no artigo nº 75º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 66/2020, de 04 de novembro	% do Capital Detido	Método de consolidação	Referencial Contabilístico
Município de Coimbra	Autarquia Local	Conforme disposto no nº2	Entidade-mãe	_____	SNC-AP
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra	Serviço Municipalizado	Conforme disposto no nº4	100,00%	Simplex Agregação	SNC-AP
A.C. Águas de Coimbra, E.M.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	100,00%	Integral	SNC
PRODESO - Ensino Profissional, Lda.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	100,00%	Integral	SNC-AP
COIMBRA I PARQUE - P. Inov. Ciência, Tecn. Saúde, S.A.	Empresa Local	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	92,65%	Integral	SNC-AP
RUAS - Associação Univer(SC)idade	Associação de Direito Privado	Conforme disposto nos nº 4 e nº 5	50,00%	Integral	SNC-AP

O perímetro de consolidação orçamental está restringido às administrações públicas (entidades que compõem os subsectores da Administração Central, Segurança Social, Administração Local e Regiões Autónomas) reclassificadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

Neste pressuposto, a entidade AC Águas de Coimbra, EM, por não constar da lista publicada pelo INE em março de 2025, não integra o perímetro das demonstrações orçamentais consolidadas em 2024.

O artigo 3º do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro define que “o SNC-AP (se) aplica... a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa... e às entidades públicas reclassificadas”, ou seja, às entidades constantes das tabelas “Entidades do setor institucional das administrações públicas publicadas anualmente pelo INE e que por esse motivo integram o perímetro orçamental.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o SNC-AP e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.

A Consolidação de Contas é um processo que se desenvolve extra-contabilisticamente e que consiste em agregar as contas da entidade mãe (o Município) com as suas participadas, de modo que as contas representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo municipal como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar apenas os resultados das operações que as entidades do grupo tiverem com terceiros.

As contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra foram consolidadas pelo método da simples agregação que se traduz na soma, linha por linha, dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades do grupo, após eliminação das operações de transferências e subsídio realizadas entre entidades. A entidade-mãe exerce controlo sobre aquela entidade, nos termos definidos na lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

As entidades A.C. Águas de Coimbra, E.M., PRODESO – Ensino Profissional, Lda., Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A. e RUAS – Associação Univer(SC)idade foram consolidadas pelo método (de consolidação) integral que consiste na integração do balanço e da demonstração de resultados das entidades consolidadas evidenciando, quando aplicável, os direitos de terceiros, designados por “interesses que não controlam”.

### **1.3 — Caixa e depósitos**

Para efeitos de caixa e seus equivalentes são considerados os valores em numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes, no dia 31 de dezembro de 2024 e de 2023, têm a seguinte composição:



Contas	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	28 285,80	38 053,11
Depósitos à ordem	7 012 490,92	4 926 490,34
Depósitos a prazo	13 714 208,80	13 925 840,63
<b>Outros Depósitos</b>	0,00	0,00
Depósitos consignados	631 958,41	6 282 648,34
Depósitos de garantias e cauções	1 294 502,83	1 376 822,91
<b>Total</b>	<b>22 681 446,76</b>	<b>26 549 855,33</b>

**Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base os pressupostos das entidades em continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

**2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

**Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados em euros. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

**Propriedades de Investimento, Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis**

Os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição.

No que se refere aos bens cujo valor de aquisição ou de produção se desconhecia, considerou-se como valor de aquisição o valor resultante de avaliação e, em alguns casos, o valor atribuído pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

O valor da avaliação foi considerado, também, para os bens obtidos a título gratuito.

### **Participações financeiras**

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo de aquisição (deduzidas das perdas por imparidade, caso se aplique).

### **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, e foram calculadas pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos. As respetivas taxas anuais são as definidas no Classificador Complementar 2.

### **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente e o método de custeio das saídas de armazém é o do custo médio.

Nos casos em que o valor realizável líquido desses bens é inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

### **Clientes e outras contas a receber**

As contas a receber são mensuradas ao custo, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhes estejam associadas. São registadas imparidades em dívidas a receber quando existam indicadores objetivos de que a entidade não irá receber os montantes que lhe são devidos.

### **Caixa e depósitos**

A caixa e depósitos englobam o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, altamente líquidos, ou seja, imediatamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro.

### **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

De acordo as disposições da norma de contabilidade pública n.º 15 (NCP 15) do SNC-AP, as provisões devem ser reconhecidas quando, cumulativamente:

- (a) Uma entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;*
- (b) É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;*
- (c) Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.*

Para a situação referida em (b), a NCP 5 esclarece que um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é tido como provável se a probabilidade do acontecimento ocorrer for maior do que a probabilidade de não ocorrer.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

### **Especialização dos exercícios**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações ocorrem. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são registados por valores estimados.

### **Transações sem contraprestação**

Conforme decorre da NCP 14, que preconiza o tratamento dos rendimentos sem contraprestação, *“o rendimento de transações sem contraprestação, deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.*

*Uma entidade deverá reconhecer um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento”.*

Nas transferências para financiamento da aquisição ou construção de bens de investimento, o cumprimento material das condições pode ocorrer quando estes se encontrem finalizados e disponíveis para utilização nos fins previstos, de acordo com os requisitos definidos no instrumento de financiamento.

Nestas circunstâncias, este será o momento em que deverá ser reconhecido o rendimento (como incremento de património líquido), saldando o passivo associado à condição (conta de rendimentos a reconhecer), conforme previsto no PCM e nas notas explicativas da Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

Transações com contraprestação

O tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações com contraprestação está descrito na NCP 13 - Rendimentos de transações com contraprestação. Deve ser reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros, ou potencial de serviço e esses benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Esta norma é aplicada na contabilização do rendimento proveniente das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

- a) Taxas, multas e outras penalidades;
- b) Prestação de serviços;
- c) Venda de bens;
- d) Uso por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos ou distribuições similares.

O rendimento deve ser mesurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Nota 3 - Ativos intangíveis

No ano económico de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados assim como nas respetivas depreciações acumuladas, encontra-se no quadro seguinte:

Contas	Consolidado							
	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público património histórico artista e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	820 603,67	0,00	0,00	820 603,67	820 603,67	0,00	0,00	820 603,67
Projetos de Desenvolvimento	708,14	0,00	0,00	708,14	708,14	0,00	0,00	708,14
Programas de computador e sistemas de informação	6 322 168,73	6 107 937,93	40 000,00	174 230,80	6 191 574,43	6 027 635,65	40 000,00	123 938,78
Propriedade industrial e intelectual	11 695 030,16	3 186 135,87	0,00	8 508 894,29	11 695 030,16	3 356 160,21	0,00	8 338 869,95
Outros ativos intangíveis	1 270 600,00	53 255,77	0,00	1 217 344,23	1 970 600,00	92 667,85	0,00	1 877 932,15
Ativos intangíveis em curso	16 405,48	0,00	0,00	16 405,48	16 808,54	0,00	0,00	16 808,54
Total	20 125 516,18	9 347 329,57	40 000,00	10 738 186,61	20 695 324,94	9 476 463,71	40 000,00	11 178 861,23

**Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente**

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com os elementos fundamentais. Estes contratos referem-se apenas ao Município de Coimbra e não implicam qualquer pagamento, havendo lugar a recebimentos.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Coimbra	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Terrenos	20 anos, renováveis por iguais períodos				
Concepção, Construção e Concessão do Complexo Funerário Municipal de Coimbra	Ambinecro Coimbra - Crematórios, SA	Complexo Funerário	30 anos	5% faturação (até 10 anos); 6% faturação (11 a 20 anos); 7% faturação (21 a 30 anos); mínimo 100€/mês			
Atribuição de direito de exploração de espaço para creche com berçário e infantário	Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra	Edifício	15 anos	Renda mensal de 410€, atualizada em janeiro, de acordo com inflação no ano anterior			
Concessão da Exploração do Parque Municipal de Campismo de Coimbra	Catarino & Associados - Gestão e Empreendimentos Turísticos, SA	Parque de Campismo	10 anos, renovável por períodos de 5 anos	10% receitas totais			

De acordo com a NCP4, devem ser identificados e avaliados os acordos de concessão enquadráveis na referida norma, nos seus termos e impactos patrimoniais, para serem objeto de reconhecimento contabilístico, durante um período de transição considerado. Apesar de identificados, não foi ainda possível quantificar/identificar e confirmar junto de alguns dos concessionários os acordos/ativos das concessões, nos termos da norma.

**a) Relativamente ao Acordo de Concessão com EDP Distribuição – Energia, S.A, atual E-redes, informamos o seguinte:**

A 03/07/2001 a Câmara Municipal de Coimbra, renovou o “Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão” com a EDP Distribuição – Energia, S.A., concedendo a esta entidade a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área do Município de Coimbra. A distribuição concedida, não abrange nem prejudica as instalações particulares devidamente autorizadas, que sejam ou venham a ser alimentadas por energia elétrica proveniente de produção própria.

O património e infraestruturas afetos à concessão não poderão ser utilizados pela EDP Distribuição em atividades diferentes daquelas que constituem objeto da concessão, sem que haja sido acordado entre as partes o valor da compensação devida à Câmara.

Esta concessão implica a transferência para a EDP distribuição, do exercício dos direitos e poderes da Câmara, necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, em baixa tensão, durante o prazo de concessão ou enquanto esta subsistir.

Fazem parte integrante da concessão as seguintes instalações:

- a) As redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e acessórios ligados à sua exploração, que à data do início da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição;
- b) Os postos de transformação alimentadores das redes referidas na alínea anterior;
- c) Os postos de transformação e os direitos sobre os locais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, construídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimentos das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido participado ou suportado por quaisquer entidades.

Mantem-se propriedade da Câmara o património não transferido para a EDP, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 20/07/1998, ficando simplesmente afeto à exploração por esta.

O património referido no ponto anterior, bem como aquele outro correspondente às participações recebidas pela EDP Distribuição, reverterá para a Câmara no final da concessão sem qualquer encargo para esta.

A concessão é feita pelo prazo e nas condições de prorrogação estabelecidos nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 344-B/82 de 1 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 341/90, de 30 de outubro:

*“Art. 3.º - 1 - Os contratos de concessão entre os municípios e as entidades referidas ... serão celebrados pelo prazo de 20 anos, renováveis por iguais períodos, e a sua denúncia, no termo do prazo ou das suas prorrogações, deverá ser manifestada com uma antecedência mínima de dois anos.”*

O resgate da concessão obedecerá ao disposto no nº 2 do artigo 3º do decreto-lei referido anteriormente:

*“O resgate contratual da concessão não poderá ser feito antes de decorridos cinco anos da sua vigência e deve ser notificado com a antecedência mínima de dois anos.”*

A transferência do património próprio da EDP Distribuição para a Câmara no termo da concessão far-se-á de acordo com o estabelecido no artigo 7º do decreto-lei a que se refere o parágrafo anterior.

*“Art. 7.º - 1 - Quando tenha lugar a denúncia da concessão, a indemnização a pagar pelo concedente compreenderá apenas o valor líquido do património próprio das entidades concessionárias referidas nos n.os 3 e 4 do artigo 1.º afecto à exploração.”*

A 03/02/2021 a EDP comunicou ao Município de Coimbra a alteração da sua denominação social (nome), mudando de EDP Distribuição - Energia, S.A. para E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A..

Conforme estipulado no nº 2 do art.º 23º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os municípios dispõem de atribuições no domínio da energia (al. b). Estas atribuições podem ser delegadas em serviços municipalizados, empresas do setor empresarial local (SEL) e do setor empresarial do estado (SEE) ou no Estado ou concessione os serviços.

A distribuição de energia elétrica em baixa tensão é realizada maioritariamente pela E-Redes através de protocolo de concessão celebrado entre esta e cada um dos municípios.

De forma a obter a informação para cumprimento das regras atrás referidas, o Município de Coimbra, enviou um pedido de informação à E-REDES, de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão.

Em resposta ao pedido enviado, a E-REDES remeteu ao Município o mapa abaixo, indicando que o valor líquido do património da concessão, era cerca de 16 milhões de euros no ano de 2023.

E-REDES - Distribuição de Eletricidade, SA

Município	Imobilizado Específico em Exploração	Amortização do Imobilizado Específico em Exploração	Concessões 2023
603 Coimbra	63 789 760,95 €	46 977 472,63 €	16 812 288,32 €

(Mapa do Imobilizado remetido pela E-REDES, em anexo)

De acordo com parecer emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, *“tratando-se de uma concessão a reconhecer nos termos da NCP 4, é necessário que o concedente detenha informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquela e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento de tais ativos e respetivos subsídios, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis.”*

Nos termos da Orientação Técnica n.º 1 da CNC – Comissão de Normalização Contabilística, de 18/02/2025, respeitante ao reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia

elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição,

S.A.), *“entende-se que, nesta situação muito específica, poderão não estar preenchidos os critérios*

*para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento. Não obstante, deverão ser divulgados no anexo a natureza e termos dos acordos de concessão em causa, os riscos associados (ex.: garantias, cláusulas de rescisão), os ativos e passivos contingentes ao abrigo da NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.”*

Tendo em conta a impossibilidade do Município, até ao encerramento das contas de 2024, efetuar uma verificação dos bens descritos no mapa da E-REDES (quantidades e localização) assim como validar os valores apresentados, e estando também em falta a informação do valor do património adquirido pelo Município, ao dispor da concessão, foi decidido não se efetuar qualquer registo ao abrigo da NCP 4, em 2024, pelo facto de não ser possível validar os valores apresentados pela E-REDES.

**b) Relativamente à concessão e construção do Complexo Funerário Municipal de Coimbra, informamos o seguinte:**

A 27/09/2012 foi assinado entre o Município de Coimbra e as empresas Tomás de Oliveira, Empreiteiros, SA e Toelta – Gestão de Investimentos e Concessões, SA, em Consórcio, o Contrato de “Concepção, Construção e Concessão de Exploração do Complexo Funerário de Coimbra”.

Este contrato tem por objeto a exploração, gestão, manutenção e conservação do Complexo Funerário de Coimbra.

No ano 2016, terminado o período de construção e dando-se início ao período de funcionamento, o agrupamento adjudicatário constituiu a sociedade anónima “Ambinecro Coimbra, Crematórios, S. A.”

O período de vigência do contrato de concessão é de 30 anos. Este prazo é contado a partir da data de início do “período de funcionamento” da concessão (24/05/2016).

A estrutura de tarifário é constituída por uma componente (variável) a aplicar a cada tipo de serviço prestado. Para os novos serviços a prestar pela concessionária, as taxas e ou tarifas a



praticar pelo concessionário terão de merecer sempre parecer favorável da Câmara Municipal de Coimbra, sendo este parecer vinculativo.

Com exceção das taxas de cremação, os valores recebidos serão atualizados anualmente com base na variação do IPC verificada no ano anterior, com referência a um de janeiro.

Os bens afetos à concessão serão os seguintes:

1. Todas as infraestruturas, instalações, equipamentos e edificações, assim como todos os bens que vierem a ser adquiridos, desde que diretamente relacionados com a exploração dos serviços concessionados;
2. Todas as máquinas, equipamentos, aparelhos e respetivos acessórios, utilizados na exploração, manutenção e gestão, incluindo os necessários às operações de controlo de qualidade, adquiridos pela concessionária.
3. Todos os direitos de propriedade intelectual e industrial de que a concessionária seja ou venha a ser titular e que estejam afetos à concessão;
4. Quaisquer outros bens afetos à concessão, desde que diretamente relacionados com a exploração dos serviços concessionados.

Enquanto durar a concessão, os bens, equipamentos, infraestruturas e instalações integradas e afetas à concessão e que tiverem origem em investimentos da concessionária, serão propriedade/posse desta, revertendo os mesmos para a concedente finda a concessão, quaisquer que sejam as obras de melhoramento ou os novos equipamentos integrados. Todas as infraestruturas e equipamentos postos à disposição pela concedente manter-se-ão propriedade da concedente sendo a sua posse transferida para a concessionária com o auto de Consignação.

No final do contrato de concessão, a posse/propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos integrados nos serviços concessionados ou a este afetos, serão transmitidos/reverterão para a concedente, sem qualquer encargo.

De forma a obtermos a informação para cumprimento do estipulado na NCP 4, o Município de Coimbra, enviou um pedido de informação à Ambinecro Coimbra, Crematórios, S. A, a solicitar informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis de modo a ter a quantificação do valor do património da concessão.

Tendo em conta que o Município não recebeu, até ao encerramento das contas de 2024, a informação solicitada, foi decidido não se efetuar qualquer registo ao abrigo da NCP 4, em 2024.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia-se quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados assim como nas respetivas depreciações acumuladas, encontra-se no quadro seguinte:

Contas	Consolidado							
	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
<b>Bens de domínio público patr. histórico artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	248 851 601,29	0,00	0,00	248 851 601,29	249 893 134,59	0,00	0,00	249 893 134,59
Edifícios e outras construções	31 167 472,34	24 408 860,18	0,00	6 758 612,16	31 167 472,34	25 355 683,80	0,00	5 811 788,54
Infraestruturas	89 949 281,14	45 317 688,90	0,00	44 631 592,24	90 012 972,16	49 268 642,19	0,00	40 744 329,97
Património histórico artístico e cultural	6 414 893,37	159,60	0,00	6 414 733,77	8 154 427,32	159,60	0,00	8 154 267,72
Outros	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
<b>Ativos fixos em concessão</b>	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Infraestruturas	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	49 212 161,86	0,00	0,00	49 212 161,86	50 474 569,40	0,00	0,00	50 474 569,40
Edifícios e outras construções	242 080 925,13	67 930 513,54	0,00	174 150 411,59	244 666 867,66	72 190 666,25	0,00	172 476 201,41
Equipamento básico	266 963 288,62	175 915 463,87	0,00	91 047 824,75	268 713 416,01	182 069 870,32	0,00	86 643 545,69
Equipamento de transporte	13 501 541,37	11 923 596,94	0,00	1 577 944,43	12 840 255,84	11 337 471,88	0,00	1 502 783,96
Equipamento administrativo	5 984 864,14	5 686 105,94	0,00	298 758,20	6 463 624,88	5 936 437,37	0,00	527 187,51
Equipamentos biológicos	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
Outros	5 232 115,00	4 416 712,33	0,00	815 402,67	5 316 927,64	4 561 244,97	0,00	755 682,67
Ativos fixos tangíveis em curso	103 034 547,42	0,00	0,00	103 034 547,42	117 291 055,34	0,00	0,00	117 291 055,34
<b>Total</b>	<b>1062 392 691,68</b>	<b>335 599 101,30</b>	<b>0,00</b>	<b>726 793 590,38</b>	<b>1084 994 723,18</b>	<b>350 720 176,38</b>	<b>0,00</b>	<b>734 274 546,80</b>

Nota 6 – Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário, são classificados como locações operacionais.

6.1 — Locações financeiras

Não há registo de locações financeiras relevantes.

6.2 — Locações operacionais

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados. A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação operacional, a 31 de dezembro de 2024, detalha-se da seguinte forma:

BENS LOCADOS (1)	Mapa consolidado									
	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado						
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Equipamento básico	5 003 048,53	510 621,07	0,00	1 851 051,60	0,00	431 322,90	2 020 368,74	0,00	2 451 691,64	3 151 996,93
Equipamento de transporte	68 981,21	12 089,55	0,00	41 634,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 346,61
Equipamento administrativo	94 155,42	32 546,59	0,00	66 884,00	0,00	19 921,60	0,00	0,00	19 921,60	27 271,42
Outras imobilizações corpóreas	68 899,68	0,00	0,00	65 069,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 830,66
Total	5 235 084,84	555 257,21	0,00	2 024 639,22	0,00	451 244,50	2 020 368,74	0,00	2 471 613,24	3 210 445,62

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica de Financiamentos Obtidos consolidado, traduz-se da seguinte forma:

Designação	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Credores por empr. bonif. e subs. reemb.</b>		
Corrente	50 646,52	50 646,52
Não corrente	1 012 930,38	1 063 576,90
<b>Financiamentos - Entidades Bancárias</b>		
Corrente	4 751 439,19	11 027 812,60
Não corrente	20 101 545,38	24 040 265,94
<b>Total</b>	<b>25 916 561,47</b>	<b>36 182 301,96</b>

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. Apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas, no início e no final do período, e variações ocorridas no ano, em propriedades de investimento:

Ativo	Consolidado								
	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo de custo)							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	343 734,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	343 734,58
Edifícios e outras construções	3 881 169,41	0,00	0,00	94 023,16	0,00	0,00	0,00	0,00	3 787 146,25
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 224 903,99	0,00	0,00	94 023,16	0,00	0,00	0,00	0,00	4 130 880,83

Nota 9 – Imparidade de ativos

Durante o exercício de 2024 foram efetuados testes de imparidades aos ativos, tendo sido detetadas imparidades no valor total de 7.352.727,59 €, conforme indicado no quadro seguinte:

Ativo	Consolidado			
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Devedores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	1 890 396,07	509 650,34	0,00	1 380 745,73
Clientes, contribuintes e utentes e cobrança duvidosa	8 527 706,08	5 509 026,47	1 518 544,16	4 537 223,77
Outras contas a receber	38 385 130,92	1 244 050,78	0,00	37 141 080,14
Inventários	1 958 110,54	0,00	0,00	1 958 110,54
Investimentos financeiros	14 986 412,69	50 000,00	0,00	14 936 412,69
Ativos intangíveis	21 074 220,93	40 000,00	0,00	21 034 220,93
Total	86 821 977,23	7 352 727,59	1 518 544,16	80 987 793,80

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através do custo médio ponderado. Apresentam-se nos quadros seguintes informação dos valores da conta de inventários consolidada e dos movimentos do período.

10.1 – Inventários

Os inventários consolidados em 31 de dezembro de 2024 atingem a quantia recuperável de 1.958.110,54 €, desagregados conforme descrito no quadro abaixo:

Ativo	Consolidado		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias	30 289,83	0,00	30 289,83
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 405 853,99	0,00	1 405 853,99
Produtos acabados e intermédios	521 966,72	0,00	521 966,72
Total	1 958 110,54	0,00	1 958 110,54

10.2 – Inventários: movimentos do período

Durante o exercício de 2024, registaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de inventário:

Ativo	Consolidado								
	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)-/+ (4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras Líquidas (2)	Consumos/ gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de Inventários (8)	
Mercadorias	36 007,13	6 603 415,18	6 609 132,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 289,83
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 269 432,84	1 605 137,53	1 524 570,14	25 833,89	0,00	0,00	1 981,89	32 001,76	1 405 853,99
Produtos Acabados e intermédios	914 765,13	0,00	0,00	- 392 798,41	0,00	0,00	0,00	0,00	521 966,72
Total	2 220 205,10	8 208 552,71	8 133 702,62	- 366 964,52	0,00	0,00	1 981,89	32 001,76	1 958 110,54

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, da aplicação da NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação pelas entidades que constituem o grupo de consolidação financeira do Município de Coimbra foram registados os rendimentos a seguir discriminados:

Rendimento de Transações com contraprestação	Consolidado			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período
Taxas, multas e outras penalidades	5 954 992,38	0,00	201,60	613,80
Vendas	10 749 889,29	0,00	0,00	0,00
Prestação de Serviços	33 591 598,75	0,00	0,00	2 137,50
Outros rendimentos	10 325 971,90	0,00	0,00	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	923 581,64	0,00	0,00	0,00
Total	61 546 033,96	0,00	201,60	2 751,30

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, da aplicação da NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação pelas entidades que constituem o grupo de consolidação financeira do Município de Coimbra foram registados os rendimentos a seguir discriminados:

Rendimento de Transações sem contraprestação	Consolidado			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período
Impostos Diretos	35 682 640,48	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	23 274 779,58	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	56 367 270,86	0,00	251 793,83	2 685 386,30
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 464 669,67	0,00	174 069,23	0,00
Outros	329 424,83	0,00	0,00	0,00
Total	120 118 785,42	0,00	425 863,06	2 685 386,30

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024, os valores registados, detalhados por rubricas, são os seguintes:

RUBRICAS	Consolidado									
	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições	1 505 294,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 505 294,75
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	15 864 353,99	38 194,54	0,00	0,00	38 194,54	434 304,17	569 197,24	0,00	1 003 501,41	14 899 047,12
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	409 571,20	29 413,52	0,00	0,00	29 413,52	26 123,62	0,00	0,00	26 123,62	412 861,10
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	49 377,29	0,00	0,00	500 527,39	500 527,39	0,00	0,00	0,00	0,00	549 904,68
Total	17 828 597,23	67 608,06	0,00	500 527,39	568 135,45	460 427,79	569 197,24	0,00	1 029 625,03	17 367 107,65

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Não eram conhecidos, à data da aprovação das contas individuais, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras do Município de Coimbra, Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra, PRODESO – Ensino Profissional, Lda. e RUAS – Associação Univer(SC)idade.

Relativamente à sociedade Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A. no ponto 9 do anexo às demonstrações financeiras individuais são mencionados os seguintes eventos subsequentes:

*“A iParque desencadeou o processo de Prova do preço de transmissão (artigo 139.º do CIRC) para os lotes 20 e 22 vendidos em 2024.”*

A sociedade A.C. Águas de Coimbra, E.M. refere na nota 15 ao anexo às demonstrações financeiras individuais os seguintes eventos subsequentes:

*“No decurso do exercício de 2024, a Águas de Coimbra foi objeto de vários procedimentos de inspeção pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT): um relativo a IRC de 2021, que não teve qualquer proposta de correção, e dois relativos a IVA – exercícios de 2021 e 2022.*

*Os procedimentos de inspeção relativos a IVA culminaram na liquidação adicional de IVA nos montantes de 2 495 888,27 € com data de pagamento de 27/03/2025 (exercício 2021) e 956 687,93€ (exercício de 2022) ainda em fase de direito de audição relativamente ao projeto de Relatório de Inspeção.*

*Estas liquidações fundam-se na recusa do direito à dedução do IVA contido nos inputs relacionados com o serviço de saneamento (que incluem o serviço de saneamento adquirido em alta, Águas do Centro Litoral SA). O IVA do saneamento foi liquidado e entregue pela Águas de Coimbra à AT, mas, segundo esta, tal não deveria ter acontecido e, assim, O direito à dedução não deveria ter sido exercido. É esse IVA que foi deduzido (segundo a AT indevidamente, porque se refere à atividade de saneamento) que está na origem nos valores liquidados pela AT.*

*Inconformada (e surpreendida) com esta decisão, com base nas opiniões de fiscalistas consultados e na posição tornada pública pela Senhora Provedora de Justiça (Recomendação n.º 4/2024, de 28 de novembro de 2024, dirigida à Senhora Diretora-Geral da AT), a Águas de Coimbra está a preparar a sua defesa.”*

**Nota 23 – Outras divulgações**

**23.1 — Estado e Outros Entes Públicos**

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos, apresentam os seguintes valores:

Contas	Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Retenção de impostos sobre rendimentos / IRC a pagar	19 677,61	689 829,78	4 239,61	497 463,10
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	697 758,44	34 808,30	2 962 159,63	0,00
Outros impostos	0,00	10 149,14	0,00	10 430,14
Contribuições Sistemas proteção social - P. trabalhador	0,00	338 913,04	0,00	291 808,59
Contribuições Sistemas proteção social - P. patronal	0,00	846 913,44	0,00	733 971,49
Subsistemas de saúde	0,00	1 338,86	0,00	950,35
Outras retenções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras tributações	8 512,98	726,46	0,00	59 887,96
<b>Total</b>	<b>725 949,03</b>	<b>1 922 679,02</b>	<b>2 966 399,24</b>	<b>1 594 511,63</b>

23.2 — Clientes, Contribuintes e Utentes

No quadro seguinte apresentam-se os valores registados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, detalhados por rubricas:

Contas	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Cientes c/c	4 323 277,44	433 981,78	3 889 295,66	3 706 982,54	370 517,04	3 336 465,50
Contribuintes	178 268,95	0,00	178 268,95	129 590,35	0,00	129 590,35
Utentes	29 449,05	0,00	29 449,05	32 455,38	0,00	32 455,38
Cientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa	3 887 255,90	3 447 045,79	440 210,11	5 413 844,07	4 969 397,70	444 446,37
Saldo a receber	8 418 251,34	3 881 027,57	4 537 223,77	9 282 872,34	5 339 914,74	3 942 957,60

23.3 — Outras Contas a Receber

As Outras Contas a Receber apresentam a 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os valores a seguir indicados para as rubricas apresentadas:

Contas	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade acumulada	Valor Líquido
Devedores por acréscimos de rend.	35 912 957,97	0,00	35 912 957,97	31 504 331,27	0,00	31 504 331,27
Outros devedores	2 472 485,83	1 244 050,78	1 228 435,05	1 595 314,61	1 244 050,78	351 263,83
Saldo a receber	38 385 443,80	1 244 050,78	37 141 393,02	33 099 645,88	1 244 050,78	31 855 595,10

23.4 — Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 as contas de “fornecedores” apresentavam a seguinte composição:



Contas	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores c/c	5 785 269,34	5 491 025,61
Faturas em receção e conferência	5 549 925,70	6 189 449,79
Factoring	16 806,10	50 302,51
Fornecedores de Investimento c/c	228 639,23	404 625,94
Faturas em receção e conferência de investimentos	1 679 348,41	756 052,83
Factoring (de investimento)	0,00	437 094,75
<b>Saldo a pagar</b>	<b>13 259 988,78</b>	<b>13 328 551,43</b>

### 23.5 — Outras Contas a Pagar – curto prazo

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de “Outras Contas a Pagar”, cujo prazo de exigibilidade é igual ou inferior a um ano apresentava a seguinte decomposição:

Contas	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações a pagar	74,16	74,16
Acrés. Gastos - Remunerações a Liquidar	8 946 372,81	8 114 221,78
Acrés. Gastos - Juros a liquidar e outros gastos financeiros	228 645,63	507 647,12
Acrés. Gastos - Outros acréscimos de gastos	3 193 428,96	2 529 971,61
Credores por subscrições não liberadas	256 287,00	0,00
Outros credores-Outros	2 731 616,86	2 079 554,06
Cauções	3 256 165,35	3 182 872,62
Sindicatos	10 438,95	9 553,35
<b>Saldo a pagar</b>	<b>18 623 029,72</b>	<b>16 423 894,70</b>

### 23.6 — Fornecimentos e Serviços Externos

A conta de fornecimentos e serviços externos (FSE) apresenta o seguinte detalhe, para os anos económicos de 2024 e 2023:

Contas	Consolidado	
	2024	2023
Subcontratos e parcerias	83 525,79	73 319,04
Electricidade	5 617 509,36	5 001 223,07
Combustíveis	4 102 975,23	2 470 038,27
Água	185 083,60	111 619,61
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	54 217,54	50 592,55
Artigos para oferta	61 644,53	33 794,82
Rendas e alugueres	3 055 728,07	2 408 377,54
Comunicação	640 336,15	635 668,41
Seguros	719 037,79	585 123,94
Deslocações e estadas	60 059,17	34 862,09
Honorários	298 430,07	428 736,97
Contencioso e notariado	82 114,86	85 227,95
Conservação e reparação	3 361 057,76	2 993 003,62
Publicidade e propaganda	424 480,29	196 938,64
Limpeza, higiene e conforto	3 167 078,15	2 075 091,92
Vigilância e segurança	1 411 572,29	1 076 866,68
Trabalhos especializados	2 606 799,24	2 855 045,93
Recolha e Tratamento de resíduos sólidos	8 141 353,86	7 789 230,58
Recolha e tratamento de efluentes	7 545 102,21	6 671 252,05
Encargos de cobrança	1 329 205,40	1 417 982,27
Medicamentos e artigos para a saúde	28 735,49	9 494,33
Material de escritório	7 102,51	4 457,41
Outros materiais diversos de consumo	89 638,48	75 929,80
Material de educação, cultura e recreio	67 783,88	46 245,75
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	632,13	221,91
Serviços desportivos	117 398,84	123 447,62
Serviços educação	100 360,88	139 686,27
Anúncios, publicações e assinaturas	81 801,78	105 052,96
Serviços restauração e alojamento	91 999,60	81 172,58
Serviços culturais	2 227 162,32	2 074 402,08
Serviços Sociais	7 267 003,58	6 941 345,74
Outros fornecimentos e serviços	622 871,13	223 448,06
<b>Total</b>	<b>53 649 801,98</b>	<b>46 818 900,46</b>

**23.7 — Gastos com o Pessoal**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o montante dos gastos com o pessoal decompõe-se da seguinte forma:

Contas	Consolidado	
	2024	2023
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	369 205,09	354 366,69
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	346 437,91	207 049,77
Remunerações do pessoal	55 523 202,97	51 383 768,67
Benefícios pós-emprego	27 240,76	14 861,07
Indemnizações	0,00	59 881,15
Encargos sobre remunerações	12 414 744,41	11 419 598,20
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	507 384,10	490 016,47
Outros gastos com o pessoal	351 514,25	1 809 408,58
Outros encargos sociais	667 892,37	620 068,44
<b>Total</b>	<b>70 207 621,86</b>	<b>66 359 019,04</b>

**23.8 — Transferências e Subsídios Concedidos**

Os gastos incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 respeitantes a “Transferências e Subsídios Concedidos” apresentavam a seguinte composição:

Contas	Consolidado	
	2024	2023
Freguesias	5 687 915,45	4 605 589,36
Associações de municípios	118 249,75	194 510,07
Outras transferências correntes	627 364,45	1 521 983,98
Administração central - Estado	1 302 853,69	1 538 146,99
Instituições sem fins lucrativos	6 110 842,38	4 045 965,10
Famílias	597 419,37	383 301,47
Transferências de Capital	1 936 261,44	1 288 911,81
	<b>16 380 906,53</b>	<b>13 578 408,78</b>

### **23.9 — Outras informações relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados**

O Município de Coimbra apresenta a seguinte informação:

Provisões para processos judiciais:

*Foi ajustada a provisão relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica, para efeitos de prestação anual das contas e tendo em conta os critérios definidos pela NCP 15.*

*O valor das diminuições, no montante de 999.197,24€, diz respeito aos seguintes processos:*

- *Processo n.º 1024/06.0BECBR – Autor: Pedro Miguel Pereira Medina - Pagamento de Indemnização no valor de 430.000€;*
- *PROC. n.º 2195/23.6T8CBR – Autor: Isabel Supico Pinto da Cunha de Eça e outros – Regularização do valor de 569.197,24€.*

Mapa dos Contingentes:

*Divulgamos, em anexo, a listagem dos processos judiciais em curso. De acordo com informação jurídica, a probabilidade de o Município ser condenado em algum destes processos é remota ou <= 50%, pelo que, para estas ações, não foram constituídas provisões.*

Os SMTUC informam o seguinte:

- *Provisões para Impostos, Contribuições e Taxas*

*Desde o ano de 2010 que os Orçamentos Gerais do Estado e os respetivos Decretos-Lei de Execução Orçamental determinam que os serviços médicos prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) aos beneficiários da ADSE deixam de ser faturados pela ADSE, porque as Autarquias e os seus Serviços e Empresas Municipais passam a contribuir diretamente para o SNS.*

*A contribuição definida para os SMTUC cifrou-se em € 207.232,00 em 2010 e ascendeu em cada um dos anos seguintes a € 174.108,00, totalizando no final de 2014 o montante de € 903.664,00.*

*O Município é a entidade responsável por receber dos SMTUC os montantes fixados em cada um dos anos pelos Decretos-Lei de Execução Orçamental, mas tal nunca se concretizou,*

*sem que a própria DGAL tivesse alguma vez reivindicado qualquer verba junto da CMC, pelo que, apenas e de acordo com o princípio da prudência foi criada em 2014 uma provisão para riscos e encargos no valor total de € 903.664,00 e em 2015 foi reforçada pelo valor de € 87.054,00, que corresponde ao 1º semestre do ano.*

*Em 2024 mantém-se a provisão para outros riscos e encargos – comparticipação para o Serviço Nacional de Saúde no valor total de € 990.718,00*

- **Provisões para Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais**

*No final de 2023 a provisão para Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais cifrava-se no valor de € 409.571,20 para reconhecimento das responsabilidades futuras com as pensões vitalícias de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais que os SMTUC estão obrigados a pagar aos respetivos beneficiários através da Caixa Geral de Aposentações.*

*Durante o ano de 2024 foi anulada a provisão no valor de € 26.123,62, que corresponde aos pagamentos efetuados pelos SMTUC à CGA.*

*No final de 2024 foi efetuado o cálculo atual das responsabilidades futuras. Este cálculo teve como pressupostos a utilização das tábuas de mortalidade disponíveis para Portugal 2021-2023 emitidas pelo INE e uma taxa de juro de 2,50%.*

*Assim, o valor da provisão para reconhecimento das responsabilidades futuras relativas a Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais ascende a € 412.861,10.*

- **Passivos Contingentes**

*Os organismos emissores de normas de Contabilidade fazem depender o tipo de tratamento contabilístico do exposto referente às probabilidades de ocorrência de acontecimentos futuros. Assim, consoante se tratem de acontecimentos prováveis, razoavelmente possíveis ou remotos, ser-lhes-á atribuída uma diferente forma de reflexo na informação financeira. Todas as normas convergem na ideia de que os factos contingentes se refletem nas demonstrações financeiras mediante o instrumento preconizado na doutrina contabilística para registo de perdas potenciais - a provisão. No entanto, o reconhecimento da provisão só será possível quando satisfeitas duas condições: estar perante um passivo contingente cuja probabilidade de ocorrência é provável e ser passível de uma estimativa razoável do seu impacto na situação patrimonial e financeira.*

*Para as situações em que não se possam cumprir os dois requisitos acima descritos, a informação sobre tais contingências será fornecida, não através de uma provisão, mas por meio da sua divulgação no anexo às demonstrações financeiras, desde que seja pelo menos*

*razoavelmente possível a ocorrência de uma perda no futuro que seja confirmada pelo desenlace de um ou mais eventos futuros incertos.*

*Os SMTUC divulgam no Q15.2 os passivos contingentes.*

A **Águas de Coimbra** considera relevante divulgar a seguinte informação:

**Constituição da provisão referente a:**

- Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, proc.º n.º 501/24.58CBR, em que é autor Exóticaalfazema Lda.*
- Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, proc.º n.º 171/24.08ECBR, em que é autor Sokarocas e Fernando Gonçalves Matado.*

**Ações em Tribunal:**

*“Em 31 de dezembro de 2024, pendem sobre a Águas de Coimbra, as seguintes ações em tribunal:*

- a) Intimação para prestação de informações e passagem de certidões que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.º 539/21 ABECBR. Autor: ZUME - Construções, S.A. Pedido: 30 000,01 €;*
- b) Contraordenação Auto n.º 946164886 – EA 220060800*  
*Autuante – Guarda Nacional Republicana*  
*Valor da coima: 120,00 €*
- c) Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Processo de contencioso pré-contratual n.º 624/24.0BECBR, em que o autor é Premium Green Mail Lda.. Pedido 954.000,00€*
- d) Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Processo n.º 709/24.0BECBR, Autor; AGEAS Portugal – Companhia de Seguros, SA. Pedido: 771,62€*

*De acordo com informação jurídica, a probabilidade da Águas de Coimbra, ser condenada em algum destes processos é muito baixa, deste modo, para estas ações não foram constituídas provisões.*

- a) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc." 675/18.4BECBR. Autor: CONTEC- Construção e Engenharia, S.A. Pedido: 171.494,95 €. Foi constituída provisão para esta ação em 2018;*
- b) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.º 174/20.4BECBR. Autor: Aquino Construções, S.A. Pedido: 12.851,46 €. Foi constituída provisão para esta ação em 2020.*
- c) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.º 239/23.0BECBR. Autor: Construções Castanheira & Joaquim, Lda. Pedido: 268.696,64. €. Foi constituída imparidade (nota 10 do anexo).*
- d) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.º 501/24.5BECBR. Autor: Exóticaalfazema Lda.. Pedido: 30 417,93 €. Foi constituída provisão para esta ação em 2024.*
- e) *Ação administrativa que corre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Proc. N.º 171/24.0BECBR. Autor: Sokarocas e Fernando Gonçalves Matado Pedido: 7 622,22 €. Foi constituída provisão para esta ação em 2024."*

**Garantias:**

A Águas de Coimbra informa ter à sua responsabilidade as garantias bancárias prestadas à Infraestruturas de Portugal, SA, a seguir listadas, as quais totalizam o montante de 63.655,00 euros.

Finalidade	Referência	Entidade	Valor
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na EN 111 ao KM 27+883 lado direito - S. Martinho Árvore	962300488028468	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo, exec 3 ramais dom na EN 111 ao KM 39+327 ao KM 39+311 - Adémia	962300488031868	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo de zona instalação de rede san tubagem IC2 - KM 180+075 - Cernache	962300488032145	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na EN 111 ao Km 31+175, lado esquerdo, S.J.Campo	962300488032771	Santander	1 000,00
G.concl. de lic.p/ocup.s.solo na EN 110 ao Km 15+586, Torres do Mondego	962300488032629	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na EN 110 km26+976 - Portela Gato - Almalaguês	962300488033917	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo no atravessamento EN111 Km39+102 - Adémia	962300488034118	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na Exec Ramal domiciliário na Rua Marginal Mondego, Torres Mondego	962300488035337	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na Rua São Lourenço, Taveiro, ER 1-7	2515.003112.493	CGD	25 102,50
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na Rua São Lourenço, Taveiro, ER 1-7	2515.003006.393	CGD	9 817,50
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na EN110 KM 26+652, Lado esq Castelo Viegas	962300488036283	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo p/ Ramais domiciliários de Água e Saneamento-Almalaguês	962300488039081	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo p/ Exec Ramal domic. água - Ramo acesso ao IC2-Nó de Fornos-Trouxemil	962300488038553	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na EN111 ao Km27+832, lado direito em S. Martinho Árvore	962300488038552	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo p/ Abert vaia-melhoria pressões e rasb de condutas e ramal água em várias zonas Fase 2, trav EN17-Coimbra	962300488036931	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na Zona da Estrada-Subs- Caudalimetro da Esperina, Adémia-ZMC Setor Noroeste-EN111, KM38+610, L Esq	962300488039982	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na Zona da Estrada-Exec. Dois ramais domic. Água e saneamento-ER 1-7 ao KM9+813-Taveiro	962300488041219	Santander	1 000,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na Zona da Estrada-Instalação Rede Nova Pluvial e Remodelação redes água e saneamento-EN 110-2 ao KM 17+616-Paiheira	962300488041488	Santander	6 435,00
G.concl.de lic.p/ocup.s.solo na Zona da Estrada-Exec. dois ramais domiciliários de água 6389/23 e 6595/23, em berna pavimentada-EN 111 ao Km 30+442 e ao KM 30,466, lado esquerdo, S. Silvestre	962300488042005	Santander	1 000,00
Ocupação do subsolo da zona da estrada para rede de drenagem de águas residuais na Murtinheira-Antanho por perfuração dirigida IC2 ao km 183+240, Antanho	962300488042789	Santander	3 300,00
Ocupação do subsolo da zona da estrada execução de um ramal domiciliário de água-ER 1-7 ao KM 8+771, lado Dir, em Taveiro (Rua S. Lourenço-Revelles)	962300488043320	Santander	1 000,00
Ocupação do subsolo da zona da estrada execução de dois ramais domiciliários de água -ER 1-7 ao Km 10+333 e ao Km 10+351, Ld Esq, em Taveiro (Rua Eng. Araújo Vieira, 450 e 452)	962300488043322	Santander	1 000,00
Ocupação do subsolo da zona da Estrada: Execução de um ramal de ligação de água-EN17 ao Km 10+774, lado direito	962300488044119	Santander	1 000,00
Total			63 655,00

No que se refere ao Coimbra iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A., informa-se na nota 31 do anexo às demonstrações financeiras individuais, o seguinte:

#### “Contencioso Tributário IVA

Em 6 de julho de 2011, a sociedade iParque solicitou um pedido de informação vinculativa, no sentido de obter a aprovação para a dedução prévia do IVA relativo às partes comuns das infraestruturas da 1.ª Fase. Com o parecer favorável por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a sociedade efetuou um reembolso de 690.242,50 €. Este reembolso foi alvo de uma ação inspetiva por parte da AT, sem qualquer correção.

Este procedimento foi acompanhado por uma empresa especializada (a KPMG).



*Em outubro de 2016, o iParque foi objeto de uma nova ação inspetiva por parte da AT, relacionada novamente com o IVA deduzido referente às partes comuns das infraestruturas da 1.ª Fase.*

*No dia 23 de janeiro de 2018, a iParque foi notificada do relatório de inspeção tributária, no qual esta indica que a sociedade iParque procedeu à dedução indevida de IVA no montante de 593.608,55 €. Tendo em conta a decisão tomada em 2011 pela AT, a consultoria jurídica refuta por completo esta decisão, indicando que no caso em concreto não existe matéria de facto para tal.*

*Em 27 de julho de 2019 foi apresentada a Reclamação Graciosa na Direção de Finanças de Coimbra contra a liquidação adicional de IVA e juros compensatórios resultante da supra mencionada ação inspetiva.*

*Tais liquidações não foram pagas tendo sido instaurados os processos de execução fiscal n.º 3050202401045016 e 3050202401045024, os quais encontram-se suspensos mediante a constituição de uma garantia real na modalidade de hipoteca voluntária incidente sobre o Lote 18 do Iparque.*

*Em janeiro de 2019 foi proferida a decisão de indeferimento da Reclamação Graciosa, tendo sido apresentada Impugnação Judicial contra a indicada decisão, bem como contra as liquidações de IVA que manteve, a qual encontra-se a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º Processo n.º 322/19.7BECBR.*

*Reclamação Graciosa apresentada contra as seguintes liquidações em apreciação na Direção de Finanças de Coimbra:*

*Em 2024 foi apresentado o Recurso Hierárquico contra a decisão de indeferimento da Reclamação Graciosa identificada na alínea antecedente.*

**Contencioso tributário IRC:**

*No exercício de 2019 foi vendido à Olympus 2 lotes de terrenos, em que o Valor Patrimonial Tributário (VPT) foi superior ao Valor de Venda (VV). A Administração não concorda com a tributação resultante do acréscimo de IRC referente ao 2019, no montante resultante da diferença positiva de: VPT- VV aplicando a taxa de IRC.*

*Em final de janeiro de 2020, foi desencadeado um procedimento de prova de preço efetivo de venda dos referidos lotes, no âmbito do qual foi concedido o levantamento do sigilo bancário da empresa e dos Administradores em funções à data do procedimento atrás referido.*

*A AT requereu ainda a autorização de levantamento do sigilo bancário do Administrador, à data da venda dos lotes, Eng. António Manuel Cristóvão Santana e Silva, o qual manifestou a sua oposição alegando que havia renunciado às funções de administrador da empresa em janeiro de 2020.*

*Face à referida recusa a AT tributou a venda dos lotes pelo VPT originando a liquidação adicional de IRC no valor de 172.933,22€ a qual encontra-se a ser contestada através de Impugnação Judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º 143/22.0BECBR.*

*Impugnação Judicial, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º 155/24.9BECBR, apresentada contra a liquidação oficiosa de IRC e juros compensatórios n.º 2024 8310022999, de 8/02/2024, respeitante ao exercício de 2020, com o valor a pagar de 244.311,78 €, a qual foi anulada parcialmente em sede de Reclamação Graciosa tendo dado origem à liquidação corretiva de IRC e juros compensatórios n.º 2024 8310000616, de 22/01/2025, respeitante ao exercício de 2020, com o valor a pagar de 5.567,59 €, valor este que se encontra em contestação;*

*Reclamação Graciosa apresentada contra a liquidação oficiosa de IRC e juros compensatórios n.º 2024 8310028806, de 26/10/2024, respeitante ao exercício de 2021, com o valor a pagar de 248.285,40 €, em apreciação na Direção de Finanças de Coimbra.”*

## **Nota 24 – Demonstrações orçamentais consolidadas**

### **24.1 – Conciliação de caixa e seus equivalentes com o saldo de gerência em 31.12.2024**

Uma vez que o perímetro de consolidação orçamental é mais restrito do que o perímetro de consolidação financeira, não incluindo todas as entidades, o saldo de caixa e seus equivalentes não corresponde ao saldo de gerência apurado nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Dando cumprimento à recomendação constante na FAQ 18 divulgada pela Comissão de Normalização Contabilística, apresenta-se conciliação entre o saldo de caixa e seus equivalentes relativo ao perímetro de controlo e o saldo de gerência relativo ao perímetro orçamental, que não inclui a entidade AC, Águas de Coimbra, EM.

Conciliação de caixa e seus equivalentes com saldo de gerência	
Caixa e seus equivalentes consolidados em 31/12/2024	22 681 446,76
Caixa e seus equivalentes de entidades excluídas do perímetro orçamental	
Águas de Coimbra EM	- 2 126 142,63
Eliminações a caixa e seus equivalentes referentes a operações com entidades excluídas do perímetro orçamental	+ 22 072,40
Saldo de gerência consolidado em 31/12/2024	20 577 376,53

**Nota 25 – Nota final**

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis às contas consolidadas deste Município, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

ERSE - ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS  
Ofício nº E-Técnicos/2024/1284/VM/ao de 29/07/2024

Quadro N4-19-DV - Imobilizados - Valor Bruto  
Atividade: Distribuição de Energia Elétrica em BT - Concessões  
Ano de 2023

Ano de 2023		#VALOR!					Unidade: euros		
Rubricas	Imobilizado em exploração			Subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
Imobilizado Tangível Regulado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imobilizado Tangível Regulado aceite	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Em BT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imobilizado Tangível Regulado não aceite	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Em BT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imobilizado Intangível Regulado	39 691 476,4	47 687 767,1	87 379 243,5	7 129 288,4	16 460 194,1	23 589 482,6	87 379 243,5	23 589 482,6	63 789 760,9
Imobilizado Intangível Regulado aceite	33 922 475,7	43 014 898,8	76 937 374,5	7 129 288,4	16 456 163,1	23 585 451,5	76 937 374,5	23 585 451,5	53 351 923,0
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	5 769 000,7	4 672 868,3	10 441 869,0	0,0	4 031,0	4 031,0	10 441 869,0	4 031,0	10 437 838,0
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Especifico em BT	39 691 476,4	47 687 767,1	87 379 243,5	7 129 288,4	16 460 194,1	23 589 482,6	87 379 243,5	23 589 482,6	63 789 760,9
Postos Transformação e Seccionamento <sup>a)</sup>	10 774 049,8	10 970 109,0	21 744 158,7	1 734 516,6	2 970 840,5	4 705 357,1	21 744 158,7	4 705 357,1	17 038 801,6
Redes aéreas	6 354 358,2	7 431 735,3	13 786 093,5	1 597 027,2	1 799 983,2	3 397 010,4	13 786 093,5	3 397 010,4	10 389 083,2
Redes subterrâneas	4 507 650,6	8 860 038,5	13 367 689,1	1 328 869,3	3 841 421,7	5 170 290,9	13 367 689,1	5 170 290,9	8 197 398,2
Chegadas aéreas	4 040 974,6	1 110 648,8	5 151 623,4	578 228,4	575 458,0	1 153 686,5	5 151 623,4	1 153 686,5	3 997 936,9
Chegadas subterrâneas	2 059 584,3	3 415 045,1	5 474 629,4	711 290,3	2 470 731,6	3 182 022,0	5 474 629,4	3 182 022,0	2 292 607,4
Contadores e acessórios	8 318 452,1	897 566,8	9 216 018,9	0,0	3 691,0	3 691,0	9 216 018,9	3 691,0	9 212 327,9
Contadores	5 767 301,2	201 627,1	5 968 928,2	0,0	192,4	192,4	5 968 928,2	192,4	5 968 735,8
Outro equipamento	2 551 151,0	695 939,7	3 247 090,7	0,0	3 498,6	3 498,6	3 247 090,7	3 498,6	3 243 592,1
Equipamentos Acessórios e Outros	0,0	6 300,0	6 300,0	0,0	0,0	0,0	6 300,0	0,0	6 300,0
Iluminação pública <sup>h)</sup>	3 634 046,4	10 523 963,9	14 158 010,4	1 179 356,7	4 794 229,5	5 973 586,2	14 158 010,4	5 973 586,2	8 184 424,2
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 01.01.2015)	2 360,5	1 118,5	3 478,9	0,0	0,0	0,0	3 478,9	0,0	3 478,9
Outras Funcionalidades	660,9	1 118,5	1 779,4	0,0	0,0	0,0	1 779,4	0,0	1 779,4
Função Medição	1 699,5	0,0	1 699,5	0,0	0,0	0,0	1 699,5	0,0	1 699,5
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015)	0,0	4 471 241,3	4 471 241,3	0,0	3 838,6	3 838,6	4 471 241,3	3 838,6	4 467 402,6
Outro Especifico não aceite em BT para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2015	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Redes Aéreas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Redes Subterrâneas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chegadas Aéreas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chegadas Subterrâneas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outro equipamento de medição (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Iluminação pública (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total Especifico em BT aceite	33 922 475,7	43 014 898,8	76 937 374,5	7 129 288,4	16 456 163,1	23 585 451,5	76 937 374,5	23 585 451,5	53 351 923,0
Total Especifico em BT não aceite	5 769 000,7	4 672 868,3	10 441 869,0	0,0	4 031,0	4 031,0	10 441 869,0	4 031,0	10 437 838,0
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não Especifico em BT aceite	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não Especifico em BT Não aceite	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	39 691 476,4	47 687 767,1	87 379 243,5	7 129 288,4	16 460 194,1	23 589 482,6	87 379 243,5	23 589 482,6	63 789 760,9
BT	39 691 476,4	47 687 767,1	87 379 243,5	7 129 288,4	16 460 194,1	23 589 482,6	87 379 243,5	23 589 482,6	63 789 760,9
Imobilizado Tangível não regulado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imobilizado Intangível não regulado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	39 691 476,4	47 687 767,1	87 379 243,5	7 129 288,4	16 460 194,1	23 589 482,6	87 379 243,5	23 589 482,6	63 789 760,9
a) Informação Complementar:									
Postos Transformação e Seccionamento	10 375 664,9	9 872 727,2	20 248 392,1	1 734 516,6	2 856 032,7	4 590 549,3	20 248 392,1	4 590 549,3	15 657 842,8
DTCs	178 357,0	1 031 333,9	1 209 690,8	0,0	114 130,2	114 130,2	1 209 690,8	114 130,2	1 095 560,6
Modems/Routers	676,3	66 047,9	66 724,2	0,0	677,6	677,6	66 724,2	677,6	66 046,6
Contadores Totalizadores	219 351,6	0,0	219 351,6	0,0	0,0	0,0	219 351,6	0,0	219 351,6

b) Informação Complementar:									
Luminárias LED	0,0	2 126 572,6	2 126 572,6	0,0	191 743,9	191 743,9	2 126 572,6	191 743,9	1 934 828,6

Quadro N4-21-DV - Amortizações Acumuladas dos Imobilizados  
Atividade: Distribuição de Energia Elétrica em BT - Concessões

Ano de 2023		#VALOR!								Unidade: euros	
Rubricas	Amortização dos imobilizados em exploração			Amortizações dos subsídios ao investimento			Saldo Final				
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Comparticipações	Valor líquido		
Imobilizado Tangível Regulado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Imobilizado Tangível Regulado aceite	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Em BT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Imobilizado Tangível Regulado não aceite	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Em BT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Imobilizado Intangível Regulado	39 691 476,4	24 366 697,8	64 058 174,1	7 129 288,4	9 951 413,1	17 080 701,5	64 058 174,1	17 080 701,5	46 977 472,6		
Imobilizado Intangível Regulado aceite	33 922 475,7	21 910 443,7	55 832 919,4	7 129 288,4	9 950 604,2	17 079 892,6	55 832 919,4	17 079 892,6	38 753 026,8		
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	5 769 000,7	2 456 254,0	8 225 254,7	0,0	808,9	808,9	8 225 254,7	808,9	8 224 445,8		
Especifico em BT	39 691 476,4	24 366 697,8	64 058 174,1	7 129 288,4	9 951 413,1	17 080 701,5	64 058 174,1	17 080 701,5	46 977 472,6		
Postos Transformação e Seccionamento <sup>a)</sup>	10 774 049,8	5 479 634,1	16 253 683,9	1 734 516,6	1 922 454,9	3 656 971,4	16 253 683,9	3 656 971,4	12 596 712,5		
Redes aéreas	6 354 358,2	3 445 689,1	9 800 047,3	1 597 027,2	1 036 389,8	2 633 417,0	9 800 047,3	2 633 417,0	7 166 630,3		
Redes subterrâneas	4 507 650,6	4 735 891,5	9 243 542,1	1 328 869,3	2 348 201,8	3 677 071,0	9 243 542,1	3 677 071,0	5 566 471,1		
Chegadas aéreas	4 040 974,6	732 780,4	4 773 755,0	578 228,4	378 070,5	956 298,9	4 773 755,0	956 298,9	3 817 456,1		
Chegadas subterrâneas	2 059 584,3	1 896 452,1	3 956 036,3	711 290,3	1 321 692,6	2 032 982,9	3 956 036,3	2 032 982,9	1 923 053,4		
Contadores e acessórios	8 318 452,1	525 606,9	8 844 059,0	0,0	733,6	733,6	8 844 059,0	733,6	8 843 325,4		
Contadores	5 767 301,2	131 194,7	5 898 495,8	0,0	11,3	11,3	5 898 495,8	11,3	5 898 484,6		
Outro equipamento	2 551 151,0	394 412,2	2 945 563,2	0,0	722,3	722,3	2 945 563,2	722,3	2 944 840,9		
Equipamentos Acessórios e Outros	0,0	1 197,0	1 197,0	0,0	0,0	0,0	1 197,0	0,0	1 197,0		
Iluminação pública <sup>h)</sup>	3 634 046,4	5 223 370,1	8 857 416,5	1 179 356,7	2 943 072,3	4 122 429,0	8 857 416,5	4 122 429,0	4 734 987,5		
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 01.01.2015)	2 360,5	1 017,2	3 377,7	0,0	0,0	0,0	3 377,7	0,0	3 377,7		
Outras Funcionalidades	660,9	1 017,2	1 678,1	0,0	0,0	0,0	1 678,1	0,0	1 678,1		
Função Medição	1 699,5	0,0	1 699,5	0,0	0,0	0,0	1 699,5	0,0	1 699,5		
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015)	0,0	2 325 059,4	2 325 059,4	0,0	797,7	797,7	2 325 059,4	797,7	2 324 261,7		
Outro Especifico não aceite em BT para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2015	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Redes Aéreas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Redes Subterrâneas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Chegadas Aéreas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Chegadas Subterrâneas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Outro equipamento de medição (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Iluminação pública (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Total Especifico em BT aceite	33 922 475,7	21 910 443,7	55 832 919,4	7 129 288,4	9 950 604,2	17 079 892,6	55 832 919,4	17 079 892,6	38 753 026,8		
Total Especifico em BT não aceite	5 769 000,7	2 456 254,0	8 225 254,7	0,0	808,9	808,9	8 225 254,7	808,9	8 224 445,8		
Não Especifico em BT aceite	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Não Especifico em BT não aceite	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	39 691 476,4	24 366 697,8	64 058 174,1	7 129 288,4	9 951 413,1	17 080 701,5	64 058 174,1	17 080 701,5	46 977 472,6		
BT	39 691 476,4	24 366 697,8	64 058 174,1	7 129 288,4	9 951 413,1	17 080 701,5	64 058 174,1	17 080 701,5	46 977 472,6		
Imobilizado Tangível não regulado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Imobilizado Intangível não regulado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	39 691 476,4	24 366 697,8	64 058 174,1	7 129 288,4	9 951 413,1	17 080 701,5	64 058 174,1	17 080 701,5	46 977 472,6		
a) Informação Complementar:											
Postos Transformação e Seccionamento	10 375 664,9	4 802 039,4	15 177 704,2	1 734 516,6	1 834 010,8	3 568 527,3	15 177 704,2	3 568 527,3	11 609 176,9		
DTCs	178 357,0	667 925,8	846 282,7	0,0	87 958,5	87 958,5	846 282,7	87 958,5	758 324,2		
Modems/Routers	676,3	9 669,0	10 345,3	0,0	485,6	485,6	10 345,3	485,6	9 859,7		
Contadores Totalizadores	219 351,6	0,0	219 351,6	0,0	0,0	0,0	219 351,6	0,0	219 351,6		

Luminárias LED	0,0	573 772,8	573 772,8	0,0	59 334,1	59 334,1	573 772,8	59 334,1	514 438,7
----------------	-----	-----------	-----------	-----	----------	----------	-----------	----------	-----------

Quadro N4-32-DV - Imobilizados - Valor Líquido

Atividade: Distribuição de Energia Elétrica em BT - Concessões

Ano de 2023

#!VALOR!

Unidade: euros

Rubricas	Amortização dos imobilizados em exploração			Amortizações dos subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
<b>Imobilizado Tangível Regulado</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Imobilizado Tangível Regulado aceite</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Em BT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Imobilizado Tangível Regulado não aceite</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Em BT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Imobilizado Intangível Regulado</b>	0,0	23 321 069,4	23 321 069,4	0,0	6 508 781,0	6 508 781,0	23 321 069,4	6 508 781,0	16 812 288,3
<b>Imobilizado Intangível Regulado aceite</b>	0,0	21 104 455,1	21 104 455,1	0,0	6 505 558,9	6 505 558,9	21 104 455,1	6 505 558,9	14 598 896,2
<b>Imobilizado Intangível Regulado não aceite</b>	0,0	2 216 614,3	2 216 614,3	0,0	3 222,1	3 222,1	2 216 614,3	3 222,1	2 213 392,2
<b>Específico em BT</b>	0,0	23 321 069,4	23 321 069,4	0,0	6 508 781,0	6 508 781,0	23 321 069,4	6 508 781,0	16 812 288,3
Postos Transformação e Seccionamento <sup>a)</sup>	0,0	5 490 474,8	5 490 474,8	0,0	1 048 385,7	1 048 385,7	5 490 474,8	1 048 385,7	4 442 089,2
Redes aéreas	0,0	3 986 046,2	3 986 046,2	0,0	763 593,4	763 593,4	3 986 046,2	763 593,4	3 222 452,9
Redes subterrâneas	0,0	4 124 147,0	4 124 147,0	0,0	1 493 219,9	1 493 219,9	4 124 147,0	1 493 219,9	2 630 927,1
Chegadas aéreas	0,0	377 868,4	377 868,4	0,0	197 387,6	197 387,6	377 868,4	197 387,6	180 480,8
Chegadas subterrâneas	0,0	1 518 593,0	1 518 593,0	0,0	1 149 039,0	1 149 039,0	1 518 593,0	1 149 039,0	369 554,0
Contadores e acessórios	0,0	371 959,9	371 959,9	0,0	2 957,4	2 957,4	371 959,9	2 957,4	369 002,5
Contadores	0,0	70 432,4	70 432,4	0,0	181,1	181,1	70 432,4	181,1	70 251,3
Outro equipamento	0,0	301 527,5	301 527,5	0,0	2 776,3	2 776,3	301 527,5	2 776,3	298 751,2
Equipamentos Acessórios e Outros	0,0	5 103,0	5 103,0	0,0	0,0	0,0	5 103,0	0,0	5 103,0
Iluminação pública <sup>h)</sup>	0,0	5 300 593,9	5 300 593,9	0,0	1 851 157,1	1 851 157,1	5 300 593,9	1 851 157,1	3 449 436,7
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 01.01.2015)	0,0	101,3	101,3	0,0	0,0	0,0	101,3	0,0	101,3
Outras Funcionalidades	0,0	101,3	101,3	0,0	0,0	0,0	101,3	0,0	101,3
Função Medição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2015)	0,0	2 146 181,9	2 146 181,9	0,0	3 041,0	3 041,0	2 146 181,9	3 041,0	2 143 140,9
Outro Específico não aceite em BT para além dos equipamentos de medição e das EDP Box instaladas após 01.01.2015	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Redes Aéreas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Redes Subterrâneas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chegadas Aéreas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chegadas Subterrâneas (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outro equipamento de medição (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Iluminação pública (não aceite)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total Específico em BT aceite</b>	0,0	21 104 455,1	21 104 455,1	0,0	6 505 558,9	6 505 558,9	21 104 455,1	6 505 558,9	14 598 896,2
<b>Total Específico em BT não aceite</b>	0,0	2 216 614,3	2 216 614,3	0,0	3 222,1	3 222,1	2 216 614,3	3 222,1	2 213 392,2
<b>Não Específico em BT aceite</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Não Específico em BT Não aceite</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)</b>	0,0	23 321 069,4	23 321 069,4	0,0	6 508 781,0	6 508 781,0	23 321 069,4	6 508 781,0	16 812 288,3
<b>BT</b>	0,0	23 321 069,4	23 321 069,4	0,0	6 508 781,0	6 508 781,0	23 321 069,4	6 508 781,0	16 812 288,3
<b>Imobilizado Tangível não regulado</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Imobilizado Intangível não regulado</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)</b>	0,0	23 321 069,4	23 321 069,4	0,0	6 508 781,0	6 508 781,0	23 321 069,4	6 508 781,0	16 812 288,3

a) Informação Complementar:

<b>Postos Transformação e Seccionamento</b>	0,0	5 070 687,8	5 070 687,8	0,0	1 022 022,0	1 022 022,0	5 070 687,8	1 022 022,0	4 048 665,9
DTCs	0,0	363 408,1	363 408,1	0,0	26 171,7	26 171,7	363 408,1	26 171,7	337 236,4
Modems/Routers	0,0	56 378,9	56 378,9	0,0	192,0	192,0	56 378,9	192,0	56 186,9
Contadores Totalizadores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

b) Informação Complementar:

Luminárias LED	0,0	1 552 799,8	1 552 799,8	0,0	132 409,9	132 409,9	1 552 799,8	132 409,9	1 420 389,9
----------------	-----	-------------	-------------	-----	-----------	-----------	-------------	-----------	-------------

Processos Judiciais em Curso a 31.12.2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2014	AA	Obras municipais	Peticiona a resolução judicial do contrato de empreitada "Centro de Convenções -Convento de S. Francisco" e pagamento de indemnização	Ação Adm. Comum	134/14.48ECBR	Autor: MRG - Engenharia e Construção SA	Réu	8 210 074,00 €	8 210 074,00 €	15 125 883,00 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim
2014	AA	Obras municipais	Peticiona a anulação da rescisão de contrato e indemnização por execução ilegal das garantias bancárias	Ação Adm. Especial	441/14.68ECBR	Autor: MRG - Engenharia e Construção SA	Réu	2 137 577,87 €	2 137 577,87 €	0,00 €		21/03/2023 -A A&A informa o seguinte: Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma.Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho.	< ou = 50%	Não	Sim

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2014	AA	Urbanismo	Pagamento de danos patrimoniais decorrentes da prática de atos administrativos - deferimento do PIP apresentado pela IKEA; decisão de abandono da EU do planalto de Stº. Clara e ilegalidade da omissão de deteção atempada da mancha de sobreiros existentes	Ação Adm. Comum	736/14.9BECBR	Autor: LUSIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário	Réu	7 107 152,15 €	25 125 102,00 €	0,00 €		<p>18/07/2023 - Na sequência da realização da Audiência de Discussão e Julgamento o Tribunal proferiu Sentença, tendo julgada a ação proposta pela Lusimovest totalmente improcedente.</p> <p>A A. interpôs o recurso o qual se encontra em apreciação pelo Tribunal Central Administrativo Norte.</p> <p>Valor do risco: Atendendo ao sentido da Sentença da 1.ª Instância e, bem assim, ao teor do Recurso parece-nos que a probabilidade de haver revogação da Sentença e substituição da mesma por uma outra que julgue a ação procedente é fraca.</p> <p>Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, tendo conseguido demonstrar que a Ação da A. tinha de improceder, como improcedeu, certo é que face às lides em causa e atenta a elevada complexidade, difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma sobre, no caso, qual irá ser o ter da decisão do Tribunal Central Administrativo Norte. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese fraca/ média de a Sentença poder vir a revogada e substituída por uma outra que julgue a ação da A. procedente (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).</p>	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2019	AA	Organização e funcionamento adm. pb.	Pedido de pagamento de indemnização - Clube Futebol União de Coimbra - protocolo com a CMC onde permuta um terreno que incluía o Campo de Jogos da Arregaça e recebia um terreno na zona da Arregaça	Ação Adm.	510/19.68ECBR	Autor: Mário Ferreira e Amadeu - Investimento Imobiliários, Lda.	Réu	2 082 934,00 €	2 082 934,00 €	0,00 €		21/03/2023 - A A&A informa o seguinte: Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer / definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	< ou = 50%	Não	Sim
2020	AA	Expropriação	Pedido de indemnização pela apropriação indevida de terrenos. O Município através de aprovação municipal fez a cedência para o domínio público municipal - para execução da Circular Interna - de parcelas propriedade do autor, à época, Vilões – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda., por contrapartida da bonificação das áreas a construir no loteamento "Urbanização Colinas de Vale Meão", acordo que nunca se concretizou uma vez que a Câmara Municipal nunca chegou a emitir o alvará que garantia o domínio sobre aquelas parcelas e terrenos.	Ação de Processo Comum	4208/20.4T8CBR (passou a ser o 464/23.48ECBR)	Autor: Apícula - Investimentos, S.A.	Réu	3 600 000,00 €	3 600 000,00 €	0,00 €		26/10/2023 - A&A informa: Sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer / definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. Sem prejuízo do que se disse, atenta a especial de necessidade de proceder ao ajustamento das provisões, poder-se-á dizer existir em todos os processos uma hipótese média de perda / ganho (representando-se dessa forma a incerteza acima mencionada).	< ou = 50%	Não	Sim



Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2020	AA	Financeiro	Pedido de condenação de quantia certa e de responsabilidade civil - O Autor exerceu funções de Diretor da DMAT, entre 06/01/2010 e 04/04/2013, durante esse período o DIAP imputou-lhe dois crimes (prática de abuso de poder em autoria material e de um crime de prevaricação em coautoria material), pelo quais foi julgado e absolvido. Para sua defesa teve de contratar um advogado, pois o município não lhe permitiu ser defendido por um mandatário do Município, pelo que, solicita o ressarcimento das despesas tidas com o processo de defesa	Ação Adm.	543/20.08ECBR	Autor: António José de Magalhães Cardoso	Réu	22 424,90 €	22 424,90 €	0,00 €		20/04/2021 - A A&A informa que, importará, contudo, ressaltar que sem prejuízo de compreender a necessidade de definir um grau de risco, certo é que, atenta a complexidade dos processos em causa, não nos é possível estabelecer/ definir um grau de probabilidade de perda / ganho, e em que grau, com total assertividade. Se por um lado é certo que apresentámos no âmbito dos autos em causa os melhores fundamentos de facto e de direito para defender o Município, face às lides em causa, certo é que em casos de processos de elevada complexidade, como os que nos estão confiados, mais difícil se torna proceder a juízos de prognose póstuma. 30/07/2021 - A A&A informa que face à sentença proferida - considera-se como existindo risco baixo de que, em caso de recurso, o TCAN venha a conceder provimento ao recurso. AA(31/05/2023: Sem prejuízo de se ter considerado o risco baixo certo é que o Tribunal Administrativo Central do Norte revogou a sentença. Não nos é possível, neste momento determinar qual será o desfecho do recurso que se venha a interpor, pelo que a incerteza se representará com havendo um risco médio de condenação.	< ou = 50%	Não	Sim
2021	AA	Obras municipais	"Desassoreamento da Albufeira do Açude-ponte de Coimbra" - Peticiona-se o direito a uma compensação/ indemnização por sobrecustos havidos com a empreitada	Ação Adm.	288/21.38ECBR	Autor: Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA	Réu	2 786 985,00 €	2 786 985,00 €	99 599,24 €		Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenado, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará.	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2022	AA	Responsabilidade Civil	Pedido de indemnização (queda na ponte pedonal entre o Alma Shopping e o Pavilhão Multidesportos Mário Mexia no dia 18/06/2019)	Ação Adm.	566/21.1BECBR	Autor: Isaura da Assunção Batista	Réu	5 283,60 €	5 283,60 €	0,00 €		31/05/2023 - A&A informa: Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará.	< ou = 50%	Não	Sim
2023	AA	Contratação Pública	Pede a declaração de nulidade ou anulação da decisão de aplicação de sanções contratuais à Autora e a declaração de que o atraso na execução se deveu por facto imputável ao Réu. Requalificação Parque Manuel Braga	Ação Adm.	314/23.1BECBR	Autor: Alexandre Barbosa Borges S.A.	Réu	629 482,50 €	0,00 €	629 482,50 €		26/10/2023 - AA&A informa: Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim
2023	AA	Financeiro	Pagamentos de faturas em falta no âmbito da empreitada PEDU - Caminhos Pedonais Cruz de Celas - Boiça/Arregaça e Loios - Lote 1	Ação Adm.	448/23.2BECBR	Autor: Engiperfil, Lda	Réu	55 544,95 €	55 544,95 €	0,00 €	Ao valor peticionado devem acrescer juros a a partir de 30 dia posterior à receção das faturas e até efetiva e integral pagamento.	26/10/2023 - AA&A informa: Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Contratação Pública	Anulação do ato impugnado (cessação do Contrato n.º 69/2023, através do qual o Autor foi contratado para o lugar de Programador do Convento S. Francisco) e reestabelecimento da situação com os pagamentos remuneratórios em falta	Ação Adm.	217/24.2BECBR	Autor: Luís Vieira de Andrade Rodrigues	Réu	30 000,01 €	9 760,64 €	600 000,00 €		Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	485/24.OBECBR	Autor: Paulo José Dias Serra (Bombeiro)	Réu	8 212,58 €	8 212,58 €	0,00 €		Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	484/24.1BECBR	Autor: Filipe Manuel Gomes da Silva (Bombeiro)	Réu	8 212,58 €	8 212,58 €	0,00 €		Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	505/24.8BECBR	Autor: Hélio António Dias Ferreira (Bombeiro)	Réu	6 244,13 €	6 244,13 €	0,00 €		Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	506/24.6BECBR	Autor: José Carlos Ventura Santos (Bombeiro)	Réu	12 818,88 €	12 818,88 €	0,00 €		Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	504/24.0BECBR	Autor: Dino José Correia Caetano (Bombeiro)	Réu	7 223,04 €	7 223,04 €	0,00 €		Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita a colocação no escalão correto e respetiva pagamento de retroativos	Ação Adm.	481/24.7BECBR	Autor: Pedro Miguel Rodrigues Carvalho e Outros (Bombeiros)	Réu	151 014,40 €	151 014,40 €	0,00 €		Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA	Recursos Humanos	Solicita o pagamento de trabalho realizado em dia feriado e dias de descanso compensatórios não gozados.	Ação Adm.	575/24.9BECBR	Autor: Pedro Miguel Rodrigues Carvalho e Outros (Bombeiros)	Réu	8 112,23 €	8 112,23 €	0,00 €		Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim
2024	AA		Solicita ser ressarcida - de forma solidária - do valor de €771,62, acrescida de juros, para fazer face ao pagamento respeitante à reparação de danos na viatura em virtude de um acidente que ocorreu no dia 05/04/2022, devido à má sinalização da grelha da sargeta dos trabalhos existentes na Rua de São Frutuoso.	Ação Adm.	709/24.3BECBR	Autor: AGEAS Portugal	Réu (e Águas de Coimbra EM)	771,62 €	771,62 €	0,00 €		Considera-se que é baixa/média a possibilidade de o Município de Coimbra vir a ser condenada, contudo, sempre se terá de aguardar pela interpretação que seja feita pelo Tribunal das matérias em causa e bem assim pela prova que venha a ser produzida em sede de audiência de julgamento, não se podendo, portanto, tecer quaisquer juízos sobre o sentido decisório que o Tribunal adotará	< ou = 50%	Não	Sim

**Município de Coimbra**  
**Prestação de Contas Consolidada 2024**

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2014	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (por ocupação de terreno)	Ação Adm. Comum	435/15.48ECBR (n.º do processo anterior - 604/14.4TBCBR)	Autor: BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, SA	Réu	1 175 996,63 €	1 175 996,63 €	0,00 €	03/03/2017 - Esta ação foi remetida para o TAFc por despacho de 28/04/2015 e foi-lhe atribuído o n.º 435/15.48ECBR, com o valor de €1.175.996,63. Anteriormente tinha o valor de €1.133.000,00	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2013	ATM	Taxas	Impugnação de ato de liquidação de taxas de publicidade	Impugnação	574/13.6BECBR	Impugnante: Repsol Combustíveis, SA	Impugnado	9 480,00 €	0,00 €	6 125,00 €	Inicialmente o valor peticionado pelo Município, quanto às taxas devidas, correspondia a €9.480,00. Posteriormente, a Repsol Combustíveis, SA, deu entrada de uma reclamação graciosa, que permitiu reduzir o valor das taxas para €6.125,00.				

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2013	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (por ocupação de terreno) - Taveiro	Ação de Processo Ordinário	8158/18.6T8CBR (n.º do processo anterior - 374/14.6BECBR) (n.º do processo anterior - 856/13.7T8CBR)	Autor: Apoteose Imobiliária, SA e outros- Réu: EP - Estradas de Portugal, SA e outros	Réu	307 360,00 €	307 360,00 €	0,00 €	10/11/2016 - O processo foi remetido ao TAFC, por ter sido julgado incompetente o Tribunal Comum, tendo-lhe sido atribuído o n.º 374/14.6BECBR. O processo tem conclusão aberta para ser proferido despacho desde o dia 19/04/2016.Ao valor de encargos financeiros pode acrescer juros de mora.	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2017	ATM	Urbanismo	Impugnação de ato administrativo da decisão de deferimento do pedido de autorização de utilização, cfr. despacho de 21/05/2017, emitido a favor de Pedro Mendes Oliveira	Ação Adm.	593/17.3BECBR	Autor: Pedro Manuel Alves e (Outros)	Réu e (Outros)	75 000,00 €	75 000,00 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

2018	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (compensação pela afetação do conteúdo substancial do seu direito de propriedade do imóvel e do estabelecimento comercial)	Ação Adm.	243/18.08ECBR	Autor: Sílvia Catarina Cruz Dias Reis Correia e Gracinda Maria Henriques da Cruz Reis	Réu e Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP.	130 000,00 €	130 000,00 €	0,00 €	05/06/2018 - As Autoras solicitam que os Réus sejam condenados solidariamente a compensar as Autoras pela afetação do conteúdo substancial do seu direito de propriedade do imóvel, sito na Rua Direita e do estabelecimento comercial, sito igual na Rua Direita, designado por "Churrasqueira Argalinense", no pagamento de uma indemnização de valor não inferior a 75.000,00€ para Sílvia Coimbra e 50.000,00€ para Gracinda Cruz, acrescido de juros legais contabilizados até integral pagamento. As Autoras solicitam ainda que os Réus sejam condenados a pagar 5.000,00€ pelos custos que as Autoras tiverem com os honorários com a constituição de mandatário. A DAJ na sua informação n.º 98/018, de 22/05, refere que após consulta ao processo arquivado na Coimbra Viva, Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A. relativo ao prédio urbano referido na ação, verifica-se que não consta qualquer pedido para realização de obras no citado imóvel.	Baixa	Remota	Não	Não
------	-----	------------------------	---	-----------	---------------	---	---	--------------	--------------	--------	--	-------	--------	-----	-----

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2018	ATM	Habitação	Restituição da quantia indevidamente paga aos Réus no âmbito da expropriação	Ação de Processo Comum	62/19.718C8R	Réu: Ilda Conceição dos Santos Alves e Palmira Ferreira dos Santos	Autor	97 324,02 €	0,00 €	97 324,02 €					
2020	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação: Disposição da carga no veículo automóvel de forma a poder cair sobre a via pública, estando a mesma a oscilar, tornando perigoso o seu transporte, podendo provocar a projeção de detritos na estrada. O veículo fazia o transporte de monos.	Processo de CO	CO n.º 933131984	Autor: GNR	Arguido	0,00 €	600,00 €	0,00 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização (por danos ocorridos no veículo(motociclo de passageiros), com a matrícula - 46-PB-01 - e no autor, devido à queda de ramo de uma árvore na Avenida Fernão Magalhães, no dia 15/09/2017, o qual provocou um despiste e colidiu contra um poste.	Ação Adm.	409/20.38ECBR (apenso ao proc. 235/10.08ECBR)	Autor: Alexandre Miguel Areosa Carvalho Antunes da Cunha	Réu e outros	1 989 757,89 €	1 989 757,89 €	0,00 €	15/09/2020 - Além do valor peticionado podem acrescer juros de mora e despesas com tratamentos e cirurgias que o autor possa ter de realizar. Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro	Média	< ou = 50%	Não	Sim



Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2020	ATM	Responsabilidade civil	Acidente de trabalho de Alexandre Miguel Areosa de Carvalho Antunes da Cunha - a Autora peticiona o pagamento de indemnização já despendidas com o acidente, dado que o mesmo foi causado pela queda da ramada de uma árvore, sendo que compete ao Município fiscalizar e vigiar as condições do parque arbóreo municipal, tendo sido violado tal obrigação	Ação Adm.	235/20.0BECBR (tem como apenso o proc. 409/20.3BECBR)	Autora: Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Réu	11 117,48 €	11 117,48 €		Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação: Maria João Robalo dos Santos Bastos encontrava-se a exercer funções na entidade - A Escola da Noite - Grupo de Teatro de Coimbra e foi vítima de um acidente de trabalho. A Autora alega que o Município, que tem com aquela entidade um protocolo, não assegurou condições de segurança e saúde dos trabalhadores.	Processo de CO	092000734 (referência: 092000890)	Autor: ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho	Arguido	0,00 €	9 180,00 €	0,00 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim
2020	ATM	Responsabilidade civil	Pedido de indemnização por danos num sinistro rodoviário, com o veículo pertencente a Michael Valoura dos Santos, matrícula 20-L- 50, no dia 19/12/2020, na Rua Vale de São Pedro, Souselas, quando o mesmo entrou num túnel e ficou submerso.	Ação Adm.	400/20.0BECBR	Autor: Bruna Sofia Fernandes Simões	Réu	20 000,00 €	20 000,00 €	0,00 €	Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros por existir seguro	Baixa	Remota	Não	Não

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2022	ATM	Financeiro	Certidão de dívida n.º 7/2020 de licenças publicitárias	Oposição	762/20,98ESNT	Oponente: IEPEP - Instalação e Exploração de Publicidade Exterior de Portugal S.A.	Exequente: AT - Autoridade Tributária e Outros	20 306,15 €	0,00 €	20 306,15 €					
2022	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Parque Infantil Montes Claros - falta de sinalização	Processo de CO	NUI/CO/001162 1 - UOIU - CBR 205627/2022	Autor: ASAE	Réu	8 000,00 €	8 000,00 €	0,00 €	16/02/2023 - A advogada informa que o valor da coima pode variar entre os €4.000,00 a €8.000,00	Média	<ou=50%	Não	Sim
2022	ATM	Taxas	Devolução da taxa referente à instalação de atividades - posto de abastecimento de combustíveis e armazenamento de combustíveis, por tal liquidação estar ferida de ilegalidade.	Impugnação	341/22.6BECBR	Autor: Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	Réu e outros	139 188,66 €	139 188,66 €	0,00 €		Média	<ou=50%	Não	Sim
2022	ATM	Habitação	Pedido de indemnização denúncia ilícita do contrato de subarrendamento do prédio sito na Rua da Misericórdia - S. Martinho do Bispo	Ação de Processo Comum	4356/22.6T8CBR	Autor: João Carlos Alberto	Réus: Carlos Alberto Mano Dias Pereira e Município de Coimbra	52 900,00 €	52 900,00 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2022	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação por não disponibilização de informações à Comissão Nacional De Proteção de Dados quanto à nomeação de um Encarregado de Proteção de Dados do Município, nem a sua publicação do sítio institucional entre outras	Processo de CO	AVG/2022/1690 Processo n.º 521/23.7BECBR - Recurso de Contra-ordenação	Autor: CNPD	Réu	0,00 €	50 000,00 €	0,00 €	16/02/2023 - A advogada informa que a coima aplicar pode ir até 10.000.000,00, não sendo possível, neste momento, aferir o valor correto, dado que não existem processos que permitam fazer uma comparação na aplicação da coima.	Média	<ou=50%	Não	Sim
2023	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação GNR contra o Município (trabalhador Fernando Miguel Martins Gonçalves) que circulava na via pública, com o veículo - matrícula 22-90-QD -, com a carga mal acondicionada provocando a projeção de detritos na via pública	Processo de CO	289859298	Autor: GNR	Réu	600,00 €	600,00 €	0,00 €	17/02/2023 - A advogada informa que a coima aplicar varia entre os €120,00 a €600,00	Média	<ou=50%	Não	Sim
2023	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Escola Básica 2, 3 Rainha Santa Isabel, sito no Ponte Eiras - falhas de higiene e segurança na cantina da escola	Processo de CO	00114/23.4EACBR	Autor: ASAE	Réu	0,00 €	4 000,00 €	0,00 €		Média	<ou=50%	Não	Sim

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2023	ATM	Responsabilidade contraordenacional	Escola Secundária D. Dinis, sito na Rua Adriano Lucas - falhas de higiene e segurança na cozinha da escola	Processo CO	NUI/CO/001439/23.9EACBR	Autor: ASAE	Réu	0,00 €	8 000,00 €	0,00 €		Média	<ou=50%	Não	Sim
2024	ATM	Financeiro	Condenação ao pagamento de indemnização (danos patrimoniais e não patrimoniais) à Autora detentora de um restaurante designado "Dominos Pizza" que foi prejudicada com as obras da METRO BUS, que levou a uma quebra substancial na faturação. A indemnização deve ser paga de forma solidária entre os Réus	Ação Adm.	501/24.58ECBR	Autor : EXOTICALFAZ EMA - LDA	Réu e (Outros - Infraestruturas de Portugal, SA; Águas de Coimbra EM e Metro Mondego SA)	30 417,93 €	30 417,93 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não
2023	ATM-SMTUC	Recursos Humanos	Acompanhamento do trabalhador ao DIAP para tentativa de conciliação	Acidente de trabalho (P. conciliatória)	60/22.3T8CBR	Entidade responsável: Fidelidade Companhia de Seguros	Sinistrado: Fausto Manuel da Costa Gonçalves Nunes Agria	0,00 €	205,51 €	0,00 €	Foi requerida a intervenção da Companhia de Seguros Fidelidade, S.A	Baixa	Remota	Não	Não

**Município de Coimbra**  
**Prestação de Contas Consolidada 2024**

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2024	ATM-SMTUC	Recursos Humanos	Cobrança de dívida hospitalar contra o Município de Coimbra (SMTUC), por força dos tratamentos prestados a Fausto Manuel da Costa Gonçalves Nunes Agria no âmbito do alegado acidente de trabalho	Acidente de trabalho (F. conciliatória)	60/22.3T8CBR -B	Unidade de Saúde Local de Coimbra, EPE	Réu	0,00 €	603,64 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não
2012	BM	Habitação	Cobrança de rendas em dívida	Execução para pagamento de quantia certa	542/12.5TJCBR	Executado: Paulo Ferreira	Autor	7 045,88 €	0,00 €	8 340,86 €					
2013	BM	Obras municipais	Empreitada "Convento de S. Francisco" - pedido de indemnização (trabalhos de arqueologia) e prorrogação legal de prazo da empreitada	Ação Adm. Comum	415/13.4BECBR	Autor: MRG- Manuel Rodrigues Gouveia, SA	Réu	336 000,00 €	336 000,00 €	0,00 €	24/02/2017 - O mandatário do Município está firmemente convicto da razão do Município, sendo que, por esse motivo, quando foi questionado sobre a possibilidade de acordo, respondeu que não se deveria fazer acordo algum. 11/11/2021 - O advogado informa que este processo se encontra em fase de audiência de discussão e julgamento a decorrer.	Média	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2013	BM	Contratação pública	Pedido de indemnização (rompimento de relação contratual - parque de estacionamento Praça da República)	Ação Adm. Comum	467/13.7BECBR	Autor: Bragaparcques – Estacionamentos, SA	Réu	1 000 000,00 €	500 000,00 €	0,00 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim
2016	BM	Taxas	Cobrança de dívida - taxas de ocupação de espaço público	Oposição	388/16.1BECBR (Execução fiscal n.º 5/2016)	Oponente: Águas do Centro Litoral, SA	Exequente	41 640,75 €	0,00 €	41 640,75 €					
2017	BM	Financeiro	Reclamação de créditos do Município de Coimbra na execução em curso	Insolvência pessoa coletiva (apresentação)	1935/17.7T8LRA	Insolvente: Construções Aniceto	Credor	30 001,00 €	0,00 €	68 197,00 €					
2017	BM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação levantada pela GNR, por inexistência de tacógrafo nos 28 dias anteriores à atividade fiscalizada	Processo de CO	CO n.º 91700616 e processo na ACT n.º 091700768	Autor: Autoridade para as Condições do Trabalho - Centro Local do Mondego	Arguido	0,00 €	2 719,32 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não
2019	BM	Responsabilidade contraordenacional	Utilização de placas refletoras à retaguarda descoloridas pelo veículo de matrícula 78-78-LM, quando realizava transporte de urnas de voto para as eleições Europeias	Processo de CO	CO n.º 274302837	Autor: GNR	Arguido	0,00 €	40,00 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não

**Município de Coimbra**  
**Prestação de Contas Consolidada 2024**

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2020	BM	Responsabilidade contraordenacional	Veículo de matrícula 75-QG-18 que se encontrava a transitar com excesso de carga, conduzido por um trabalhador do Município	Processo de CO	CO n.º 200007152070	Autor: IMT	Réu	0,00 €	1 250,00 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Sim
2020	BM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação levantada pela GNR, pela não realização de gestão de combustível vegetal - Estrada Municipal, entre Ceira e Carvalho - Coimbra	Processo de CO	CO n.º 257802/2020 - processo DFCI 93/2020	Autor: GNR	Réu	0,00 €	1 500,00 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não
2021	BM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação pela realização de obras na via pública, sem autorização da entidade competente ou sem aplicação no local de sinalização temporária e identificação de obstáculos - Rua dos Correios, em Souselas - dia 09/10/2020. No local encontrava-se a viatura de obra, com a matrícula 52-45-NP, e cinco trabalhadores.	Processo de CO	CO n.º 939097648 NP 1165916/2020	Autor: GNR	Réu	0,00 €	700,00 €	0,00 €	A coíma aplicar é variável entre € 700,00 a € 3.500,00	Baixa	Remota	Não	Não

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2021	BM	Urbanismo	<p>O autor peticiona a entrega da licença de utilização de um imóvel, sito na Quinta da Pousada, Lote n.º 3, Pousada - Cernache e subsidiariamente, caso a entrega da licença de utilização não possa verificar-se, deve proceder à emissão de uma 2.ª via;</p> <p>Condenação do réu no pagamento de quantia nunca inferior a € 15.000,00, a título de danos de natureza não patrimonial e outro valor - ainda a calcular - a título de danos de natureza patrimonial.</p>	Ação Adm.	189/21.5BECBR	Autor: Thierry Mendes Subtil	Réu	30 000,01 €	15 000,00 €	0,00 €	<p>06/05/2021 - À estimativa de encargos financeiros €15.000,00 poderá acrescer valores respeitantes a danos de natureza patrimonial, que, no momento atual, ainda não se conseguem quantificar, em virtude de a entrega da licença de utilização ainda não ter sido efetuada, relegando-se a quantificação para momento posterior ao da condenação, isto é, em sede de liquidação e execução de sentença e pagamento de sanção pecuniária compulsória, no montante diário de € 100,00, até ao momento da entrega efetiva da licença de utilização do referido imóvel e ainda acresce o pagamento de custas e demais encargos.</p>	Baixa	Remota	Não	Sim



Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2021	BM	Financeiro	Condenação do réu no pagamento da quantia de € 37.520,00, correspondente aos danos que ao autores sofreram, até abril de 2021, em virtude das ações dos réus, não terem podido executar as obras que tinham o direito de executar e, em consequência, legalizar a sua habitação, facultando o seu uso a terceiros.	Ação Adm.	232/21.8BECBR	Autores: Albano Manuel Morais Pinto; Carlos Manuel Morais Pinto	Réu e outros (Carlos Manuel Dias Cidade; Maria da Conceição Tavares Pinheiro; Maria Alice Leite Mendes de Abreu)	37 520,00 €	37 520,00 €	0,00 €	08/06/2021 - À estimativa de encargos financeiros €37.520,00 poderá crescer valores respeitantes a b) Os juros que, sobre a mesma quantia, se vencerem a partir da citação (artigo 805.º, n.º 3 do Código Civil), até integral pagamento e a quantia de €1.340,00, por cada mês que decorrer, após abril de 2021, até 2 meses depois de ser entregue o aditamento ao alvará 84/1981, com exceção dos meses de agosto e setembro.	Média	< ou = 50%	Não	Sim

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2021	BM	Responsabilidade contraordenacional	No dia 16/06/2021, em fiscalização a infrações ao DL n.º 214/2006, de 28/06 - Torres do Mondego - verificou-se que a cinta de proteção das vias de comunicação. Na faixa de 10 metros confinante com a plataforma, não foi efetuada a necessária gestão de combustível vegetal.	Processo de CO	NPCO - 0070/2021.2200 60553 - DFCI 53/21 - Registo n.º NOT0043/21.220 060180 (apensos DFCI 107/21; DFCI 123/21; DFCI 137/21; DFCI 172/21; DFCI 289/21 e DFCI 290/21) Recurso (Contraordenação) 5374/23.2T9CBR	Autor: GNR	Réu	0,00 €	2 593,80 €	0,00 €		Baixa	remota	Não	Não
2021	BM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação ambiental leve - Praia Fluvial do Rebolim	Processo de CO	Contraordenação ambiental 334/2021/DSAJA L - Auto de Notícia n.º DSF 17/2021 - ARHC - DAAF - 00053.2021	Autor: Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Arguido	0,00 €	2 000,00 €	0,00 €	A coíma aplicar é variável entre € 2.000,00 a € 18.000,00	Média	< ou = 50%	Não	Não
2021	BM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação levantada pela ASAE, por existência de equipamentos danificados no Parque Infantil do Vale das Flores.	Processo de CO	NUI/CO/002042 /21.3EACBR - Relatório de Inspeção N.º S/8602/21/URC	Autora: ASAE	Réu	0,00 €	8 000,00 €	0,00 €		Média	< ou = 50%	Não	Não

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervm como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2022	BM	Responsabilidade civil	Anulação do ato administrativo de Vereadora de 07/07/2022, de não devolução da caução e acionamento do seguro de responsabilidade civil que a autora contratou, por considerar que a autora provocou danos na pista de atletismo e no sistema de drenagem - Concerto Andrea Bocelli	Ação Adm.	419/22.6BECBR	Autora: MOT Espetáculos e Entretenimento, Lda	Réu	49 131,98 €	29 963,00 €	0,00 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim
2022	BM	Recursos humanos	Pede a nulidade do Despacho n.º 19/PR/2022, que fez cessar antecipadamente a sua comissão de serviço e condenação ao pagamento de danos patrimoniais e não patrimoniais	Ação Adm.	304/22.1BECBR	Autora: Rosa Maria de Almeida Oliveira Santos	Réu (contrainteressada: Ana Maria Reis Fonseca Pimentel)	30 011,53 €	30 011,53 €	0,00 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim
2023	BM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação levantada pela GNR, pela não realização de gestão de combustível vegetal na Estrada entre Ceira e Aldeia do Carvalho, no dia 17/09/2022	Processo de CO	NPCO - 179/2022 - 220060500 - Registo n.º OF100159/23.22 0060162	Autor: GNR	Réu	0,00 €	800,00 €	0,00 €	Não	Média	< ou = 50%	Não	Não

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2023	BM	Financeiro	Pagamento de quantia respeitante a cobrança de créditos - não pagamento de faturas respeitante à instalação de máquinas venda automática de bebidas e produtos alimentares nos edifícios municipais	Ação Executiva	139/17.3BECBR - A	Réu: António Ferraz da Costa	Autor	34 230,83 €	0,00 €	34 230,83 €					
2023	BM	Recursos humanos	Solicita o pagamento do suplemento de trabalho suplementar no período de férias e ainda os juros respetivos	Ação Adm.	254/23.4BECBR	Autor: STAL (em representação de Pedro Miguel Rodrigues Carvalho)	Réu	530,00 €	530,00 €		Não	Média	< ou = 50%	Não	Não
2023	BM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação levantada pela GNR, pela não realização de gestão de combustível vegetal na Rua da Bela Vista - Malaga - Cernache, no dia 11/07/2022	Processo de CO	NPCO - 23/2022 - 220060544 - Registo n.º OR00486/23220 060554	Autor: GNR	Réu	0,00 €	800,00 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não

Município de Coimbra  
Prestação de Contas Consolidada 2024

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2023	BM	Recursos Humanos	Anulação da decisão de pena de multa aplicada ao trabalhador/Autor em processo disciplinar. Na ação é alegada a prescrição do procedimento e restituição do valor da multa (154,39€) ilegalmente descontada no vencimento do trabalhador.	Ação Adm.	422/23.9BECBR	Autor: Pedro Miguel de Vasconcelos Leandro	Réu	30 000,01 €	154,39 €	0,00 €	26/10/2023 - O advogado remete o seguinte: Na sequência do pedido que me foi formulado no sentido de verificar o mapa das responsabilidades para preparação do orçamento para 2024, indiquei como alta a probabilidade de o Município vir a ser condenado no proc. n.º 422/23.9BECBR. Na verdade, e não obstante ter apresentado contestação, entendo que prescreveu direito de instaurar o procedimento disciplinar, uma vez que, sem prejuízo do prazo de seis meses de suspensão por força do processo de inquérito, o processo não foi instaurado no prazo de 60 dias contados do conhecimento dos factos. Obviamente que há que esperar pela decisão do Tribunal, mas não posso deixar de sinalizar – até em face do que escrevi no mapa de responsabilidades – essa circunstância	Alta	> a 50%	Não	Sim

**Município de Coimbra**  
**Prestação de Contas Consolidada 2024**

Ano	Advs.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2023	BM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação levantada pela GNR, pela não realização de gestão de combustível vegetal na Quinta da Misericórdia - Conchada, no dia 28/07/2023	Processo de CO	Registo n.º OR00507/23220 060162 - Proc. N.º 00122/2023220 060500 - CO122/2023	Autor: GNR	Réu	0,00 €	800,00 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não
2023	BM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação levantada pela GNR, pela não realização de gestão de combustível vegetal na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro- Quinta da Mãozinha - St.º António Olivais, no dia 09/06/2023	Processo de CO	NPCO: 00064/2023 - DFCI 187/2023 - CO 120/2023	Autor: GNR	Réu	0,00 €	800,00 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não
2023	BM	Urbanismo	Pedido de indemnização por responsabilidade contratual (contratos urbanísticos, cedência de terrenos para infraestruturas municipais)	Ação Adm.	459/23.8BECBR	Autor: INVEFOZ - Empreendimentos Imobiliários, Lda	Réu	14 676 506,17 €	14 676 506,17 €	0,00 €	Não	Alta	> a 50%	Não	Sim
2023	BM	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação levantada pela GNR, pela não realização de gestão de combustível vegetal na Rua Vale Figueiras Ímpares - freguesia de Eiras e São Paulo de Fradess, no dia 18/08/2023	Processo de CO	NPCO: 00134/2023 - 220060500 - CO 134/2023	Autor: GNR	Réu	0,00 €	800,00 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Não

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2024	BM	Financeiro	Solicita pagamento respeitante a 85% da receita da bilheteira por realização de Espetáculo no Convento São Francisco - Zeca Baleiro - Na Ponta da Língua. Autora foi contratada pela Associação Portugal Brasil 200 anos	Ação Adm.	376/24.4BECBR	Autor; UAU - Produção de Espetáculos, Lda	Réu	8 093,61 €	8 093,61 €	0,00 €	Não	Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	BM	Financeiro	Anulação do ato proferido pelo Diretor do DEP, que indeferiu a reclamação sobre a retenção de pagamentos para reforço de caução em sede de trabalhos prestados ao abrigo do instituto da revisão de preços no âmbito da Empreitada de Conservação Corrente da Rede Viária e condenação ao pagamento das quantias indevidamente retidas a esse título	Ação Adm.	169/24.9BECBR	Autor: Prioridade - Construção de Vias de Comunicação, S.A.	Réu	68 667,95 €	68 667,95 €	0,00 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim
2024	BM	Recursos Humanos	Solicita o pagamento de trabalho suplementar respeitante aos meses de dezembro de 2023 a julho de 2024	Ação Adm.	479/24.5BECBR	Autor: João Guilherme Lopes Patriarca	Réu	1 125,56 €	1 125,56 €	0,00 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2024	BM	Contratação pública	Impugnação do despacho de 5/06/2024 do Presidente da CMC, o qual determinou proceder a resolução sancionatória do contrato e devida posse administrativa de Empreitada de "Reabilitação do imóvel municipal sito na Rua do Arco do Ivo" e devolução do valor das cauções.	Ação Adm.	498/24.1BECBR	Autor: JCNF - Construção Lda	Réu	119 661,43 €	14 676,43 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Sim
2024	BM	Contratação pública	Impugnação do despacho de 26/06/2024 do Presidente da CMC, o qual determinou proceder a resolução sancionatória do contrato e devida posse administrativa de Empreitada de Reabilitação de 19 Habitações Municipais - Bairro da Rosa, Bairro do Ingote, Bairro do Ex- Igaphe e Urbanização Ferreira Jorge - e devolução do valor das cauções e montantes a título de revisão extraordinária de preços e de por trabalhos não realizados que foram suprimidos pelo dono da obra.	Ação Adm.	567/24.8BECBR	Autor: JCNF - Construção Lda	Réu	143 052,78 €	143 052,78 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Sim



Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2024	BM	Contratação pública	Impugnação do despacho de 08/07/2024 do Presidente da CMC, o qual determinou proceder a resolução sancionatória do contrato e devida posse administrativa de Empreitada de Reabilitação do Edifício de Carácter Social dos Lotes n.ºs 11, 14,16,18 e 26 do Bairro do Ingote - devolução do valor das cauções e montantes a título de revisão extraordinária de preços e de por trabalhos não realizados que foram suprimidos pelo dono da obra.	Ação Adm.	615/24.1BECBR	Autor: JCNF - Construção Lda	Réu	245 173,60 €	245 173,60 €	0,00 €		Baixa	Remota	Não	Sim
2011	BM - SMTUC	Processo crime	Processo inquérito administrativo - auditoria contas dos SMTUC - DIAP - Crimes de peculato, branqueamento e recetação - pedido indemnização civil	Processo crime	212/11.1JACBR	Réu: Trabalhadores dos SMTUC (Miguel Nobre e Rita Joana Cardoso)	Autor	0,00 €	0,00 €	121 891,60 €		Média	< ou = 50%	Não	Sim

Ano	Advos.	Área	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Município intervém como	Valor da ação	Estimativa encargos financeiros	Valores peticionados pelo Município	Seguro resp. civil	Probabilidade de condenação do Município	Notação	Reconhecimento	Divulgação
2012	BM - SMTUC	Responsabilidade contraordenacional	Utilização de recursos hídricos sem o devido título; rejeição de águas degradadas para sistema de águas pluviais	Processo de CO	Processo de CO - JCT-2012-0142	Autor: Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Arguido	0,00 €	70 000,00 €	0,00 €	O mandatário do Município informa que a contraordenação está imputada aos SMTUC e não ao Município. Isso foi invocado na defesa. Ou seja, parece-lhe que, antes de mais, a Agência Portuguesa do Ambiente terá de fazer nova notificação para o Município se defender.	Baixa (15/11/2023 - Considerando que o processo está prescrito)	Remota	Não	Não
2016	BM - SMTUC	Responsabilidade contraordenacional	Contraordenação ambiental muito grave, por inexistência de garantia financeira obrigatória, e necessária aquando da utilização de diversas substâncias perigosas na sua atividade	Processo de CO	CO/000137/16	Autor: Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território	Arguido	0,00 €	70 000,00 €	0,00 €	Não	Baixa (15/11/2023 - Considerando que o processo se encaminha para a prescrição)	Remota	Não	Não
								47 825 910,29 €	64 520 502,30 €	16 853 020,95 €					

Legenda: AA- Albuquerque & Associados; ATM - Ana Teresa Marques; ATM (SMTUC) - Ana Teresa Marques (SMTUC); ATM (DL) - Ana Teresa Marques (Diamantino Lopes); BM - Bruno Martelo; BM (SMTUC) - Bruno Martelo (SMTUC).





CÂMARA MUNICIPAL  
DE  
COIMBRA